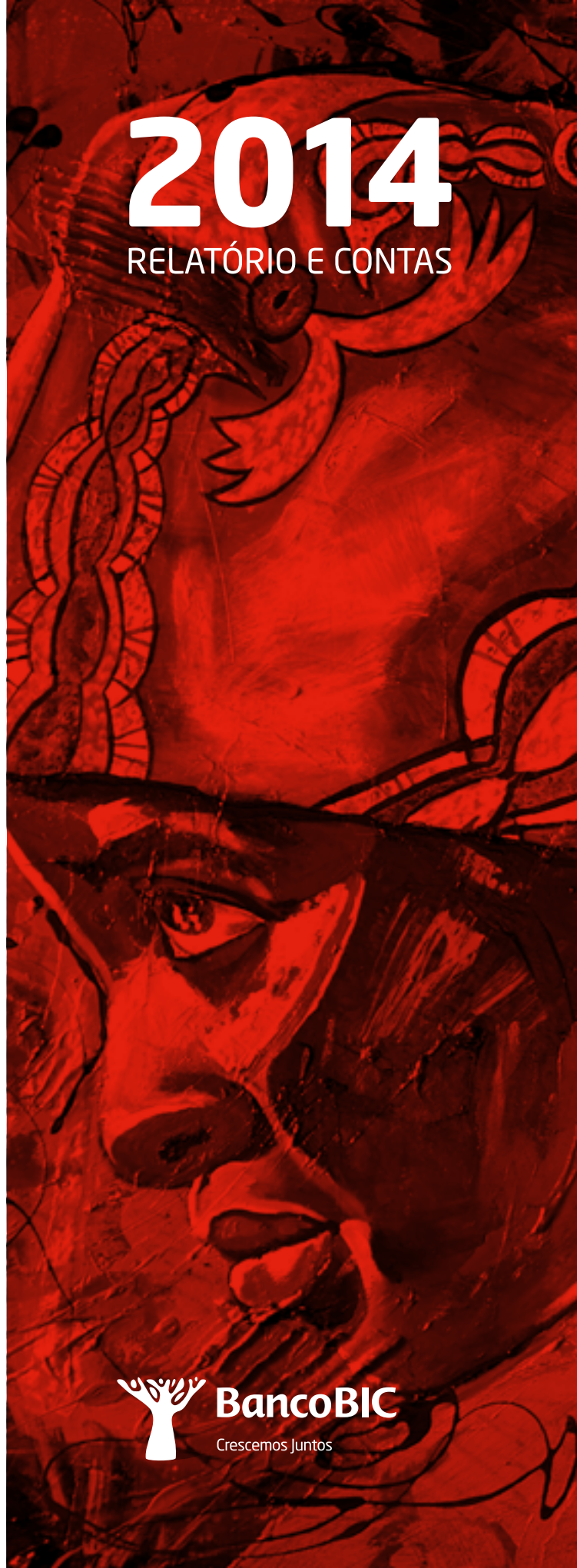




2014

RELATÓRIO E CONTAS



BancoBIC

Crescemos Juntos



BANCO BIC S.A.

Edifício Sede do Banco BIC,
Bairro de Talatona, Sector INST 4, GU06B
Município da Samba, Luanda, Angola

Tel. (+244) 226 432 700

www.bancobic.ao





ÍNDICE

- ▶ MENSAGEM DO PRESIDENTE - 8
- ▶ PRINCIPAIS INDICADORES DE ACTIVIDADE - 10
- ▶ ESTRUTURA ORGANIZATIVA - 12
 - MODELO DE GOVERNO - 12
 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL - 15
 - POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES - 19
 - MISSÃO, VISÃO E VALORES - 19

01. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

- ▶ ECONOMIA MUNDIAL - 24
- ▶ ECONOMIA ANGOLANA - 27
- ▶ POSICIONAMENTO DO BANCO BIC NO SECTOR BANCÁRIO - 33

02. ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

- ▶ PRINCIPAIS LINHAS DE NEGÓCIO - 38
- ▶ REDE DE DISTRIBUIÇÃO E PRESENÇA GEOGRÁFICA - 41
- ▶ MARCOS HISTÓRICOS - 42
- ▶ MARKETING E COMUNICAÇÃO - 45
- ▶ TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO - 49
- ▶ RECURSOS HUMANOS - 50

03. SISTEMA DE GESTÃO DO RISCO

- ▶ COMPLIANCE - 56
- ▶ POLÍTICAS E PROCESSOS DE GESTÃO DO RISCO - 57

04. BRANQUEAMENTO DE CAPITALS E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO - 64

05. ANÁLISE FINANCEIRA

- ▶ ANÁLISE FINANCEIRA - 68
- ▶ BALANÇO - 70
- ▶ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - 78
- ▶ PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS - 80

06. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

- ▶ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 84
- ▶ NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 89
- ▶ RELATÓRIO DE AUDITORIA - 130
- ▶ RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL - 132



00.

- ▶ MENSAGEM DO PRESIDENTE
- ▶ PRINCIPAIS INDICADORES DE ACTIVIDADE
- ▶ ESTRUTURA ORGANIZATIVA
 - MODELO DE GOVERNO
 - ORGANOGRAMA FUNCIONAL
 - POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES
 - MISSÃO, VISÃO E VALORES

00.1 MENSAGEM DO PRESIDENTE

Exmos. Senhores,

A economia Angolana, segundo os últimos dados disponibilizados pelo Ministério do Planeamento, terá crescido cerca de 4,4% em 2014. E, embora isto represente um abrandamento face aos níveis de crescimento verificados nos últimos anos, Angola manteve-se entre os países com maiores índices de crescimento do PIB a nível mundial.

A inflação manteve a tendência de estabilidade, fixando-se nos 7,44% (7,69% em 2013), tendo sido fundamental a política monetária e cambial preconizada pelo BNA e que, ainda que perante um cenário económico de maior volatilidade, permitiu que o Kwanza tivesse uma depreciação de apenas 5,3% face ao Dólar Norte-Americano.

Nas Reservas Internacionais Líquidas, embora se tenha verificado uma redução face aos anos anteriores, tendo-se alcançado cerca de USD 26 mil milhões a 31 de Dezembro de 2014, os níveis apresentados equivalem a, aproximadamente, sete meses de importações de acordo com os dados do BNA.

O sistema financeiro Angolano manteve os níveis de crescimento dos últimos anos, preservando o seu papel fundamental no bom desempenho macroeconómico que Angola tem registado. Os activos consolidados, do sistema financeiro Angolano, cresceram cerca de 8,31% face a 2013 e os principais indicadores, como os depósitos e o crédito à economia, verificaram taxas de crescimento, de 9,23% e de 9,55%, respectivamente.

A nossa política de apoio ao crédito manteve-se, crescendo de forma sustentada e compatível com o risco, tendo o Banco, a 31 de Dezembro de 2014, uma carteira de crédito concedido de USD 6.898 milhões, obtendo assim uma quota de mercado de 14% no total de crédito concedido à economia (13% em 2013).

Com os entraves à produção petrolífera, ocorridos no 1º semestre de 2014, o Banco Nacional de Angola reduziu ligeiramente o volume de vendas de divisas no ano de 2014, face a 2013. Desta forma, em 2013, as vendas atingiram USD 19.281,8 milhões, baixando 0,6%

para um total USD 19.174,5 milhões em 2014. O Banco BIC, tal como nos anos anteriores, manteve a sua aposta neste segmento permanecendo como uma referência dos importadores nacionais.

A política de crescimento definida para o Banco implica investimentos substanciais em infra-estruturas, tecnologias de informação e no seu capital humano, pilares fundamentais para o sector bancário.

Em 2014 o Banco BIC reforçou a rede de balcões, com a abertura de mais 17 agências, totalizando 219 agências em todo território nacional, permitindo um atendimento a uma base diversificada de clientes, com criação de valor, dando continuidade à sua política de expansão que permitiu reforçar, ainda mais, a nossa posição como o banco privado com a maior rede comercial de Angola.

Nesta mesma vertente o quadro de colaboradores teve um aumento de 12% face a 2013, para um total de 2.097 colaboradores, tendo em conta as necessidades e exigências do mercado.

Mesmo num cenário de maior volatilidade, a excelência do serviço prestado aos clientes, através do empenho dos nossos colaboradores, combinado com um rigoroso acompanhamento do resultado de intermediação financeira, dos custos de estrutura, bem como de todos os riscos associados à actividade bancária, permitiu-nos alcançar resultados bastante positivos, sendo de salientar o resultado líquido de USD 200 milhões e capitais próprios de USD 885 milhões.

A solidez financeira alcançada e o nosso posicionamento no sector financeiro Angolano, ao longo de mais de nove anos de excelência, permitiram-nos alcançar a 32.ª posição no ranking dos 100 maiores Bancos Africanos, segundo a revista *The Banker*.

Para o reforço do nosso posicionamento estratégico, para além das parcerias já existentes com o Banco BIC Português e com o BIC IFI em Cabo Verde, está em curso o processo de licenciamento de um Banco no Brasil, procedemos à abertura de um escritório

de representação em Joanesburgo (África do Sul) e obtivemos autorização para a abertura de um Banco Comercial na Namíbia.

Para além da actividade bancária, a marca BIC alargou-se à actividade seguradora, em Outubro de 2014, com o BIC Seguros, S.A e contamos, já em 2015, inaugurar uma sociedade gestora.

Para 2015, a redução acentuada do preço do petróleo nos mercados internacionais trouxe novos desafios para a economia Angolana reforçando, desta forma, a necessidade de diversificação nomeadamente, por via de uma menor dependência do sector petrolífero.

No Banco BIC, vemos este desafio como um incentivo para apostarmos noutros sectores que, cada vez mais, deverão reforçar o seu contributo para o crescimento da economia Angolana. Entendemos este desafio como uma oportunidade e estamos naturalmente disponíveis para apoiar estes investimentos nos sectores da Agricultura, Pecuária, Agro-Indústria e outros, que se entendam como fundamentais e criadores de valor acrescentado para Angola.

Embora num cenário de maior volatilidade, mantemos o nosso optimismo sobre a economia Angolana e, sendo o nosso desígnio continuar a crescer, é com esse espírito que encaramos 2015, apoiando continuamente os nossos clientes que, a 31 de Dezembro de 2014, totalizavam 1.086.448.

Uma palavra para enaltecer a dedicação e qualidade dos nossos colaboradores que, por via do seu contributo, têm possibilitado que o Banco BIC continue a crescer, dia após dia, junto dos nossos clientes e parceiros.

Por último, um agradecimento pela confiança e apoio dos nossos accionistas, dos nossos clientes, bem como de todos os restantes parceiros que, com o seu apoio, têm fortalecido o crescimento do Banco, o qual, com toda a certeza, não vai ficar por aqui.

O Presidente do Conselho de Administração

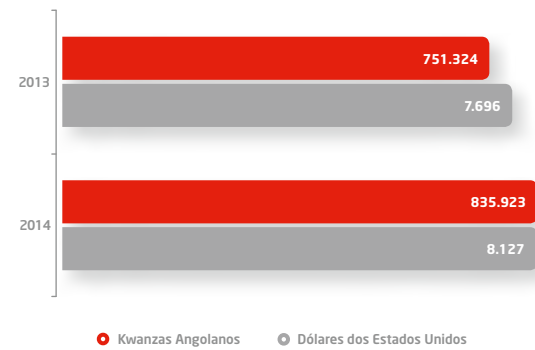
Fernando Mendes Teles



00.2 PRINCIPAIS INDICADORES DE ACTIVIDADE

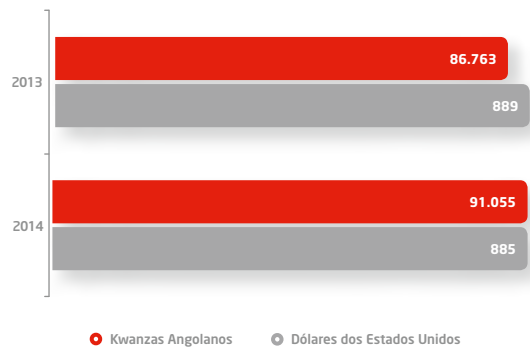
► Activo Líquido

(em milhões)

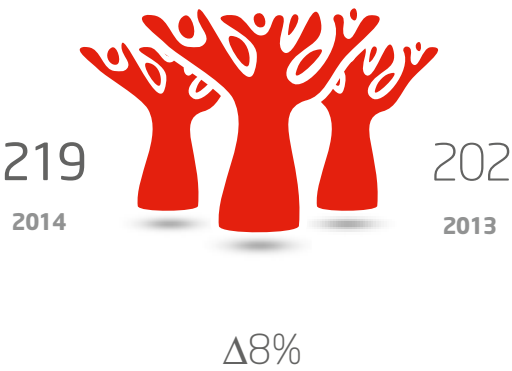


► Situação Líquida

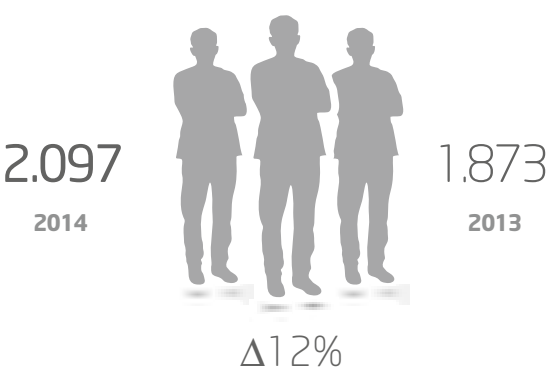
(em milhões)



► Agências



► Colaboradores

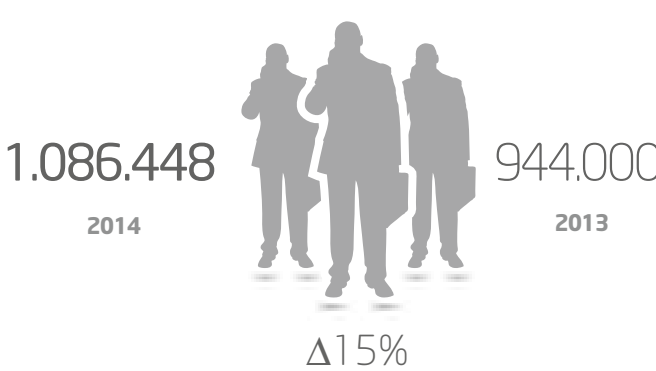


► Principais Indicadores de Actividade

	AKZ			USD		
	2014	2013	VAR %	2014	2013	VAR %
Activo líquido total	835.923	751.324	11%	8.127	7.696	6%
Volume de negócios	1.394.272	1.200.105	16%	13.554	12.294	10%
Crédito à economia	709.600	585.279	21%	6.898	5.996	15%
> Crédito a clientes	278.800	223.214	25%	2.710	2.287	18%
> Crédito ao Estado	366.428	315.167	16%	3.562	3.229	10%
> Extrapatrimoniais	64.372	46.898	37%	626	480	30%
Recursos de clientes	684.672	614.826	11%	6.656	6.298	6%
Volume de negócios por colaborador	664,9	640,7	4%	6,5	6,6	-2%
Resultado de intermediação financeira	39.843	33.345	19%	387	342	13%
Resultado de intermediação financeira por colaborador	19,00	17,80	7%	0,18	0,18	1%
Custos administrativos e de comercialização / Resultado de intermediação financeira	50,9%	47,1%	-8%	50,9%	47,1%	-8%
Custos com o pessoal / Resultado de intermediação financeira	25%	26%	5%	25%	26%	4%
Resultado líquido do exercício	20.537	19.646	5%	200	201	0%
Situação líquida	91.055	86.763	5%	885	889	0%
Resultado antes de impostos / Activo líquido médio	2,7%	2,8%	-4%	2,7%	2,8%	-6%
Resultado de intermediação financeira / Activo líquido médio	5,02%	4,68%	7%	4,89%	4,68%	5%
Resultado antes de impostos / Capitais próprios médios	24%	25%	-4%	24%	25%	-6%
Rácio de solvabilidade regulamentar	21%	24%	-14%	21%	24%	-14%

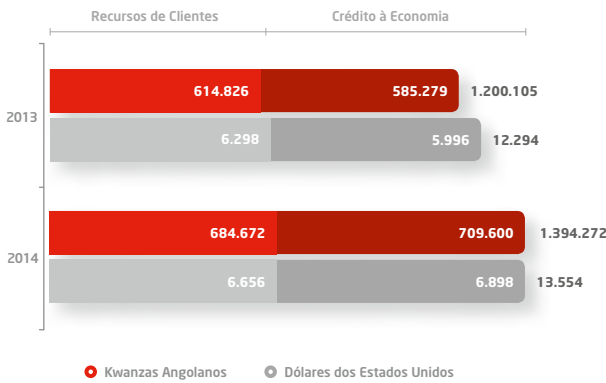
(AKZ > em milhões de Kwanzas Angolanos / USD > em milhões de Dólares dos Estados Unidos)

► Clientes



► Volume de Negócios

(em milhões)



00.3 ESTRUTURA ORGANIZATIVA

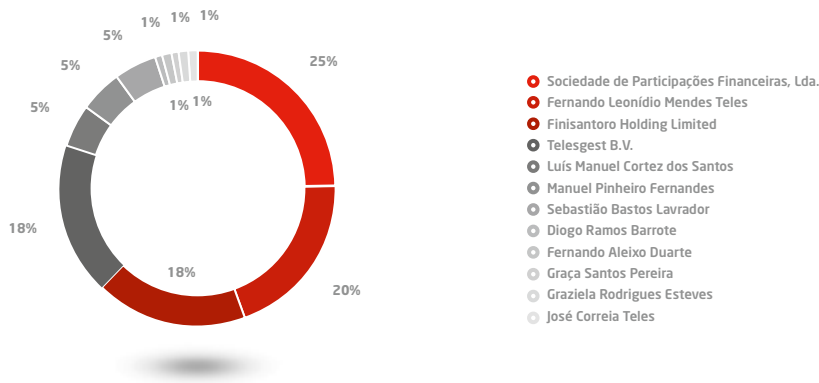
00.3.1 MODELO DE GOVERNO

O modelo de governo do Banco está estabelecido nos seus Estatutos e obedece aos requisitos da Lei das Instituições Financeiras (Lei N.º 13/05, de 30 de Setembro). Os Órgãos Sociais são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva do Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e ainda a Mesa da Assembleia Geral e o Auditor Externo.

O Banco BIC foi constituído por Escritura Pública de 22 de Abril de 2005, na sequência da comunicação do Banco Nacional de Angola, de 19 de Abril de 2005, que autorizou a sua constituição, e encontra-se sediado no Edifício Banco BIC, sito no Bairro de Talatona, Município da Samba, em Luanda.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

O capital social do Banco BIC encontra-se repartido da seguinte forma:



Os membros dos Órgãos Sociais foram eleitos para o triénio 2014/2017 na Assembleia Geral de 10 de Abril de 2014. Nessa mesma data, o Conselho de Administração designou, nos termos dos Estatutos, a composição da Comissão Executiva do Conselho de Administração e o seu Presidente.



ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é o órgão social constituído por todos os Acionistas do Banco, cujo funcionamento é regulado nos termos dos Estatutos. Tem como principais competências:

- Eleição e aprovação das remunerações fixas e/ou variáveis dos membros dos órgãos sociais;
- Apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, discussão e votação do balanço e contas do Banco, tendo em consideração o parecer do Conselho Fiscal e do Auditor Externo;
- Deliberação sobre a distribuição de resultados sob proposta do Conselho de Administração; e
- Deliberação sobre alterações aos estatutos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O actual Conselho de Administração é composto por dez membros, sendo a gestão executiva do Banco assegurada por oito administradores, designados pelo próprio Conselho, de entre os seus membros.

As reuniões do Conselho de Administração são realizadas no mínimo trimestralmente, e sempre que convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração.

Com o objectivo de regular o seu funcionamento interno, o Conselho de Administração delegou numa Comissão Executiva, composta por oito membros, a gestão corrente do Banco, com os limites que foram fixados na deliberação que procedeu a essa delegação.

COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A Comissão Executiva do Conselho de Administração, no âmbito das suas competências e subordinada aos planos de acção e ao orçamento anual bem como a outras medidas e orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, dispõe de amplos poderes de gestão para a condução da actividade corrente do Banco, sen-

do o seu exercício objecto de permanente acompanhamento pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Auditor Externo.

Todos os membros da Comissão Executiva desempenham um papel activo na gestão corrente do negócio do Banco, tendo sob sua responsabilidade uma ou mais áreas específicas de negócio, de acordo com o respectivo perfil e com as especializações individuais, sem prejuízo da maior ou menor concentração de um ou outro elemento numa determinada área.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração reúne, por convocação do seu Presidente, no mínimo, uma vez por mês.

CONSELHO FISCAL

A composição do Conselho Fiscal rege-se pelo disposto nos Estatutos e é composto por um Presidente e dois vogais efectivos. O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez por trimestre.

AUDITOR EXTERNO

A auditoria externa é assegurada pela Deloitte & Touche – Auditores Limitada. As regras de prestação de serviços por parte do Auditor Externo estão definidas no Aviso n.º 04/2013 de 22 de Abril do Banco Nacional de Angola.

O Banco considera que os seus Auditores Externos em exercício possuem os requisitos de disponibilidade, conhecimento, experiência e idoneidade requeridos para o desempenho cabal das suas funções.

COMISSÃO EXECUTIVA



HUGO SILVA TELES Administrador	PEDRO NUNES M'BIDINGANI Administrador	GRAZIELA RODRIGUES ESTEVES Administradora	FERNANDO MENDES TELES Presidente	GRAÇA MARIA PEREIRA Administradora	FERNANDO ALEIXO DUARTE Administrador	JOSÉ MANUEL CÂNDIDO Administrador
--	---	---	--	--	--	---

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE Fernando Mendes Teles	PRESIDENTE Fernando Mendes Teles
VOGAIS Graziela Rodrigues Esteves Fernando Aleixo Duarte Graça Maria Pereira Hugo Silva Teles Jaime Galhoz Pereira José Manuel Cândido Pedro Nunes M'Bidingani Isabel José dos Santos * Amadeu Maurício **	VOGAIS Graziela Rodrigues Esteves Fernando Aleixo Duarte Graça Maria Pereira Hugo Silva Teles Jaime Galhoz Pereira José Manuel Cândido Pedro Nunes M'Bidingani
CONSELHO FISCAL	AUDITOR EXTERNO
PRESIDENTE Henrique Camões Serra	
VOGAIS Ana Sofia Almeida Maria Ivone dos Santos	Deloitte & Touche – Auditores Limitada

(*) Administrador não executivo (**) Administrador não executivo independente

00.3.2 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A estrutura funcional do Banco permite uma clara divisão das áreas e funções de cada direcção e/ou gabinete, sob a alçada de cada um dos administradores executivos.

O organograma funcional do Banco pode ser apresentado da seguinte forma:

COMISSÃO EXECUTIVA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO							
(PRESIDENTE) FERNANDO TELES ▼	GRAZIELA ESTEVES ▼	FERNANDO DUARTE ▼	GRAÇA PEREIRA ▼	HUGO TELES ▼	JAIME PEREIRA ▼	JOSÉ CÂNDIDO ▼	PEDRO M'BIDINGANI ▼
Conselho de Crédito	DPN I Direcção de Particulares e Negócios I	DSI Direcção de Sistemas de Informação	DAI Direcção de Auditoria Interna	Direcção de Private Banking	DIF Direcção Internacional e Financeira	DOE Direcção de Operações e Estrangeiro	DE III Direcção de Empresas III
DRHF Direcção de Recursos Humanos e Formação	DE I Direcção de Empresas I	DPN II Direcção de Particulares e Negócios II	DARC Direcção de Análise de Risco de Crédito	DE II Direcção de Empresas II	DPCG Direcção de Planeamento, Contabilidade e Gestão	GAB Gabinete Angola - Brasil	DM Direcção de Marketing
DRM Direcção de Recursos Materiais	GAP Gabinete Angola - Portugal		GO Gabinete de Organização	Direcção de Centros de Investimento	GR Gabinete de Risco	DCAMP Direcção de Canais Alternativos e Meios de Pagamento	DJRC Direcção Jurídica e Recuperação de Crédito
Gabinete de Fixing			GC Gabinete de Compliance	DPN III Direcção de Particulares e Negócios III	GMC Gabinete de Mercados Capitais		
Gabinete de Participações							
TC Tesouraria Central							

COMPOSIÇÃO DAS UNIDADES DE ESTRUTURA

FERNANDO LEONÍDIO MENDES TELES (PRESIDENTE)		
DRHF Direcção de Recursos Humanos e Formação	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Director Central: Fátima Monteiro Subdirectores: Telma Pinheiro / Sarah Figueiredo	Número de Colaboradores: 6
DRM Direcção de Recursos Materiais	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Director Central: Alberto Castelo Branco	Número de Colaboradores: 44
Gabinete de Fixing	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Director Central: José Carlos Silva Subdirector: Helga Peres	Número de Colaboradores: 9
Gabinete de Participações	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Directores Centrais: Fátima Monteiro / Joaquim Moutinho	Número de Colaboradores: 3
TC Tesouraria Central	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Director Central: Inocêncio Almeida Subdirector: Afonso Nunda	Número de Colaboradores: 15

GRAZIELA DO CÉU RODRIGUES ESTEVES		
DPN I Direcção de Particulares e Negócios I	ÁREA DE NEGÓCIO Directores Centrais: Anabela Santinho / Henrique Oliveira / N'kiniani Rangel / José Zacarias Director Adjunto: Emília Calohombo Directores de Área: Ana Paula Cajada / Alfredo de Castro /	Armindo Cunha / Edna Gaspar / Horácio Almeida / Pedro Marta / Rui Caetano / Solange Martins / Telmo Bernardo Número de Colaboradores: 765
DE I Direcção de Empresas I	ÁREA DE NEGÓCIO Director Central: Jorge Veiga Directores de Centro: Dinamene Monteiro / Luena Fundões	Número de Colaboradores: 38
GAP Gabinete Angola - Portugal	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Director Central: José Carlos Silva	Número de Colaboradores: 1

FERNANDO JOSÉ ALEIXO DUARTE		
DSI Direcção de Sistemas de Informação	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Director Central: Luis Nikolai Director Adjunto: Rui Valente	Subdirector: Jaime Corte-Real Número de Colaboradores: 32
DPN II Direcção de Particulares e Negócios II	ÁREA DE NEGÓCIO Directores Centrais: Amílcar Aguiar / Francisco Lourenço / António Silva Directores Coordenadores: Elisabeth Pina / Fátima Silva	Directores de Área: Edgar Magalhães / Fábio Leitão / Felícia Fortes / Francisco Melo / João Ivungo / José Assis / Justina Praça / Patrícia Faria / Simão Finde Número de Colaboradores: 792

GRAÇA MARIA DOS SANTOS PEREIRA		
DAI Direcção de Auditoria e Inspeção	ÁREA DE CONTROLO Director Central: Pedro Viagem Director Central Auditoria: Jerusa Guedes Director Central Inspeção: Augusto Silva	Subdirector de Auditoria: Fernanda Pinto Subdirector de Inspeção: Cristiano Fontoura Número de Colaboradores: 20
DARC Direcção de Análise de Risco de Crédito	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Director Central: Carla Estronca Subdirectores: Maria Franco	Número de Colaboradores: 19
GO Gabinete de Organização	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Subdirector: Sónia Lilita	Número de Colaboradores: 2
GC Gabinete de Compliance	ÁREA DE CONTROLO Director Central: Victor Fonseca	Número de Colaboradores: 2

HUGO MIGUEL SILVA TELES		
Direcção de Private Banking	ÁREA DE NEGÓCIO Director Central: Stephan Silva	Número de Colaboradores: 6
DPN III Direcção de Particulares e Negócios III	ÁREA DE NEGÓCIO Director Central: Susana Silva Director Área: Hélio Lopes / Carlos Santos	Número de Colaboradores: 114
Direcção de Centros de Investimento	ÁREA DE NEGÓCIO Director Central: Monalisa Dias	Número de Colaboradores: 12
DE II Direcção de Empresas II	ÁREA DE NEGÓCIO Director Central: Carlos Pinheiro Directores de Centros: Marcília Gonçalves / Regina Guimarães	Número de Colaboradores: 40

JAIME GALHOZ PEREIRA		
DIF Direcção Internacional e Financeira	ÁREA DE NEGÓCIO Director Central: Bruno Bastos Directores Adjuntos: Lília Cunha / Irene Vezo	Número de Colaboradores: 13
DPCG Direcção de Planeamento, Contabilidade e Gestão	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Director Central: Alzira Gama Subdirectores: Edhylaine Tavares / Soraia Ramos	Número de Colaboradores: 18
GR Gabinete de Risco	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Director Central: Joaquim Moutinho	Número de Colaboradores: 1
GMC Gabinete de Mercado de Capitais	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Director Central: Bruno Bastos	Número de Colaboradores: 1

JOSÉ MANUEL CÂNDIDO		
DOE Direcção de Operações e Estrangeiro	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Director Central: Paula Sousa Director Adjunto: Inês Carvalho	Subdirectores: Paulo Brito / Manuela Pereira Número de Colaboradores: 71
GAB Gabinete Angola - Brasil	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Responsável: José Carlos Silva	Número de Colaboradores: 1
DCAMP Direcção de Canais Alternativos e Meios de Pagamento	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Director Central: Paula Sousa	Número de Colaboradores: 2

PEDRO M'BANZIKISA NUNES M'BIDINGANI		
DE III Direcção de Empresas III	ÁREA DE NEGÓCIO Director Central: Pedro Santos Director de Centro: Dácia Nascimento	Número de Colaboradores: 38
DM Direcção de Marketing	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Director Central: Mafalda Carvalho	Número de Colaboradores: 4
DJRC Direcção Jurídica e de Recuperação de Crédito	ÁREA DE APOIO OPERACIONAL E CONTABILÍSTICO Director Central: Carlos Campos Director Adjunto: Catarina Fernandes	Subdirectores: Isilda Tavares / Nelson Guilherme Número de Colaboradores: 28

00.3.3 POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO QUANTITATIVA

No cumprimento do disposto no n.º 3 alínea d) ponto i) do art.º 22.º do Aviso do Banco Nacional de Angola n.º 01/2013, de 19 de Abril, divulgamos que as remunerações auferidas no exercício de 2014 pelo Conselho de Administração e Conselho Fiscal, do Banco, ascenderam a cerca de 139 milhões de Kwanzas.

DECLARAÇÃO ANUAL SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

1. Remuneração dos Órgãos Sociais:

1.1. A Política de Remunerações dos Órgãos Sociais do Banco BIC, S.A. em vigor no Exercício de 2014 foi aprovada pela Assembleia Geral em 10 de Abril de 2014, sob proposta do Conselho de Administração.

1.2. Na definição da Política de Remunerações não participaram quaisquer consultores externos nem existia uma Comissão de Remunerações.

1.3. A Política de Remunerações em 2014 foi compatível com os interesses de longo prazo do Banco e não incentivou a assunção excessiva de riscos.

1.4. Os administradores não executivos beneficiam apenas de uma remuneração fixa aprovada pela Assembleia Geral.

1.5. Os membros do Conselho Fiscal beneficiam apenas de remuneração fixa aprovada pela Assembleia Geral.

1.6. Remuneração dos membros da Comissão Executiva:

a) Todos os membros da Comissão Executiva auferem uma remuneração fixa paga 14 vezes ao ano;

b) Anualmente, a Assembleia Geral procede à avaliação da Administração, considerando o cumprimento dos objectivos, os resultados quantitativos e qualitativos alcançados bem como a sua origem e natureza, a sustentabilidade ou ocasionalidade dos mesmos, o risco associado à obtenção daqueles, o cumprimento

normativo, o valor acrescentado para os Accionistas e a forma como a instituição se relacionou com outros *stakeholders*.

1.7. Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral: Os membros da Mesa da Assembleia Geral auferem uma senha de presença, de valor fixo, por cada participação nas reuniões da Assembleia Geral definida e aprovada por esta Assembleia.

2. Remuneração dos Colaboradores:

2.1. A Política de Remunerações dos Colaboradores do Banco BIC, S.A. em vigor no Exercício de 2014 foi aprovada pela Assembleia Geral em 10 de Abril de 2014, sob proposta do Conselho de Administração.

2.2. A avaliação de desempenho dos Colaboradores é anual e realizada pelo respectivo superior hierárquico e dos resultados depende a atribuição da componente variável da remuneração.

2.3. Os Colaboradores que mantêm uma relação jurídico-laboral com o Banco através de contrato de trabalho não beneficiam de outras formas de remuneração que não as que decorram da normal aplicação do direito do trabalho, não beneficiando de nenhum sistema de prémios anuais ou de quaisquer outros benefícios não pecuniários, sem prejuízo de eventualmente auferirem uma remuneração variável nos termos da política de remuneração em vigor.

00.3.4 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A nossa visão exalta o empenho, de todos, na nossa missão, através do trabalho realizado com base nos nossos valores corporativos e que tem dado corpo ao nosso lema: *Investimos Juntos, Crescemos Juntos*.

VISÃO

Ser o melhor e maior Banco privado a operar em Angola, crescendo de forma sustentada, inovadora e oferecendo as melhores soluções aos Clientes, com permanente capacidade de renovação,

contribuindo de forma activa para o desenvolvimento e crescimento de Angola.

MISSÃO

Sermos um Banco sólido, rentável, socialmente responsável, eficiente, ágil, com presença nacional e internacional, vocacionado para a criação de valor, parceiro das empresas e das famílias, que se distingue pela valorização dos seu activos, pela satisfação dos seus Clientes e pela realização dos seus colaboradores, sempre guiado por um comportamento de elevada responsabilidade ética e social.

VALORES

Transparecer em todos os nossos comportamentos, atitudes e decisões os princípios que nos servem de guia no exercício das nossas responsabilidades e na conquista dos nossos objectivos:

Orientação ao cliente

Construir relações duradouras com os Clientes assentes no rigor, integridade e transparência. A nossa dedicação e compromisso com os nossos valores fazem com que os Clientes saibam que podem contar connosco para fornecer serviços de excelência, que os ajudam a alcançar seus objectivos pessoais e profissionais.

Inovação

Observar e interpretar permanentemente o mercado para que possamos marcar a diferença num ambiente altamente competitivo não só pela antecipação de soluções e aquisição de novos conhecimentos como também pela criação de valor.

Ambição

A permanente união entre a humildade pessoal e a ambição profissional permite-nos acreditar que podemos fazer sempre mais e melhor, sendo esta crença uma das forças motrizes do crescimento profissional de cada um em particular e da equipa em geral.

Reconhecimento e valorização contínua dos colaboradores

Os Recursos Humanos são uma das grandes forças impulsionadoras do nosso crescimento e da concretização dos nossos objectivos estratégicos. Pautamos a nossa acção pela criação de condições de trabalho e planos de carreira individuais que pro-

piciem a satisfação e elevem a motivação de todos, assim como privilegiamos o investimento contínuo no desenvolvimento das suas competências técnicas e comportamentais.

Trabalho em equipa

A prossecução da nossa Missão não está ao alcance do trabalho de uma só pessoa mas sim de todos. A constante combinação de talentos e competências procura obter equipas altamente eficazes e com capacidade para gerar sempre mais e melhor e assim superar os nossos próprios limites.

Alto padrão de integridade

A acção de todos os colaboradores obedece a princípios de elevado nível ético e rigorosamente pautada pelos normativos e recomendações do Banco inspirados pelo enquadramento legal emanado pelas Entidades Reguladoras.

Responsabilidade social

Onde quer que estejamos pugnamos pela criação de um ambiente favorável ao investimento e ao crescimento e procuramos estar plenamente integrados na Comunidade quer na envolvimento com a população quer nos serviços prestados. Cada um dos colaboradores e a equipa como um todo deixa como legado o nosso trabalho na construção de um mundo melhor para as próximas gerações.

Estes valores (Orientação ao Cliente, Inovação, Ambição, Reconhecimento e valorização contínua dos colaboradores, Trabalho em equipa, Alto padrão de Integridade e Responsabilidade Social) traduzem a personalidade e a essência corporativa do Banco BIC e são a nossa inspiração para fazer mais, maior e melhor, dia após dia, ano após ano, em benefício de todos.

01.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

- ▶ ECONOMIA MUNDIAL
- ▶ ECONOMIA ANGOLANA
- ▶ POSICIONAMENTO DO BANCO BIC
NO SECTOR BANCÁRIO

01.1 ECONOMIA MUNDIAL

A economia mundial continuou a recuperar em 2014, estimulada principalmente pelo crescimento da economia dos EUA. O PIB mundial cresceu 2,5% em 2014, valor idêntico ao registado em 2013. O comércio mundial cresceu 2,6% em 2014, em consonância com o crescimento do PIB global, valor ligeiramente abaixo do registado em 2013 (2,8%).

A evolução da actividade registou em 2014 diferenças regionais muito significativas. Na Europa, embora se tenha verificado uma melhoria face a 2013, a situação é ainda problemática e desigual, sobretudo na zona Euro.

Nos EUA, o PIB, o consumo privado e o investimento já recuperaram para níveis superiores aos registados no período pré-crise; por sua vez, o consumo público – depois de forte aumento no seguimento da crise – foi reduzido para os níveis pré-crise. Na zona Euro ocorreu situação inversa, o PIB, o consumo privado e o investimento ainda não recuperaram para valores do período antes da crise e o consumo público manteve-se, sustentadamente, 5% acima do valor registado no período pré-crise.

O PIB dos EUA cresceu 2,4% em 2014 (2,2% em 2013). A inflação foi de 1,7 % em 2014, contra 1,5% em 2013. Em consonância com a recuperação do produto, o desemprego desceu de 6,7% em 2013 para 5,6% em 2014. O nível do emprego excedeu em maio, pela primeira, vez o nível pré-crise.

Nos EUA o crescimento do produto e do emprego foram fortes devido ao aumento do consumo arrastado pela melhoria dos activos das famílias, pela política monetária fortemente expansionista e por um sector bancário eficaz e muito bem capitalizado. Devido à evidente melhoria das condições económicas, o Banco Central Americano deixou de comprar títulos em Outubro último, na sequência do que tinha anunciado ao mercado sobre o programa de *Quantitative Easing*.

A América Latina e o Japão viram agravadas as suas situações. Enquanto na América Latina o PIB cresceu 0,9% em 2014 (contra

2,5% em 2013) o Japão sofreu evolução semelhante, o PIB Japonês cresceu 0,3% em 2014, contra 1,5% em 2013.

O caso do Japão é particularmente significativo das dificuldades de implementação da política económica, apesar da vigorosa expansão monetária – que visava provocar um crescimento do PIB de 1% – o país entrou em recessão técnica nos segundo e terceiro trimestres arrastado pela quebra do consumo provocado pelo aumento do IVA de 5% para 8%. Face à estagnação o banco do Japão voltou a reforçar a expansão monetária; depois da grande expansão no início de 2013, em Novembro de 2014 o banco do Japão voltou a aumentar as compras de títulos em 20%.

O preço do petróleo caiu fortemente em especial nos últimos meses de 2014, tendo descido de 115 Dólares por barril em Junho de 2014 para menos de 50 Dólares em Janeiro de 2015.

Em geral, a queda dos preços do petróleo tem ajudado à firme recuperação nas economias avançadas e contribui para manter taxas de inflação baixas. Nos EUA, apesar da política monetária ultra-expansionista, a taxa de inflação, no fim de 2014, estava em 1,7% devido à pressão do preço do petróleo reforçada pela valorização do Dólar.

ECONOMIA EUROPEIA

Na União Europeia, o ano de 2014 foi de recuperação, mas ainda inferior à verificada nos EUA. O produto ainda não atingiu o valor do período da pré-crise, revelando deficiências que vêm de longe e factores próprios que remetem para as dificuldades de completar as reformas estruturais iniciadas.

A queda do preço do petróleo ajudou a aumentar o rendimento disponível das famílias e dos lucros das empresas, incitando o necessário desendividamento acumulado durante a crise, sem provocar a quebra da procura. No entanto, o benefício da queda do preço do petróleo, devido à desvalorização do Euro face ao Dólar, é menos pronunciado na zona Euro.

A recuperação do produto ficou aquém das expectativas suscitadas pelo ocorrido durante a recuperação de anteriores crises. Dúvidas sobre as reformas estruturais do mercado do trabalho e do produto e sobre a vontade de consolidação orçamental de países com o peso da Itália e França têm contribuído para a modéstia da recuperação. Acresce que o conflito na Ucrânia e as sanções à Rússia introduziram incerteza adicional, potenciando as dificuldades de arranque do investimento.

Em 2014, o crescimento do PIB foi de 1,3% na União Europeia e de 0,8% na zona Euro. Em 2013, o PIB tinha estagnado na União Europeia e registado uma contracção de 0,5% na zona Euro.

O desemprego diminuiu, na zona Euro, de 12% em 2013 para 11,6% em 2014. Na União Europeia houve evolução semelhante, a taxa de desemprego passou de 10,8% em 2013 para 10,2% em 2014.

A inflação média, em queda desde 2011, foi em 2014 de 0,4% na zona euro e 0,6% na União Europeia. A baixa inflação registada tem a sua origem na baixa dos preços do petróleo, na ainda elevada subutilização da capacidade produtiva e nos esforços dos países em crise para ganharem competitividade baixando os preços através da quebra dos salários.

Nos países em crise (Portugal, Irlanda, Grécia, Espanha) a situação orçamental teve uma clara melhoria. Todos obtiveram em 2014 excedentes primários ajustados ao ciclo, Grécia 6,7%, Espanha 1,0%, Itália 4,0%, Portugal 2,9%.

Em média, em 2014, o deficit orçamental na zona Euro e na União Europeia terá sido de 2,0% e 3,0%, respectivamente, contra a média, nos anos 2010-2013, de 4,2% e 4,6%.

As taxas de juro no mercado monetário do Euro desceram. As taxas de juro Euribor desceram em todas as maturidades fixando-se, no dia 12 de Janeiro de 2015, em 0,01% na maturidade de 1 mês, 0,07% (3 meses), 0,17% (6 meses) e 0,32% (12 meses).

Sob o estímulo da divergência de políticas monetárias entre os vários Bancos Centrais, designadamente entre o BCE e o FED, e das diferentes dinâmicas de crescimento ligadas às posições diferentes do ciclo económico, o Euro em 2014 deprecou-se 20% face ao dólar e 10% face à Libra Esterlina.

A África Subsariana deverá permanecer como uma das regiões de maior crescimento no mundo.

ÁFRICA SUBSARIANA

O ritmo de progressão global do continente africano, que já no ano passado foi melhor que no conjunto do mundo, voltou a ser em 2014, crescendo 4,5%, comparado com 4,2% em 2013. A África Subsariana deverá permanecer como uma das regiões de maior crescimento no mundo, com uma projecção de aumento do PIB para mais de 5% em 2015/2016.

Na África do Sul, o crescimento abrandou significativamente, condicionado por greves no sector mineiro, escassez de energia eléctrica e baixa confiança por parte de investidores. Angola foi afectada pela descida de produção de petróleo, e o surto de Ébola perturbou gravemente a actividade económica na Guiné, Libéria e Serra Leoa. Contrariamente, Nigéria, a maior economia da região, aumentou as suas actividades a um ritmo robusto, apoiadas por um sector não petrolífero dinâmico. O crescimento foi igualmente forte em muitos dos países de baixo rendimento na região. Com a excepção da África do Sul, o crescimento médio para o resto da região foi de 5,6%.

O aumento da produção agrícola, o investimento em infra-estrutura pública e serviços dinâmicos foram os principais impulsionadores do crescimento. Os fluxos do IDE, uma fonte importante de financiamento da formação do capital fixo na região, diminuíram em 2014, reflectindo um crescimento mais baixo nos mercados emergentes e preços baixos de produtos de base. Contudo, vários países fronteiriços, incluindo Cote d'Ivoire, Quênia e Senegal, conseguiram ter acesso aos mercados internacionais de obrigações para financiar projectos de infra-estruturas.

Alguns países viram-se forçados a controlar as suas despesas para fazer face ao défice orçamental de 2014, originando a di-

minuição de receitas, notavelmente em países exportadores de petróleo devido a diminuição e baixos preços de petróleo. O rácio da dívida permaneceu moderado, dado o crescimento robusto e taxas de câmbio preferenciais. Contudo em alguns países como o Gana, Níger, Senegal e Moçambique a dívida aumentou.

Moçambique é um dos países que se destaca pelo seu crescimento em África. O sector dos serviços em Moçambique regista actualmente um forte aumento, beneficiando da vaga de crescimento que o país está a receber, sobretudo em infra-estruturas de produção e exportação de matérias-primas energéticas como o carvão e o gás natural. A Economist Intelligence Unit prevê que o crescimento económico de Moçambique acelere para 7,3% em 2014 e 7,8% em 2015, impulsionado pela indústria de carvão e investimento em infra-estruturas, e ainda pelo forte crescimento das telecomunicações, indústria e serviços financeiros.

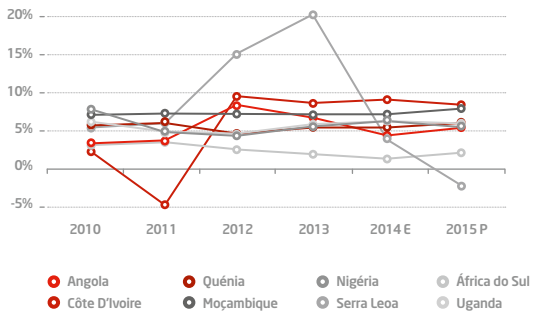
A inflação subiu no primeiro semestre de 2014, devido, em parte, aos mais elevados preços de alimentos, mas permaneceu baixa em muitos países. Reflectindo preocupações sobre baixos preços de petróleo, os spreads soberanos para os exportadores de petróleo subiram significativamente. A moeda nigeriana, Naira, enfraqueceu fortemente face ao Dólar Norte-Americano, induzindo o banco central a elevar as taxas de juro e desvalorizar o Naira. O Rand Sul-Africano continuou a cair devido ao maior défice nacional das transacções correntes.

Prevê-se que o crescimento do PIB regional permaneça de um modo geral inalterado, fixando-se em 4,6% em 2015, crescendo

gradualmente para 5,1% em 2017, apoiado por investimento em infra-estruturas sustentado, aumento da produção agrícola e expansão dos sectores de serviços. Prevê-se que os preços de produtos de base e fluxos internos de capital proporcionem pouco apoio, sendo que a procura e a actividade económica nos mercados emergentes permaneçam controladas.

O crescimento permanecerá robusto na maioria dos países de baixo rendimento, com o investimento em infra-estruturas e expansão agrícola, embora os baixos preços de produtos de base irão amortecer a actividade dos exportadores de produtos de base.

► Produto Interno Bruto (em preços de mercado)



► PIB (em preços de mercado)

	2010	2011	2012	2013	2014 E	2015 P
Angola	3,4%	3,9%	8,4%	6,8%	4,4%	5,3%
Côte D'Ivoire	2,4%	-4,7%	9,5%	8,7%	9,1%	8,5%
Quênia	5,8%	6,1%	4,5%	5,7%	5,4%	6,0%
Moçambique	7,1%	7,3%	7,2%	7,1%	7,2%	8,0%
Nigéria	7,8%	4,9%	4,3%	5,4%	6,3%	5,5%
Serra Leoa	5,4%	6,0%	15,2%	20,1%	4,0%	-2,0%
África do Sul	3,1%	3,6%	2,5%	1,9%	1,4%	2,2%
Uganda	6,2%	5,0%	4,6%	5,9%	6,3%	6,0%

01.2 ECONOMIA ANGOLANA

A queda acentuada do preço do petróleo nos mercados internacionais em cerca de 60%, de USD 115 em Junho de 2014, para USD 46 em Dezembro de 2014, trouxe novos desafios para a economia Angolana reforçando, desta forma, a necessidade de diversificação nomeadamente, por via de uma menor dependência do sector petrolífero.

O índice de preços do consumidor manteve a tendência de estabilidade, fixando-se nos 7,44% (7,69% em 2013), explicado pela diminuição dos preços dos bens alimentares a nível mundial, componente com grande representatividade no cabaz geral de consumo, bem como pela estabilidade do Kwanza face ao Dólar, como resultado das medidas levadas a cabo pelo BNA.

As Reservas Internacionais registaram durante o ano de 2014 um decréscimo de cerca de 12%, a partir dos USD 31 mil milhões registados no final de 2013 para os USD 27 mil milhões em Dezembro de 2014.

Para 2015, com o intuito de acelerar o processo de diversificação da economia, o Governo colocou em marcha um plano de inves-

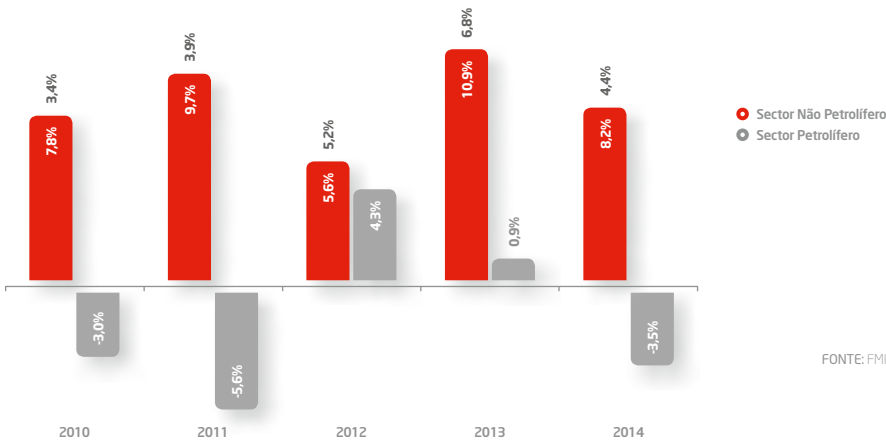
timentos de cerca de 23 mil milhões de Dólares, para aplicar até 2017, para, desta forma, aumentar a produção nacional em detrimento das importações.

Outras medidas como a Reforma Fiscal em curso, o novo regime de IDE, criado em 2011, a nova pauta aduaneira, com imposição de quotas e agravando, cada vez mais, os custos de importação, são vectores essenciais para tentar incentivar a produção nacional.

PRODUTO INTERNO BRUTO

De acordo com os últimos dados disponibilizados pelo Ministério do Planeamento, o crescimento da economia terá sido na ordem dos 6,8% em 2013, tendo desacelerado em 2014 para 4,4%, como reflexo do abrandamento no crescimento do sector não-petrolífero (para 8,2% em 2014, que compararam com 10,9% em 2013), simultaneamente com uma contracção no sector petrolífero (redução de 3,5% em 2014, que compara com o aumento de 0,9% em 2013), em função dos constrangimentos ocorridos ao nível da produção, durante o 1º semestre de 2014, em alguns campos petrolíferos.

► Produto Interno Bruto



FONTE: FMI

O Governo colocou em marcha um plano de investimentos para aumentar a produção nacional em detrimento das importações.

Com uma contribuição para o PIB, que tem vindo a decrescer, mas que é ainda de cerca de 42%, o petróleo e as respectivas actividades de suporte constituem a grande fonte de financiamento da economia angolana. Contudo, o país ainda está longe de ser auto-suficiente em produtos refinados. O contributo dos impostos petrolíferos para as receitas do Orçamento de Estado tem vindo a declinar, tendo passado de 76% em 2011 para 70% em 2014.

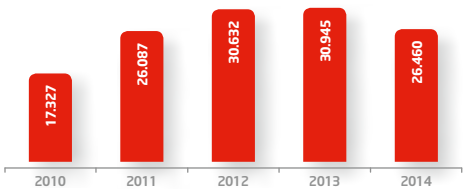
O sector agrícola continua a ser o sector que mais impulsiona o sector denominado como “nova economia”, já com um peso de cerca de 12% no PIB, que compara com um peso de 1,9% em 2008. Embora o sector agrícola continue a influenciar de forma significativa o andamento da actividade económica, este é também um sector com um comportamento muito volátil, já que depende de factores climáticos, bem como da qualidade da colheita.

RESERVAS INTERNACIONAIS E SECTOR PETROLÍFERO

As Reservas Internacionais Líquidas (RIL) apresentavam crescimentos significativos desde 2009. O crescimento das RIL foi suportado pela entrada de divisas no âmbito do investimento directo estrangeiro no sector petrolífero, bem como das receitas de exportações de petróleo.

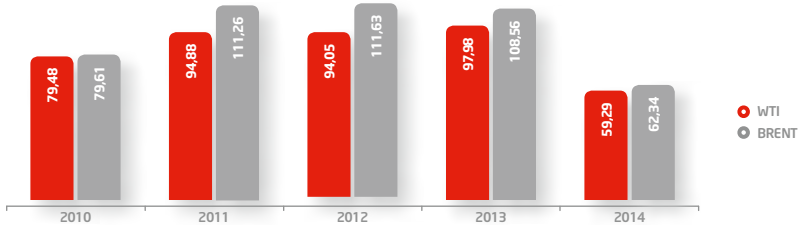
No entanto, em 2014 a tendência inverteu-se, tendo-se alcançado USD 26,46 mil milhões em Dezembro, uma diminuição de cerca de 4 mil milhões comparativamente a Dezembro de 2013. Os entraves à produção petrolífera, ocorridos no 1º semestre de 2014, e a redução das cotações internacionais do petróleo, no último trimestre de 2014, têm pressionado negativamente o nível de reservas internacionais líquidas, que passaram de cerca de 7,5 meses de importações para cerca de 7 meses de importações, de acordo com dados do BNA.

► Reservas Internacionais Líquidas



Embora em 2008/2009 também se tenha verificado uma situação semelhante, com uma queda acentuada do preço do petróleo, é entendimento do governo que, em função das medidas tomadas nos últimos anos, o país está mais bem preparado do que em 2009. O nível das reservas internacionais de hoje é bastante mais confortável do que em 2008 (o nível das reservas externas actuais equivale a cerca de 7 meses de importações, quando em 2008 cobria pouco mais de 5 meses de importações), e Angola já dispõe de um Fundo Soberano, com um capital realizado de USD 5 mil milhões.

► Evolução Preço do Petróleo



Durante o primeiro semestre de 2014 a produção média diária de petróleo terá caído para uma média de 1,65 milhões de barris por dia (mbd), o que compara com a média de 1,74 mbd em 2013, ficando, desta forma, abaixo dos 1,87 mbd definidos pelo governo Angolano.

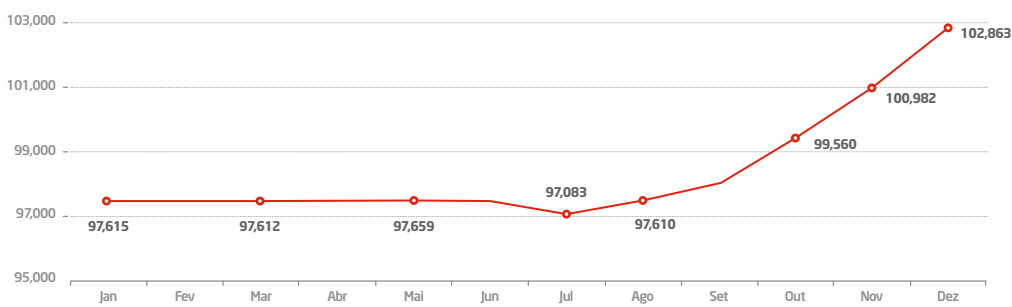
O Orçamento Geral do Estado para 2014 foi elaborado com base num preço do petróleo de USD 91 por barril, valor acima do preço verificado no final do ano de USD 45,9, e que, após rectificação, gerou um défice de cerca de 242 milhões, equivalentes a 0,2% do PIB, ficando abaixo do défice orçamentado.

Para 2015, em função dos desafios colocados pela descida do preço do petróleo, fica patente a alteração das prioridades nos gastos, com fortes cortes na despesa pública, em particular no investimento público que visa, em conjugação com alterações nas políticas monetárias e noutras políticas públicas, preservar a estabilidade cambial e de preços, o equilíbrio externo, bem como a manutenção do crescimento económico e social.

MERCADO CAMBIAL

A taxa de câmbio AKZ/USD apresentou-se relativamente estável até ao 3.º trimestre de 2014, com a manutenção do câmbio nos 97,600 AKZ/USD. Após este período, verificou-se uma depreciação do Kwanza em cerca de 5,3% para 102,863 AKZ/USD a 31 de Dezembro de 2014.

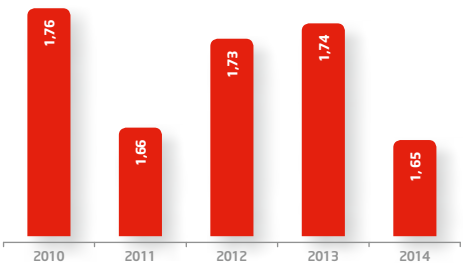
► Evolução do Kwanza Face ao Dólar Norte-Americano



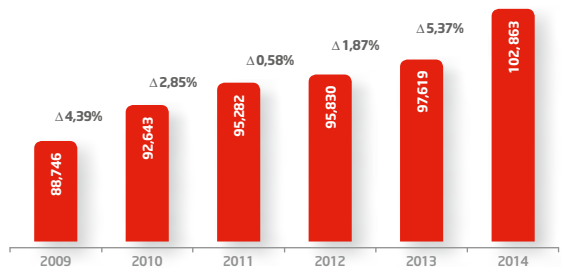
A maior procura de divisas ocorrida no último trimestre de 2014, associada a algum abrandamento da oferta em resultado da queda do preço do petróleo nos mercados internacionais, levou a um aumento da pressão sobre o Kwanza e, consequentemente, à sua desvalorização face ao USD em 5,37%.

No final de 2014, as Reservas Internacionais Líquidas equivaliam a cerca de sete meses de importações.

► Produção de Petróleo (em milhões de barris/dia)



► Depreciação do Kwanza Face ao Dólar

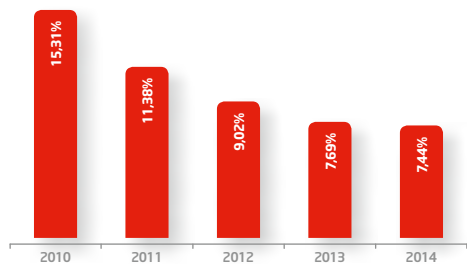


INFLAÇÃO E MERCADO MONETÁRIO

O aumento da produção agrícola e a diminuição dos preços internacionais dos alimentos, aliados a uma taxa de câmbio relativamente estável, pelo menos durante os primeiros 9 meses de 2014, permitiram manter a tendência descendente da inflação média anual, que atingiu o mínimo histórico de 6,89 %, em Junho de 2014.

No entanto, a desvalorização do Kwanza face ao Dólar Norte-Americano registada nos últimos meses do ano, bem como o aumento dos preços da gasolina e do gasóleo, em Setembro e Dezembro, em 25% e 20% respectivamente, levou a um aumento da pressão sobre os preços, tendo a inflação terminado o ano de 2014 em cerca de 7,4%.

► Taxa de Inflação Anual



Para os próximos anos, embora permaneça, da parte do Governo, o objectivo de manutenção da taxa de inflação observada em 2014, mantendo o índice de inflação abaixo dos 10%, factores como a redução acentuada do preço do petróleo nos mercados internacionais, a revisão da pauta aduaneira e, por outro lado, a crescente procura interna conjugada com a insuficiente oferta interna de bens e serviços, mantêm-se como desafios a considerar no controlo deste indicador.

No ano de 2014 o Banco Nacional de Angola aumentou a taxa de absorção de liquidez em 0,25% para 1,5% no primeiro trimestre de 2014, ocorrendo outro aumento de 0,25% em Maio para 1,75%, tendo permanecido sem alterações adicionais até ao final de 2014.

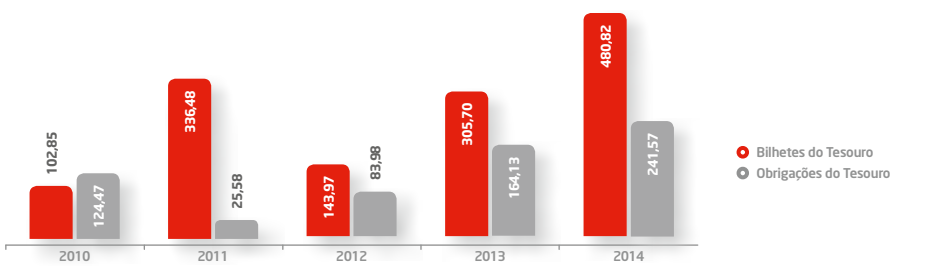
As emissões de BT's e OT's registaram um aumento de 57% e 47% respectivamente.

As emissões de Bilhetes do Tesouro (BT's) em 2014 registaram um aumento percentual na ordem dos 57,28%, como resultado das políticas de financiamento privilegiadas pelo Governo Angolano, fechando o ano de 2014 com um saldo de AKZ 480,82 mil milhões, face ao saldo do ano homólogo (AKZ 305,70 mil milhões). As taxas nominais dos BT's, no prazo de 364 dias, embora tenham apresentado alguma volatilidade, com um mínimo de 5,86%, em Agosto de 2014, registaram em Dezembro de 2014 um máximo de 7,92%, (5,17% em 2013).

A emissão de Obrigações do Tesouro passou a ter outro destaque no mercado de títulos, registando-se um aumento de emissão de 47,19% face a 2013, correspondendo a um total de 241,57 mil milhões de Kwanzas, ocorrendo um total de 66 mil milhões em Dezembro, período em que ocorreu uma parte significativa da regularização da dívida pública interna.

► Emissão de Títulos

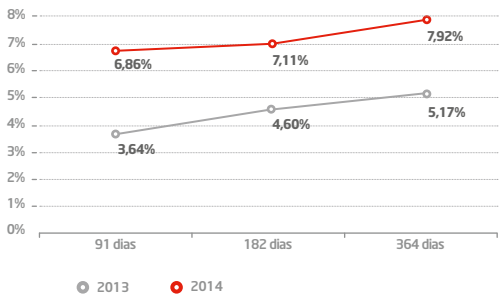
(em milhões de USD)



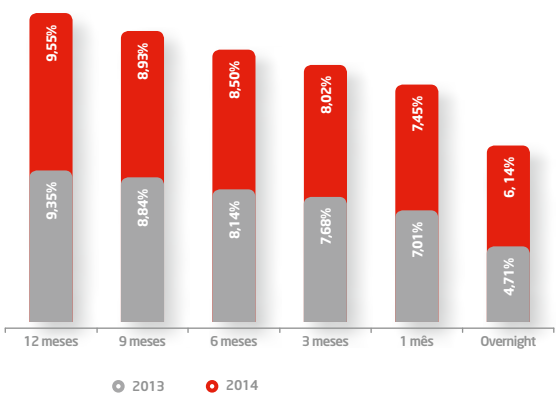
O Comité de Política Monetária do Banco Nacional de Angola (CPM) decidiu descer a taxa básica de juro (Taxa BNA) de 9,25% em 2013 para 8,75% até Outubro de 2014, tendo o bom comportamento da inflação, até àquela data, contribuído decisivamente para esta descida. Após este período, e antecipando o aumento do nível geral de preços, quer pelo aumento ocorrido no preço dos combustíveis, quer pela desvalorização do Kwanza face ao Dólar Norte-Americano, o comité de política monetária decidiu aumentar a taxa de referência em 0,25% finalizando o ano de 2014 em 9%.

A taxa *Luibor overnight* registou um mínimo de 2,92%, que resultou essencialmente da redução das Reservas Obrigatórias em Moeda Nacional de 15% para 12,5% (Fevereiro de 2014), ocorrendo uma maior disponibilidade de liquidez no mercado monetário interbancário. As taxas para os prazos mais curtos, nomeadamente *overnight*, a um mês e a três meses, terminaram o ano nos 6,14%, nos 7,45% e nos 8,02%, respectivamente (4,71%, 7,01% e 7,68% em 2013) e, nos prazos mais largos, a seis meses, a nove meses e a doze meses, terminaram o ano nos 8,50%, nos 8,93% e nos 9,55%, respectivamente (8,14%, 8,84%, 9,35% em 2013). De realçar que a *Luibor overnight* ao longo de 2014 teve uma média de 3,71%, registando-se um aumento apenas em Dezembro de 2014, em virtude das novas regras de apuramento e cumprimento das reservas obrigatórias aplicadas pelo BNA, com efeito a partir de Janeiro de 2015, e que, entre outras alterações, voltaram a colocar o coeficiente das Reservas Obrigatórias em Moeda Nacional em 15%.

► Taxa de Juros BT'S



► Luibor BNA



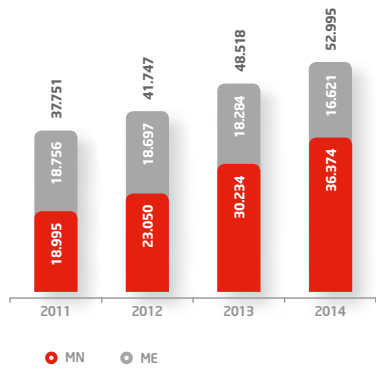
INDICADORES DO SECTOR BANCÁRIO

Os esforços desenvolvidos pelo Executivo Angolano, seja no desenvolvimento dos sectores não petrolíferos e na criação de infra-estruturas nas várias províncias, seja ao nível da política monetária, continuam a contribuir para a evolução do sector bancário nas suas várias dimensões e para o crescimento da taxa de bancarização.

Embora no ano de 2014 se tenha verificado uma redução do crescimento relativo do sector bancário de 12,45% para 8,31%, quando comparado com o ano de 2013, o sector continuou a evoluir de forma bastante significativa.

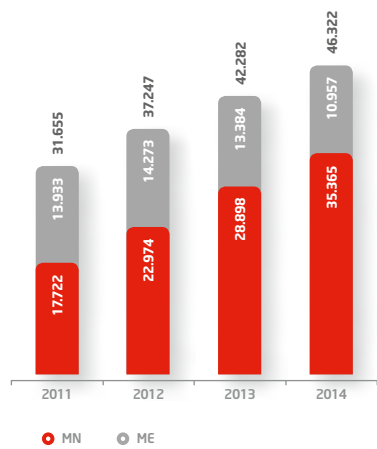
Para além do aumento verificado nos activos totais, também os depósitos totais cresceram em cerca de 9,23%, passando de USD 48.518 milhões em 31 de Dezembro de 2013 para USD 52.995 milhões em 31 de Dezembro de 2014. De salientar que os depósitos em moeda nacional reforçaram o seu peso no total de depósitos em 2014, representando cerca de 69% do total de depósitos, contra os 62% verificados em 2013, o que, desta forma, representa um sinal bastante positivo do processo de desdolarização da economia.

► Recursos de Clientes



No período em análise, registou-se também o crescimento do crédito concedido à economia, tendo atingido um *stock* de USD 46.322 milhões em 31 de Dezembro de 2014, representando assim um aumento na ordem dos 9,55% em relação ao período homólogo. Nesta rubrica destaque para o crescimento significativo dos créditos denominados em moeda nacional, com um peso relativo de 76% no ano de 2014 contra os 68% que representavam em 2013.

► Crédito à Economia



O papel instrumental da actividade bancária na aceleração da diversificação da economia é essencial, nomeadamente no apoio aos investimentos internos que permitirão esta diversificação. No entanto, o contexto de contenção do rácio de crédito mal parado, de redução do rácio *cost-to-income*, e de continuação da bancarização em curso, constituirá um desafio para o sector, e exigirá estratégias de inovação nos produtos e no relacionamento com os clientes, no curto prazo.

01.3 POSICIONAMENTO DO BANCO BIC NO SECTOR BANCÁRIO

Em 2014 o sistema financeiro Angolano manteve os níveis de crescimento dos últimos anos, mantendo o seu papel fundamental no bom desempenho macroeconómico que o País tem registado. Os activos consolidados, do sistema financeiro Angolano, cresceram cerca de 8,31% face a 2013 e os principais indicadores, como os depósitos e o crédito à economia, verificaram taxas de crescimento de 9,23% e de 9,55%, respectivamente.

Neste cenário o Banco BIC manteve o seu alinhamento estratégico, focado num forte crescimento estrutural, uma constante adaptação às necessidades de mercado, exigidas pelo cliente e pelo regulador, numa aposta contínua na inovação, bem como um reforço substancial do crédito à economia.

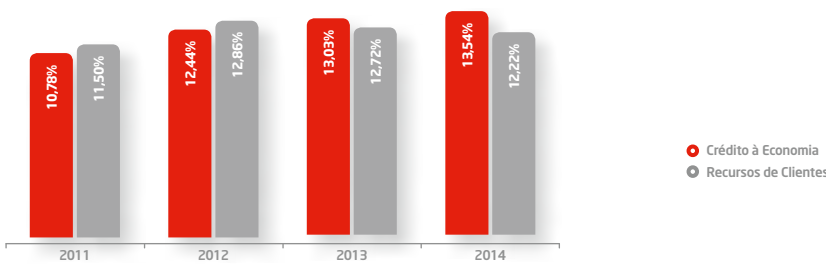
O ano de 2014 foi bastante positivo para o Banco BIC, no que diz respeito à evolução dos seus principais indicadores de negócio. A carteira de crédito cresceu 15% face a Dezembro de 2013 e os depósitos de clientes apresentaram uma evolução positiva de 6% comparativamente a Dezembro de 2013. Além destes indicadores o Banco BIC manteve quotas de mercado relevantes, através de uma oferta de produtos e serviços inovadores, aumentando assim os volumes de depósitos e crédito, bem como mantendo níveis adequados de rentabilidade.

Com os entraves à produção petrolífera, ocorridos no 1.º semestre de 2014, o Banco Nacional de Angola reduziu ligeiramente o volume de vendas de divisas no ano de 2014, face a 2013. Desta forma, em 2013, as vendas atingiram USD 19.281,8 milhões, baixando 0,6% para um total USD 19.174,5 milhões em 2014. O Banco BIC, tal como nos anos anteriores, manteve-se como uma referência neste sector comprando cerca de USD 3 mil milhões.

O Banco BIC mantém uma visão positiva em relação ao País, vislumbrando perspectivas favoráveis nos segmentos em que actua. O volume de crédito cresceu a taxas sustentáveis e compatíveis com o risco, tendo o Banco, a 31 de Dezembro de 2014, uma carteira de crédito concedido de USD 6.898 milhões, obtendo assim uma quota de mercado de 14% no total de crédito concedido à economia (13% em 2013).

O aumento da carteira de crédito concedido a clientes verificou-se, essencialmente, no crédito em moeda nacional, com um peso de 68%, totalizando USD 1.683 milhões, mais 46% face a 2013, que registou um total de USD 1.156 milhões, representando um aumento de USD 527 milhões.

► Quotas de Mercado



A actividade de crédito tem igualmente um papel indispensável no suporte aos esforços em curso de diversificação da economia angolana, funcionando como dinamizador dos diferentes sectores da economia. Foi neste contexto que o Banco BIC aderiu em 2013 ao Angola Investe (que inclui uma linha de crédito bonificado e um fundo de garantias públicas), tendo aprovado cerca de USD 97 milhões até 31 de Dezembro de 2014, correspondendo a um total de 33 projectos, dos quais 24 já se encontram em execução.

Desta linha de crédito, até 2014, já foram desembolsados cerca de USD 49 milhões, no âmbito do programa Angola Investe, sendo que as províncias mais beneficiadas foram Luanda, Kwanza Sul, Bengo, Benguela e Uíge. Os sectores com maiores concessões foram a Indústria e a Agricultura com um total de 14 e 8 projectos respectivamente.

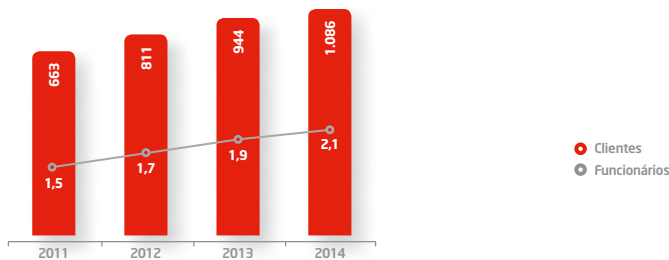
O crescimento que o Banco pretende alcançar continuamente implica investimentos substanciais em infra-estrutura e tecnologia da informação e no capital humano, pilares indispensáveis para o mercado bancário. Assim sendo o Banco BIC reforçou a rede de balcões com a abertura de mais 17 novas agências totalizando, desta forma, 219 agências em todo território nacional, atenden-

O Banco BIC aderiu ao Programa Angola Investe, tendo aprovado crédito no montante de USD 97 milhões até 31 de Dezembro de 2014, num total de 33 projectos.

do uma base diversificada de clientes e dando continuidade à sua política de expansão, a fim de manter uma estratégia eficaz, equilibrada e de geração de valor para os clientes. Nesta mesma vertente o quadro de colaboradores teve um aumento de 12% face a 2013, para um total de 2.097 colaboradores, tendo em conta as necessidades e exigências do mercado.

Indicadores do Mercado

(em milhares)



Desde o início da sua actividade o Banco tem como filosofia ser um banco de portas abertas, receptivo a todos os que procuram, democratizando o acesso aos produtos e serviços bancários. E, como resultado desta filosofia, a base de clientes teve um crescimento de mais 142.000 clientes, para um total de 1.086.000 clientes.

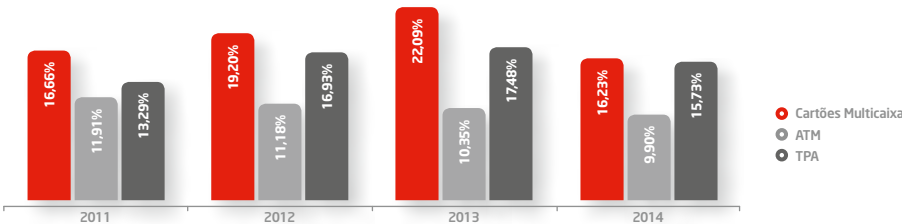
O Banco BIC tem apostado na diversificação da sua oferta e na prestação de serviços bancários com maior qualidade, disponibilizando à rede um total de 246 ATM's, o que corresponde a um aumento de 9% quando comparado a 2013 (225 ATM's). Este to-

tal de ATM's está disponível em 70 municípios o que representa uma taxa de operacionalidade de 95,59% no território nacional.

Foram também instalados mais 897 TPA's em 2014, totalizando 4.313 TPA's, junto dos nossos clientes, o que corresponde a um aumento de 26% face a 2013.

Na segmentação da oferta de produtos e serviços, temos ainda a destacar a boa performance da actividade de cartões resultando num total de 490.950 cartões em 2014, mais 9% do que em 2013.

Quotas de Mercado



02.

ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

- ▶ PRINCIPAIS LINHAS DE NEGÓCIO
- ▶ REDE DE DISTRIBUIÇÃO
E PRESENÇA GEOGRÁFICA
- ▶ MARCOS HISTÓRICOS
- ▶ MARKETING E COMUNICAÇÃO
- ▶ TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO
- ▶ RECURSOS HUMANOS

02.1 PRINCIPAIS LINHAS DE NEGÓCIO

Desde a sua constituição que um dos pilares estratégicos e de diferenciação do Banco BIC é a prestação de serviços caracterizados pela excelência e permanente orientação para as necessidades de cada cliente. Em 2014, o Banco conseguiu atingir um crescimento médio anual de cerca de AKZ 194 mil milhões (USD 1.260 milhões) no seu Volume de Negócios (incluindo o crédito ao Estado) fruto de um forte dinamismo comercial, junto dos segmentos de clientes, particulares e empresas.

É de realçar, igualmente, o reforço da actividade internacional, designadamente com o Banco BIC Português, com enfoque nos níveis de eficiência entre instituições, que representam uma fonte de crescimento e um aumento de valor fundamentais para os nossos clientes. Em 2012 foi criado o Gabinete Angola-Portugal de forma a dinamizar este negócio bilateral.

A estrutura comercial do Banco foi definida tendo em conta uma melhor orientação para as necessidades do cliente estando, deste modo, dividida em quatro segmentos principais, nomeadamente Particulares e Negócios, Private Banking, Investimento e Empresas, sendo de realçar, neste último, o desenvolvimento do Departamento de Petróleo e Gás.

Durante o ano de 2014, o Banco continuou o processo de reorganização de algumas destas áreas com o objectivo de uma contínua melhoria dos serviços prestados aos clientes. Desta forma, foram alocados alguns clientes ao segmento que mais se adequam, bem como foram reforçadas as competências de análise de propostas de crédito dentro destes segmentos.

Direcção de Particulares e Negócios

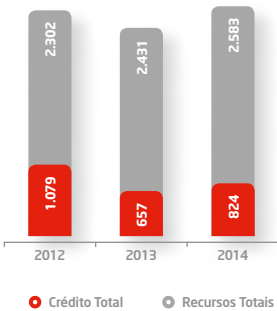
A 31 de Dezembro de 2014, a Direcção de Particulares e Negócios (adiante DPN) conta com um total de 190 agências e 7 postos de atendimento distribuídos por todas as províncias de Angola e que representam cerca de 90% do total da rede comercial do Banco BIC.

Esta Direcção, que suporta a Rede de Agências do Banco BIC, re-

gistou um acréscimo de USD 152 milhões ao nível dos recursos totais de clientes (+6% face a 31 de Dezembro de 2013), tendo atingido o montante total de USD 2.583 milhões a 31 de Dezembro de 2014. Relativamente ao crédito total, o valor global da carteira da DPN ascendeu a USD 824 milhões a 31 de Dezembro de 2014 (USD 657 milhões em 31 de Dezembro de 2013).

A DPN desenvolveu durante o ano de 2014 a sua actividade com particular enfoque no reforço das carteiras de recursos de clientes e de crédito, bem como no reforço da relação comercial com os clientes por via da colocação de novos produtos.

► Direcção de Particulares e Negócios



Direcção de Empresas

No ano de 2014 a Direcção de Empresas (adiante DE) continuou a acção de fidelizar os clientes na prestação de um serviço mais qualificado. A 31 de Dezembro de 2014 dispunha de 17 centros de empresas.

No âmbito de um processo de realocação de clientes que se iniciou em 2012, deu-se continuidade às transferências para os centros de empresas de contas que anteriormente estavam alocadas a outras direcções comerciais, no intuito de se poder

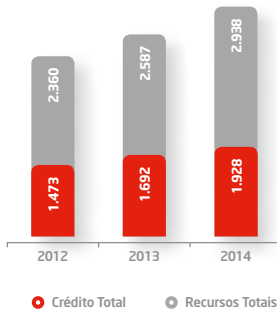
prestar um serviço mais personalizado e diferenciado a este segmento de clientes.

No ano de 2014, a DE registou um crescimento ao nível dos recursos captados em mais de USD 351 milhões, passando de USD 2.587 milhões no final de 2013 para USD 2.938 milhões no final de 2014 (crescimento de 14%) fruto do trabalho de reforçar a sua relação comercial com os actuais clientes, bem como de angariar novos clientes.

Em termos de créditos totais de clientes, a DE teve sob a sua gestão cerca de USD 1.928 milhões em 31 de Dezembro de 2014. Tendo sempre presente os rácios de solvabilidade do Banco, a solidez do negócio e a qualidade da carteira de crédito, a DE continuou a monitorar de perto a sua carteira de clientes e, para aqueles que apresentaram sinais de maior dificuldade, estabeleceu uma política criteriosa de renovações de operações, sendo o reforço de garantias associadas às operações de crédito uma das ferramentas de gestão decisivas.

A Direcção de Empresas, em 31 de Dezembro de 2014, contribuiu com cerca de 57,8% para a carteira de crédito e com 44,1% para a carteira de recursos totais do Banco.

► Direcção de Empresas



Em 2014, o Banco atingiu um crescimento de AKZ 194 mil milhões no seu Volume de Negócios, fruto de um forte dinamismo comercial.

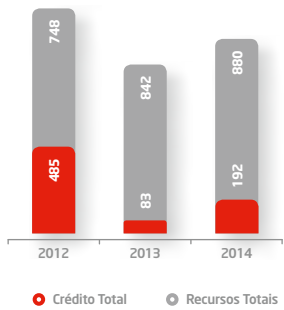
Direcção de Empresas - Departamento de Petróleo e Gás
Com a aprovação da Lei Cambial, em Maio de 2012, aplicável ao sector petrolífero, o Banco BIC criou um Departamento de Petróleo e Gás, concebido de raiz para atender de forma exclusiva e com um serviço de excelência as necessidades específicas deste segmento.

Numa primeira fase o Departamento focou-se, essencialmente, nas actividades de *front office* para apoiar as empresas no processo de transição das diferentes etapas da nova Lei Cambial. Posteriormente desenvolveram-se as actividades de *back office*, nomeadamente com a criação de um conjunto de subdivisões nos vários departamentos dos serviços centrais que, aliadas a um conjunto de inovações tecnológicas, visam garantir a celeridade e eficiência de todos os processos e uma maior adequação às exigências deste sector.

Private Banking
O nosso compromisso é melhorar continuamente o serviço aos nossos clientes. Trata-se do mais elevado e diferenciado nível de atendimento bancário, fornecendo uma estrutura mais personalizada baseada na venda de produtos de consultoria financeira, em linha com o perfil de risco identificado para cada cliente; mantendo como principal objectivo a sustentada preservação do património dos clientes em detrimento da performance, para a manutenção do crescimento e a consolidação da actividade.

Em 2014, os recursos captados ascenderam a USD 880 (crescimento de 5% face a 31 de Dezembro de 2014. Relativamente ao crédito, a carteira totalizou a 31 de Dezembro de 2014 cerca de USD 192 milhões (USD 83 milhões em 31 de Dezembro de 2013).

► Private Banking



Direcção de Investimento

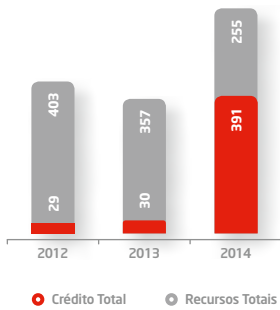
A Direcção de Investimento rege-se pelo modelo tradicional de segmentação bancária, para os seus clientes ao nível de investimento/renda que estes apresentam. Conhecendo melhor o cliente e desenvolvendo as melhores práticas de monitorização e prospecção, para materializar o compromisso com quem investe, com o objectivo de atingir a concretização bem-sucedida de cada projecto, construindo parcerias estratégicas e sinergias de valor. A Direcção de Investimento está presente ao longo de todo o ciclo do projecto de investimento, junto do Investidor, desde a sua concepção até ao momento de plena actividade do mesmo.

Para os investidores que estão dispostos a diversificar o seu investimento e a apostar neste segmento, o Banco BIC dispõe de várias alternativas de investimento que acompanham a evolução da realidade empresarial, dinamizando a rede comercial dos agentes económicos que mantêm relações financeiras com o Banco.

Em 31 de Dezembro de 2014, esta direcção dispõe de três Centros de investimento, que dão um acompanhamento permanente e especializado, tanto na gestão diária da carteira de clientes

como na tomada de decisão de investimento. Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo em carteira de recursos totais ascendia a USD 255 milhões e a carteira de crédito concedido totalizava USD 391 milhões.

► Direcção de Investimento



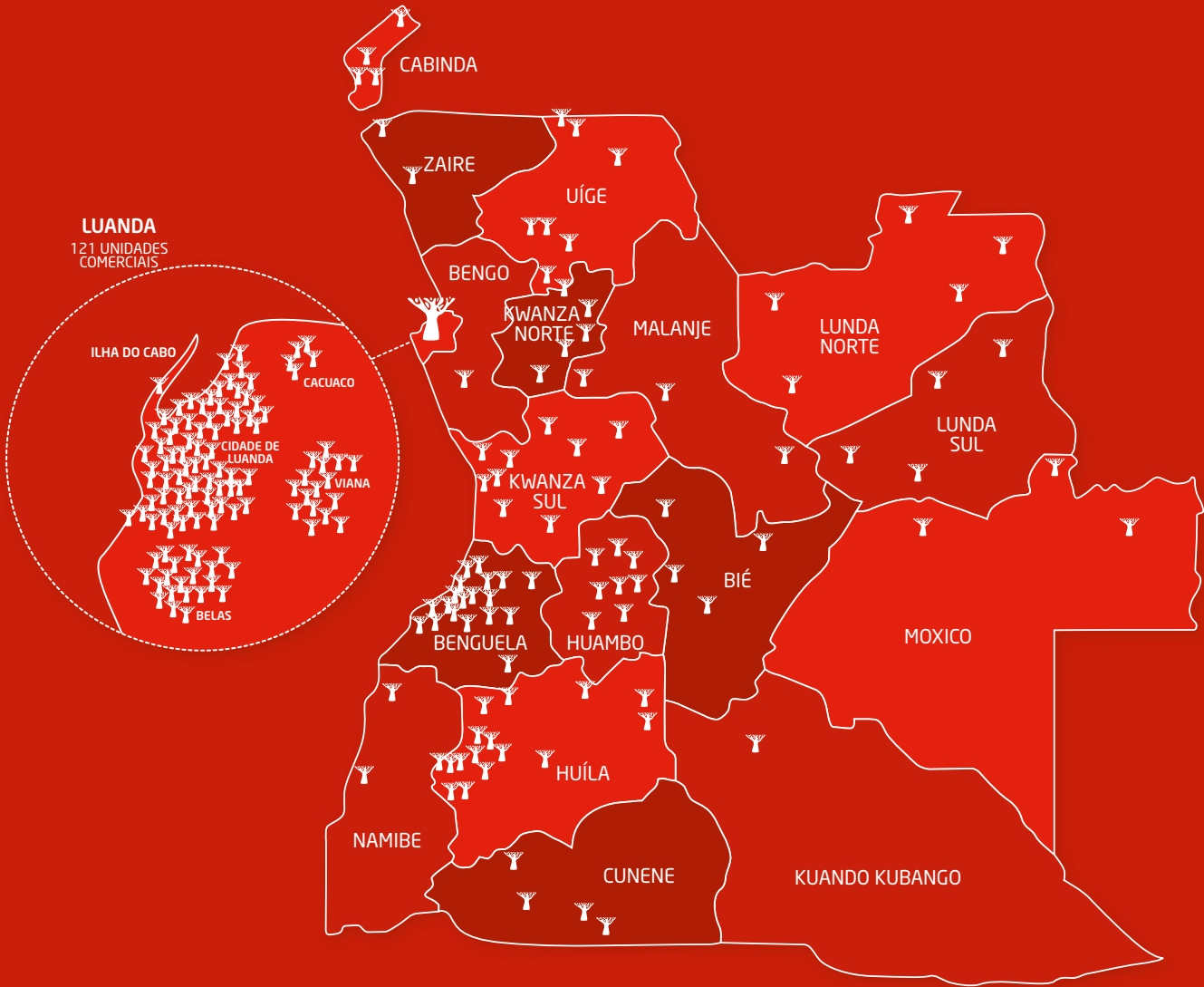
Gabinete Angola Portugal

Em Maio de 2012, foi criado o Gabinete Angola Portugal (adiante GAP), para dinamização do negócio bilateral entre Angola e Portugal, assegurando a gestão dos fluxos financeiros entre os dois países e apoiando os empresários Angolanos e Portugueses na sua actividade de internacionalização.

Alinhado com a estratégia comercial do Banco, o objectivo deste Gabinete é estreitar cada vez mais as relações comerciais entre os dois países assegurando os níveis de excelência e profissionalismo exigidos.

Entre as principais actividades do GAP estão o apoio financeiro à actividade corrente das empresas de ambos os países, nomeadamente com serviços de financiamento de apoio às exportações, a prestação de informação sobre as especificidades de cada mercado e acompanhamento dos fluxos gerados entre os 2 países com uma particular atenção à celeridades dos processos e à competitividade dos *pricings* praticados.

02.2 REDE DE DISTRIBUIÇÃO E PRESENÇA GEOGRÁFICA



BENGO Agências - 1	CABINDA Agências - 4	HUÍLA Agências - 15 Centros de Empresa - 1	KWANZA SUL Agências - 10	LUNDA NORTE Agências - 5	NAMIBE Agências - 2
BENGUELA Agências - 16 Centros de Empresa - 2 Posto de Atendimento - 1	CUNENE Agências - 4	KUANDO KUBANGO Agências - 1	LUANDA Agências - 98 Centros de Empresa - 14 Centros de Investimento - 3 Balcões Empresa - 5 Private Banking - 1	LUNDA SUL Agências - 4	UÍGE Agências - 6 Posto de Atendimento - 1
BIÉ Agências - 4	HUAMBO Agências - 8	KWANZA NORTE Agências - 5		MALANJE Agências - 3	ZAIRE Agências - 2
				MOXICO Agências - 3	

02.3 MARCOS HISTÓRICOS

Ao longo destes anos de existência, o Banco BIC mantém-se fiel aos valores da marca, que assentam no permanente contributo para o desenvolvimento económico, cultural e social de Angola e dos países em que está presente.

Os marcos históricos do Banco BIC são o reflexo evidente de uma estratégia consistente e uma gestão equilibrada e estável.

2014

- O BIC Seguros, S.A. inaugura a sua Sede Social em 15 de Outubro de 2014;
- Os accionistas do Banco BIC obtêm licença em 1 de Outubro de 2014 para operar no mercado segurador em Angola, com a Seguradora BIC Seguros, S.A.;
- O Banco BIC em Angola ultrapassa a fasquia de 1.000.000 clientes e conta com 2.097 colaboradores e um total de 217 balcões;
- O Banco BIC é cada vez mais uma marca internacional. Não só com a presença em Portugal, desde 2008, mas agora também em Cabo Verde (IFI), África do Sul (Rep. Office) e no Brasil;
- Banco BIC distinguido com o “Prémio Sirius 2014”, pelo “Melhor Programa de Educação Financeira”; e
- Banco BIC ascende no *ranking* dos 100 Maiores Bancos Africanos, constando na 32.ª posição, publicado pela revista *The Banker*.

2013

- Banco BIC foi distinguido como “Melhor Empresa do Ano no Sector Financeiro em Angola”, atribuído nos “Prémios Sirius 2013”;
- Prémio de “Best Bank in Angola”, atribuição concedida pela prestigiada revista *The Banker*, do grupo Financial Times;
- Início do processo de internacionalização e convertibilidade da

moeda Angolana (o Kwanza). Neste processo as notas de Kwanza são comercializadas na rede de agências do Banco BIC em Portugal; e

- O Banco BIC reforçou a actividade internacional com o início da actividade em Cabo Verde e fechou o acordo para a actividade no Brasil.

2012

- Segundo a revista *African Business*, que anualmente publica uma listagem dos 100 maiores bancos de África tendo por base os Fundos Próprios de cada instituição, o Banco BIC sagrou-se como o 32.º maior Banco de África. Este facto notável ganha ainda maior relevância se considerarmos os sete anos de existência do Banco BIC, em comparação com outras instituições com mais de 50 anos de história no sistema financeiro africano;
- O Banco BIC fechou o ano de 2012 com um número de clientes superior a 800 mil, demonstrando assim a confiança que os clientes depositam neste Banco e o esforço dos seus colaboradores; e
- Foi criado o Departamento de Petróleo & Gás para responder às necessidades específicas deste sector. Sendo Angola um dos maiores produtores de petróleo e estando o Governo a impor condições para um maior envolvimento das empresas desse sector no mercado financeiro nacional, urge a necessidade dos bancos se adaptarem às exigências específicas dessas empresas.

2011

- Aquisição do Banco Português de Negócios ao Estado Português contribuindo, assim, para o alargamento da presença do Banco BIC no mercado Português e Europeu (concretizado formalmente em 29 de Março de 2012);
- Inauguração da nova sede do Banco BIC em Talatona, numa cerimónia presidida por sua Excelência o Governador do Banco Nacional de Angola, Dr. José de Lima Massano. A nova sede permi-

te centralizar os serviços contribuindo, desta forma, para que os índices de qualidade do atendimento a prestar aos nossos clientes sejam ainda mais elevados. O edifício, com 10 pisos, acolhe cerca de 350 funcionários distribuídos por serviços centrais, uma agência, um centro de empresas, um centro de investimento e um *private banking*;

- Após pouco mais de seis anos de existência e um capital inicial de USD 30 milhões, o Banco BIC superou, a 31 de Dezembro de 2011, os USD 650 milhões de capitais próprios;
- O Banco BIC tornou-se o maior banco privado angolano em termos de cobertura comercial em Angola – 167 unidades comerciais das quais 99 em Luanda e as restantes 68 distribuídas pelas diferentes províncias do país;
- Lançamento da Revista BIC MAIS, uma nova forma de comunicação interna e de partilha de informação, que vem criar ainda mais valor e assumir-se como um factor diferenciador;
- Lançamento da conta BIC Cofre Mealheiro, uma conta dirigida às crianças e aos pais das crianças, incentivando desde cedo a poupar, para permitir a concretização de projectos futuros; e
- Assinatura do protocolo de cooperação “Depósito Bankita” lançado pelo Banco Nacional de Angola, em conjunto com mais sete bancos. O produto, que reduz o valor mínimo para a abertura de uma conta para 100 Kwanzas, tem como objectivo alargar o acesso ao circuito bancário a todos os cidadãos.

2010

- Lançamento da campanha “BIC Salário – Função Pública”. Agora os funcionários públicos podem receber pelo Banco BIC. E recebem mais vantagens: Crédito Pessoal, Crédito Automóvel, Crédito Habitação e Antecipação até 100% do Salário;
- Lançamento da campanha “Prémios CAN 2010”, tendo como tema – “Os Palancas têm o apoio da bancada e do Banco”, com um prémio de USD 1.000.000 para a selecção de Angola pela conquista do Campeonato Africano das Nações (CAN) e ainda pelas vitórias, pelos golos marcados e pelo desempenho dos melhores em campo;

➤ Lançamento da campanha “5 ANOS a fazer crescer Angola”, alusivo ao 5.º aniversário do Banco BIC. O motivo maior foi dizer aos angolanos que estamos presentes em todo o país, nas 18 capitais de província e nos principais municípios. O que equivale a dizer que o Banco BIC está cada vez mais próximo dos angolanos, das suas famílias e das empresas, sendo um forte parceiro no desenvolvimento comum;

➤ Em 2010 foi superada a fasquia dos 500.000 Clientes, onde se enquadram grandes empresas, pequenos negócios e particulares, o que demonstra a confiança que os clientes depositam em nós;

➤ A Revista *African Business* elegeu o Banco BIC como 42.º Maior Banco de África, numa lista onde fazem parte bancos com mais de meio século de existência. A solidez financeira do banco, bem como a qualidade dos serviços prestados aos clientes, foram factores cruciais para tal reconhecimento;

➤ Celebração de um acordo com a multinacional Coca-Cola para a abertura de duas linhas de crédito com vista a financiar projectos privados na província do Bengo. Denominadas “Bengo Investe I e II”, as duas linhas de crédito têm um valor global de 23 milhões de dólares; e

➤ O Banco BIC tornou-se o maior banco privado angolano em termos de cobertura geográfica dos seus Balcões, com a presença em 48 dos 163 municípios do país.

2009

- Lançamento da nova imagem do Banco BIC, associado à solidez, tecnologia e inovação. Sendo o cliente o seu principal enfoque, o Banco BIC reforçou as campanhas: BIC VISA – Gold e Platinum, BIC Multicaixa e TPAs ligados à Rede VISA (Terminais de Pagamento Automático) com o objectivo de reforçar a venda dos referidos produtos; e
- Presença na Filda 2009, onde foi reforçada a Campanha “Investimos Juntos – Crescemos Juntos”, destacando-se a ligação como o Banco BIC Português reforçando, desta forma, os principais factores motivadores da sua constituição.

2008

» Em 2008 foi superada a fasquia dos 1.000 trabalhadores, dos quais cerca de 81% se encontravam ao nível da rede comercial. Este crescimento dos efectivos do Banco, com reflexo na expansão da sua rede de atendimento, constitui um dos pilares da Estratégia de Crescimento do Banco;

» Atribuição pela *EuroMoney* do prémio “The Best Bank in Angola” pela excelência da sua performance no conjunto das áreas comercial, qualidade de serviço e resultados consolidados obtidos;

» Lançamento na Filda 2008 e Expo Huíla 2008 da nova campanha BIC Multicaixa – “um Cartão de débito personalizado, que lhe permite movimentar a sua Conta de Depósitos à Ordem em Angola através da rede Multicaixa”; e

» Abertura do Banco BIC Português. O aumento das relações económicas entre Portugal e Angola foi um dos factores motivadores desta decisão, aproximando assim o sector empresarial português na sua estratégia de internacionalização para Angola, bem como os investidores de Angola que já operam ou venham a querer operar em Portugal e na Europa.

2007

» Autorização pelo Banco de Portugal da constituição do Banco BIC Português, S.A. de capitais maioritariamente angolanos, orientando a sua actividade para o apoio aos empresários angolanos e portugueses com interesses em Angola;

» Assinatura de um protocolo com o Ministério das Finanças no sentido do financiamento do projecto de reconstrução da província do Uíge, avaliado em cerca de 150 milhões de dólares;

» Criação da Direcção do Crédito Imobiliário com o objectivo de dinamizar e melhor gerir este segmento de crédito;

» Comercialização dos cartões de crédito de VISA – Visa Premium e Visa Gold e lançamento de uma campanha relativa à venda dos mesmos; e

» Lançamento na Filda do Crédito Fácil, novo produto de Crédito Geral para a aquisição de bens consumo, cuja característica princi-

pal consiste na rapidez de concessão a uma taxa de juro bastante atractiva, reduzindo a carga burocrática existente na concessão de crédito.

2006

» Lançamento da conta BIC Salário, novo produto de Crédito Pessoal, que permite ao cliente aceder ao Crédito Automático, até ao montante máximo de um salário líquido e a possibilidade de acesso a uma linha de crédito;

» Lançamento das Campanhas BIC Habitação e BIC Automóvel;

» Extensão da rede de agências do Banco a quase todas as províncias do país, faltando apenas três províncias por cobrir, onde as obras já decorrem;

» Deliberação de um novo aumento de capital de USD 20.000.000,00 para USD 30.000.000,00 na sequência da autorização do Banco Nacional de Angola;

» Assinatura de um protocolo com o Banco Popular de Portugal, com vista ao estabelecimento de Linhas de Crédito visando o fomento das relações entre agentes económicos de Angola e Portugal mediante o financiamento e a promoção da exportação;

» Admissão à rede “POS VISA”, actuando o BIC como emissor de cartões de crédito aceites internacionalmente, como membro principal, podendo apoiar outros bancos angolanos na obtenção de cartões VISA, fazendo parte do restrito grupo de bancos seleccionados pela VISA; e

» Aumento do capital social em USD 14.000.000,00, integralmente realizados em dinheiro, totalizando desta forma USD 20.000.000,00.

2005

» Atribuição de um certificado de performance pelo American Express, sobre a qualidade do processamento das operações de estrangeiro o que, com apenas meses de existência, colocou o Banco BIC na linha dos melhores bancos mundiais neste segmento;

» Promoção da Marca Banco BIC associada ao slogan “Crescemos Juntos” para, desta forma, nos afirmarmos como parceiros do crescimento dos nossos Clientes e do país;

» Abertura da primeira Agência em Luanda (Agência da Maianga); e

» Constituição por escritura pública do Banco BIC, S.A., após a autorização do Banco Nacional de Angola, com um capital social de USD 6.000.000,00.

Em 2014, o Banco BIC consta na 32.ª posição no *ranking* dos 100 Maiores Bancos Africanos, publicado pela revista *The Banker*.

02.4 MARKETING E COMUNICAÇÃO

Inserido num mercado que, ano após ano, tende a ser cada vez mais competitivo, a nossa estratégia de *marketing* é um elemento crucial para a comunicação com a sociedade angolana e, acima de tudo, para a diferenciação da marca Banco BIC.

No decorrer do ano, o Banco BIC não só realizou várias campanhas para promoção da marca e dos seus produtos, como também apoiou e patrocinou vários eventos a nível social, cultural e desportivo. Entre os principais acontecimentos de 2014, destacam-se os seguintes:

CAMPANHAS:

» *Campanha Protocolo de Crédito BIC – FAA*

Com o objectivo de comunicar o protocolo assinado entre as duas instituições, o Banco lançou a campanha Banco BIC – FAA, que comunica as vantagens na concessão de crédito a todos os militares das Forças Armadas Angolanas, com uma taxa bonificada de 9%.

» *Lançamento do Cartão Visa Pré-Pago BIC Mundo*

Cartão de débito da rede VISA pré-pago, recarregável e pessoal, destinado a clientes particulares, que permite fazer todo o tipo de pagamentos em Angola e no estrangeiro.

Celebração do 9.º Aniversário

Por ocasião da comemoração do 9.º aniversário, a instituição lançou a campanha “9 Anos”, com o conceito “Já são muitos anos juntos - a conhecer clientes, a apoiar clientes, a financiar clientes, a fazer o seu negócio crescer. E quando isso acontece, o número dos nossos clientes também cresce. Hoje são mais de um milhão, distribuídos pelas 18 províncias de Angola e servidos por mais de 200 balcões. O crescimento do Banco BIC é consequência directa do crescimento dos angolanos e de Angola. Por isso, sempre que festejarmos um aniversário, seja o 9.º, 19.º ou 99.º, uma certeza nós temos: é para festejar juntos”.



Campanha Doação de Sangue

Assumindo-se como uma instituição eticamente responsável, o Banco traçou um programa de Responsabilidade Social que abrange diversas iniciativas e das quais faz parte integrante a Campanha de Doação de Sangue, sob o lema “Juntos Salvamos Vidas”. Esta iniciativa, realizada em parceria com o Hospital Josina Machel e o Instituto Nacional de Sangue, visa promover junto de todos os colaboradores do Banco a doação de sangue, com o propósito de ajudar quem mais precisa.



Lançamento de novos Produtos Financeiros

BIC Tesouraria – Depósito a curto prazo, dirigido a Empresas, que garante total liquidez e uma interessante rentabilidade.

BIC Poupança – Total adequação aos seus interesses e necessidades de investimento, para que a poupança esteja sempre a crescer.

Depósito a Prazo Indexado – Produto financeiro em moeda nacional, que permite a cobertura cambial face ao Dólar Norte-Americano.



FEIRAS:

Participação na 31.ª edição da Feira Internacional de Luanda (FILDA)

Evento multisectorial de exposição de empresas nacionais e internacionais, considerado a maior bolsa de negócios de Angola.



EVENTOS E PATROCÍNIOS:

Abertura do escritório de representação do Banco BIC em Joanesburgo

O dia 28 de Fevereiro marcou a inauguração oficial do escritório de representação do Banco BIC na África do Sul, que contou com a presença de Josefina Pitra Diakite, Embaixadora de Angola na África do Sul, os presidentes e os administradores do Banco BIC de Angola e Portugal, entre outras entidades relevantes.



Distribuição aos melhores estudantes da UCAN

Em Abril, no quadro de apoios à educação e à formação, o Banco BIC estabeleceu uma parceria com a Universidade Católica de Angola na realização do evento anual de atribuição de prémios aos estudantes de excelência do quadro académico da UCAN.



Constituição do Clube Banco BIC

Com o intuito de promover as actividades de carácter lúdico, formativo, cultural e desportivo entre os seus colaboradores, o Banco constituiu, no dia 22 de Maio de 2014, o clube Banco BIC Angola. O Clube promove um leque alargado de serviços, por via da celebração de vários protocolos, bem como eventos culturais e desportivos que promovam o convívio dos seus mais de 2.000 sócios.



Inauguração da Seguradora BIC Seguros S.A.

O dia 15 de Outubro ficou para a história do Banco BIC como o dia da abertura oficial da sua nova seguradora BIC Seguros S.A, localizada na Rua N'gola M'Bandi, nas Heroínas, distrito da Maianga. À semelhança do Banco BIC, a nova seguradora é dotada de uma estrutura ágil e moderna, com um posicionamento ético, que actua nos ramos Vida e Não Vida, oferecendo um serviço integrado e de valor acrescentado a todos os seus clientes e parceiros.



Patrocínio da competição BIC Basket

Em Novembro, o Banco BIC e a Federação Angolana de Basquetebol celebram um acordo que confere ao Banco BIC o estatuto de patrocinador oficial do Campeonato Nacional de Basquetebol Sénior Masculino 2014/2015, designado BIC Basket.



02.5 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

O ano de 2014 foi desafiante para a equipa da Direcção de Sistemas de Informação do Banco BIC, com a implementação de um conjunto de sistemas e procedimentos de acordo com as práticas recomendadas internacionalmente, processo que terá continuidade no ano de 2015.

Ao longo do ano 2014, o Banco BIC manteve o investimento nos Sistemas de Informação, como parte da sua estratégia, tendo dado continuidade a iniciativas de carácter tecnológico anteriormente iniciadas, e lançou projectos que contribuem para que os Sistemas do Banco acompanhem e potenciem o seu crescimento. Estes investimentos feitos em sistemas de processamento automático, e totalmente adaptados às características de cada Cliente, vieram a revelar-se um instrumento poderoso de relacionamento próximo e sólido com os Clientes.

O risco operacional manteve-se no topo das preocupações e das iniciativas de modernização ao longo de 2014. Destaca-se uma importante iniciativa: a aquisição de equipamento de suporte a dois novos Centros de Processamento de Dados. Este projecto, que se irá prolongar por 2015, corresponde a uma evidência da linha de evolução do Banco BIC.

O Banco BIC, SA reconhece que a disponibilidade dos seus sistemas afecta directamente a capacidade de realização regular do seu negócio. Neste sentido, foram reforçadas as políticas de segurança e Mitigação de Risco no âmbito dos Sistemas de Informação, com a adopção de diversas iniciativas, nomeadamente:

- Instalação de novas ferramentas de antivírus que incrementaram significativamente o grau de protecção da rede informática do Banco BIC;
- Aprofundamento da estabilidade da rede de comunicações do Banco, com maiores níveis de redundância para as áreas comerciais e serviços centrais assim como um reforço dos equipamentos e respectivo *software*; e

- Alargamento da capacidade de largura de banda com a inclusão de novos operadores de Fibra Óptica na rede de comunicações do Banco.

A pressão exercida por via de nova legislação e regulamentação bem como por parte dos Clientes e do sistema financeiro internacional, no que diz respeito ao Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, tornaram esta área central na actuação do Banco em 2014.

A implementação do Work-Flow de Crédito (WFC), sistema que consiste num novo *front-end* implementado nos Balcões, Centros Empresa e Centros de Investimento que introduziu mecanismos baseados em metodologias de *workflow*, permitiu a automatização dos processos, garantindo maiores níveis de segurança e uma maior celeridade nos canais regulares de aprovação.

O ano de 2014 marca também o início de uma nova dinâmica nos canais digitais (plataforma de canais remotos). Como componente já visível, foram totalmente redesenhados os sítios de *internet banking* particulares www.bicnet.ao e empresas www.bicnetempresas.ao, nos quais se incluíram novas e atractivas funcionalidades para os utilizadores.

Durante o ano de 2014, foram ainda desenvolvidos diversos projectos de apoio directo ao crescimento do negócio e da orgânica do Banco BIC, sendo de destacar, a conclusão do desenvolvimento da aplicação SIG - Implementação de Sistema de Informação de Gestão que permite um controlo efectivo da posição corrente de toda a estrutura comercial.

02.6 RECURSOS HUMANOS

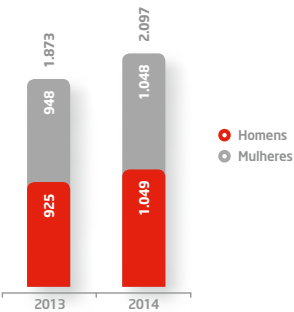
CARACTERIZAÇÃO DO CAPITAL HUMANO

Os Colaboradores são um dos eixos fundamentais da actividade do Banco BIC. As políticas de Recursos Humanos implementadas são baseadas na gestão activa do talento enquanto factor diferenciador.

A Direcção de Recursos Humanos é responsável por estabelecer as políticas e práticas para o capital humano nas diferentes províncias do país, promovendo um ambiente de trabalho saudável, equilibrado, competitivo e orientado para os resultados.

Em 31 de Dezembro de 2014, o quadro de pessoal do Banco BIC era composto por 2.097 Colaboradores distribuídos pelas diferentes áreas do Banco, dos quais, 1.412 em Luanda, 684 nas províncias e 1 no escritório de representação na África do Sul.

► Total de Colaboradores	2014	2013	VAR
Homens	1.049	925	13,41%
Mulheres	1.048	948	10,55%
Total	2.097	1.873	11,96%



Atrair, reter e desenvolver o talento profissional, em condições de trabalho que permitam um verdadeiro sentimento de orgulho e pertença por parte dos colaboradores, continua a ser o grande objectivo do Banco BIC em matéria de Recursos Humanos.

Em termos globais verificou-se um aumento do quadro de pessoal de 11,96% face a 2013 que visou, sobretudo, fazer face à abertura de 19 novas Agências.

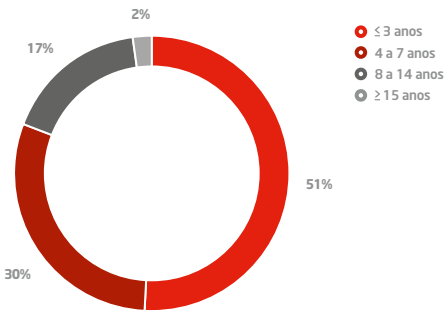
Também, no âmbito da gestão de carreiras, continuamos a privilegiar o recrutamento interno como forma de promover o alargamento das competências dos colaboradores quer numa progressão vertical, quer horizontal.

O número de efectivos alocados à área comercial é de 85,5% do total do Banco, mantendo-se assim a tendência já verificada nos anos anteriores.

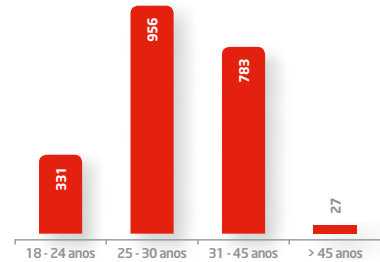
► Área Funcional	2014	2013	VAR
Serviços centrais	304	282	7,80%
Rede comercial	1.793	1.591	12,70%
N.º médio por agência	8	8	

Em relação aos “ratios” de experiência na Banca, idade e de formação superior e decorridos quase 10 anos de actividade, a idade média de colaboradores do Banco situa-se nos 30 anos sendo que 61% dos colaboradores do Banco têm entre 18 e 30 anos. A percentagem de colaboradores com formação universitária situa-se nos 75%.

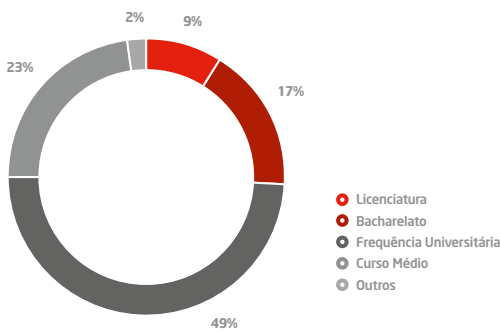
► Experiência na Banca



► Faixa Etária



► Nível de Escolaridade



FORMAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTOS

No âmbito da gestão do conhecimento, a formação profissional manteve a sua orientação para o desenvolvimento das pessoas e do negócio e que se traduziu em mais de 38.000 horas de formação, 18 horas por empregado, representando assim um acréscimo significativo face a anos anteriores. O n.º de formandos em sala, durante o ano de 2014, foi de 4.115 formandos.

► Actividade Formativa

Volume total de formação (total de horas de formação)	38.225
N.º médio de horas de formação por colaborador	18h

A todas as acções de formação realizadas, esteve subjacente a valorização do potencial de cada colaborador permitindo alinhar as políticas de Recursos Humanos com as expectativas dos colaboradores e os objectivos estratégicos da Instituição.

De entre as acções realizadas com maior impacto no Banco e em termos da formação na área comportamental salienta-se a continuidade da aposta da formação em “Atendimento de Excelência” para os colaboradores com funções de *front-office*. Também os aspectos técnicos da actividade bancária foram reforçados através da realização de acções de formação nas áreas de análise de risco e Contabilidade. Também a formação e literacia sobre o Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento ao Terrorismo foram uma das preocupações do Banco durante o ano de 2014.

Ainda no âmbito da formação e em parceria com o Banco BIC Portugal manteve-se a política de atribuição de estágios formativos, de natureza profissional, a diversos colaboradores.

BENEFÍCIOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

O Banco BIC deu ainda continuidade à gestão preventiva da saúde e bem-estar dos seus colaboradores e respectivos agregados familiares, através da atribuição de benefícios de assistência médica.

Em 2014 contabilizaram-se 31.786 actos clínicos a que correspondeu um custo total de 506.365.402,56 AKZ sendo que 405.092.322,05 AKZ foram custo directo do Banco.

Especialidade	Agregado	Colaboradores
Exames complementares	1.829	2.105
Clínica Geral	2.923	7.198
Estomatologia	544	1.656
Ginecologia / Obstetrícia	2.573	5.160
Cirurgia	276	178
Pediatria	5.355	-
Outras especialidades	779	1.210
Total	14.279	17.507

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Para a Gestão de Carreiras, assumida como um eixo estratégico e determinante na motivação e retenção dos seus Recursos Humanos, o Sistema de Avaliação de Desempenho continua a ser uma ferramenta indispensável à gestão activa de talento e à melhoria da orientação para o desempenho. O sistema de avaliação de desempenho no Banco BIC é central na construção de uma cultura de mérito, sendo que em 2014 94% dos colaboradores do BIC foram avaliados.

Um forte contributo para o resultado, tanto qualitativo como quantitativo, obtido pelo Banco ao longo de 2014 foi também a manutenção da política remuneratória sempre indexada ao desempenho individual.

Atrair, reter, gerar e desenvolver o talento profissional, em condições de trabalho que permitam um verdadeiro sentimento de orgulho e pertença por parte dos colaboradores, continua a ser o grande objectivo do Banco BIC em matéria de Recursos Humanos.



03.

SISTEMA DE GESTÃO DO RISCO

- ▶ COMPLIANCE
- ▶ POLÍTICAS E PROCESSOS
DE GESTÃO DO RISCO

03.1 COMPLIANCE

A função de Compliance encontra-se instituída no Banco, de forma independente, permanente e efectiva.

Os grandes objectivos desta função são o respeito pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, incluindo as que se referem à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como das normas e usos profissionais e deontológicos, das regras internas e estatutárias, das regras de conduta e de relacionamento com os clientes, das orientações dos órgãos sociais, de modo a proteger a reputação e integridade do Banco, evitando que este seja alvo de sanções.

Adicionalmente, no âmbito das suas funções associadas ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, o referido gabinete tem a obrigação de garantir a correcta formação dos colaboradores do Banco para esta área e o reporte de situações suspeitas à Unidade de Informação Financeira (UIF).

De forma a otimizar o funcionamento do Gabinete e de garantir o cumprimento dos Avisos emitidos pelo BNA que regulamentam as suas acções, o Banco tem definidas as seguintes iniciativas:

- Em Março de 2014, foi aprovada pela Administração do Banco BIC a aquisição da aplicação Argus, que irá permitir a monitorização de clientes, transacções, PEP's e pessoas, grupos ou entidades designadas nas listas de sanções e informações adversas e a implementação de um sistema de gestão de risco associado aos clientes desde o início e decurso da relação de negócios. Está prevista uma implementação faseada com prioridade para os processos de Filtragem e KYC. Até 30 de Novembro de 2014, foi concluído o trabalho de identificação dos requisitos e efectuada a sua aprovação formal, estando actualmente a serem produzidas as adaptações decorrentes dos mesmos.

- Ao nível das OPE's e das OPR's, verificação em particular das operações que se destinam aos países objecto de sanções pela OFAC e dos que, tendo Planos de Prevenção, os mesmos registam deficiências. Confrontação complementar com a lista de entidades sancionadas emitida pela OFAC.

A função de Compliance tem como principal objectivo o respeito pelas disposições legais e regulamentares de forma independente, permanente e efectiva.

Até 31 de Outubro de 2014, o Banco registou em média 238 transferências efectuadas/dia, das quais duas com destino a países objecto de sanções pela OFAC e uma a países identificados como tendo sistemas de controlo deficientes e 37 transferências recebidas/dia, das quais cinco com origem em países objecto de sanções pela OFAC e de 30 de países com sistemas deficientes.

Das verificações efectuadas pelo Gabinete de Compliance, às transferências efectuadas e recebidas, não foram encontradas quaisquer entidades incluídas nas referidas listas.

- Verificação dos levantamentos de valor igual ou superior a USD 50 mil ou valor equivalente em moeda nacional, nos aspectos relacionados com autorizações e seus limites, identificação das operações e respectivas justificações pelo cliente.

De acordo com o n.º 2 do artigo 13.º da Lei 34/11 de 12 de Dezembro de 2011, a partir de 1 de Outubro passámos a comunicar à UIF todas as transacções em numerário igual ou superior, em moeda nacional, ao equivalente a USD 15 mil.

- Em Abril de 2014, e após decisão da Administração quanto à adopção do programa FATCA, foi acometida ao Gabinete de Compliance a responsabilidade da respectiva implementação. Nesse sentido, foi efectuado o devido registo como FFI participante, tendo-lhe sido atribuído o respectivo GIIN.

03.2 POLÍTICAS E PROCESSOS DE GESTÃO DO RISCO

A Gestão de Risco é uma área fundamental para o sector bancário. Actualmente, a análise do risco encontra-se repartida em diversas direcções do Banco.

A Comissão Executiva do Conselho de Administração tem actualmente a responsabilidade de aprovar e acompanhar as estratégias de risco do Banco incluindo as políticas e procedimentos associados ao Sistema de Controlo Interno que permitam às várias Direcções do Banco atingirem os objectivos definidos.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é considerado um dos riscos mais relevantes da actividade das Instituições Financeiras. Materializa-se nas perdas e na incerteza quanto a retornos futuros gerados pela carteira de crédito, pela possibilidade de incumprimento dos tomadores dos empréstimos (e do seu garante, se existir) ou de um emissor de um título ou da contraparte de um contrato.

Os limites e procedimentos de concessão e gestão de operações de crédito estão estabelecidos no Regulamento Geral de Crédito do Banco.

A análise e decisão do risco de crédito encontram-se distribuídas pelos diferentes níveis de decisão na concessão de crédito.

A Direcção de Análise de Risco de Crédito (DARC) tem a responsabilidade de assegurar a definição e o acompanhamento da política de gestão de risco de crédito. Actualmente existe um conjunto de manuais e normas que asseguram o acima referido através da definição de níveis de competência na concessão de crédito, os limites por tipo de operação, a avaliação da capacidade do cliente, o acompanhamento do cumprimento dos planos financeiros e a análise do risco de incobrabilidade e necessidade de renegociação de operações.

O Banco tem vindo a adoptar e desenvolver metodologias de gestão de risco, particularmente no que se refere à concessão, acompanhamento e recuperação do crédito.

De referir que a Central de Informação e Risco de Crédito, plataforma de informação sobre a exposição de crédito dos clientes particulares e empresas no sector bancário, tem sido uma ferramenta cada vez mais utilizada, contribuindo para uma gestão mais adequada do risco de crédito.

Decisão

A Direcção de Análise de Risco de Crédito do Banco (DARC) está subdividida em:

- Grandes Riscos - área encarregue da análise de todas as operações de crédito ou clientes com endividamento geral a partir dos AKZ 5 milhões;
- Retalho - área encarregue da análise de todas as operações de crédito ou clientes com endividamento geral inferiores a AKZ 5 milhões.

Avaliação

A avaliação do risco de crédito tem por base os seguintes critérios de ponderação:

- Ratings Internos de entidades não financeiras:
 - Elementos Financeiros do Cliente, atribuindo um Grau de Rating em termos quantitativos;
 - Preenchimento de um questionário pela área comercial (podendo este ser revisto em qualquer momento pela DARC) compreendendo informação qualitativa que definirá o Grau de Risco. Este deverá espelhar o verdadeiro valor em termos qualitativos da empresa;
- A Tipologia do Crédito, Finalidade e Montante Propostos;
- O Risco de Crédito do Grupo Económico na globalidade;
- O endividamento global espelhado na Central de Informação de Risco de Crédito (CIRC) do Banco de Nacional de Angola;
- Existência de dívidas ao Estado ou à Segurança Social;
- A concentração da exposição;
- O relacionamento/experiência comercial e creditício existente;
- Valia Patrimonial do Grupo Económico.

Existem ainda processos de avaliação distintos para tipologias de crédito específicas, como sendo:

A Gestão de Risco é uma área fundamental para o sector bancário.

- Financiamento à Construção que, para além das ponderações já referidas, ainda é complementado com uma análise relativa a:
 - Projectos concluídos (Histórica);
 - Obras em curso;
 - Projecto a financiar (Mapa de Exploração, Plano Financeiro, Descrição do Projecto, incluindo os aspectos persuasivos do mesmo, Licenças necessárias para a sua concretização);
- Crédito à Habitação e Crédito Automóvel/Particulares, para além das ponderações já referidas, ainda é complementado com uma análise relativa a:
 - Avaliação do imóvel a adquirir;
 - O endividamento espelhado na CIRC;
 - O relacionamento/experiência comercial e creditício existente;
 - Rendimentos dos proponentes;
 - Capacidade de endividamento.

Para finalizar, todo o processo de análise inclui a avaliação dos colaterais.

A CIRC têm-se mostrado como uma ferramenta essencial para a avaliação o endividamento geral dos clientes na Banca nacional, permitindo deste modo uma análise mais profunda do grau de risco das operações de crédito.

Acompanhamento

O acompanhamento do Cliente está associado a um trabalho permanente de observação, que permita conhecer a cada momento o grau de confiança sobre a possibilidade de se efectuar o pontual reembolso do crédito entretanto concedido e/ou alertar atempadamente sobre as circunstâncias que podem afectar a boa concretização das operações.

O processo de acompanhamento do crédito concedido inicia-se

no momento após a contratação e prolonga-se até ao reembolso total, de forma a garantir o seu cumprimento. O Banco efectua uma caracterização que implica a classificação em diferentes graus de Vigilância Especial de acordo com o grau de preocupação relativamente à possibilidade de incumprimento (VE4 – acompanhamento, VE3 – reforço de garantias, VE2 – redução e VE1 – extinção).

São ainda classificados os clientes que já se encontram em incumprimento e para os quais se consideram esgotadas as possibilidades de negociação por parte da estrutura comercial em C– Contencioso e em PC– Pré-Contencioso.

No âmbito do acompanhamento da carteira de crédito vencido, a DARC mantém um controlo permanente dos créditos vencidos a partir do montante de USD 5 mil. O referido controlo é efectuado através de relatórios e reuniões mensais com as respectivas áreas comerciais.

Arquivo Central

Encontra-se centralizada na Direcção de Risco e Acompanhamento do Crédito uma área de gestão de arquivo de processos de crédito acima dos AKZ 5 milhões.

DESENVOLVIMENTOS 2014

Central de Balanços – Notação de Rating

No ano de 2014, o Banco implementou a Central de Balanços no sentido de obter uma base de dados de informação económica e financeira sobre os seus clientes empresas. A informação é baseada em demonstrações financeiras anuais das empresas.

O principal objetivo da Central de Balanços é contribuir para um melhor conhecimento da situação económica e financeira das empresas através da análise dos diferentes rácios permitindo assim uma análise quantitativa e qualitativa do pedido de crédito.

Work-Flow de Crédito

Em Setembro de 2014 o Banco implementou o uso do Work-Flow de Crédito (WFC), que é uma ferramenta informática utilizada para facilitar e agilizar o fluxo de informações e elementos para decisão de um processo de crédito de uma maneira mais eficaz e eficiente.

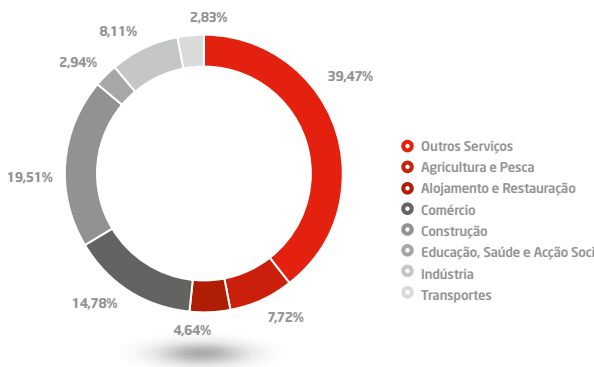
Até o final do ano, no WFC foram registradas mais de 3.000 operações:

	Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Total	
Total	110	100%	1.018	100%	1.009	100%	956	100%	3.093	100%
Aprovadas	94	85%	899	88%	911	90%	894	94%	2.798	90%
Recusadas	14	13%	114	11%	90	9%	56	5%	274	9%
Retiradas	2	2%	5	1%	8	1%	6	1%	21	1%

O WFC tem mostrado ser uma ferramenta eficaz e eficiente para o processamento de todo crédito no Banco, pelos seguintes aspectos:

Celeridade	O tempo de análise das operações de crédito reduziu consideravelmente.
Gestão Documental	O suporte documental das operações de crédito circula automaticamente na plataforma.
Padronização	As operações de crédito são executadas de forma padronizada por toda a estrutura do Banco.
Automatização	Recolhe dados pré-existentes na aplicação central do Banco relativas ao Cliente.
Controlo do Processo	O WFC permite fornecer a todos os intervenientes em cada fase do circuito o ponto de situação exacto da operação de crédito.

A carteira de crédito a empresas do Banco apresenta uma diversificação sectorial equilibrada.



A composição da carteira de crédito por classes de risco evidencia uma concentração nas classes de risco mais baixo (A, B e C), sendo que no seu conjunto, em 31 de Dezembro de 2014, representam 76,7% do total da carteira de crédito do Banco.

Classe	Risco	2014	2013	2012
A	Nulo	17,2%	17,5%	15,8%
B	Muito Reduzido	30,4%	21,9%	34,6%
C	Reduzido	29,1%	41,7%	33,2%
D	Moderado	8,3%	5,3%	3,9%
E	Elevado	6,3%	4,0%	6,4%
F	Muito Elevado	2,8%	2,3%	0,2%
G	Perda	5,9%	7,3%	5,9%
		100%	100%	100%

Mantendo-se em níveis confortáveis e evidenciando uma política de gestão de risco prudente, o rácio de cobertura do crédito total (excluindo crédito por assinatura) por provisões em 31 de Dezembro de 2014 situou-se em 12% (11% em 31 de Dezembro de 2013).

	2014	2013	2012
Provisões	311	252	228
Cobertura do crédito vencido	170%	223%	566%
Cobertura do crédito total	12%	11%	9%

RISCO DE LIQUIDEZ, MERCADO E CAMBIAL

O acompanhamento dos riscos de liquidez, mercado e cambial é da responsabilidade da Direcção Internacional e Financeira (adiante DIF).

Face à importância dos referidos riscos, o acompanhamento dos mesmos é essencial e é efectuado diariamente com base em informação estatística específica, obtida junto de entidades competentes.

A DIF apresenta uma estrutura adequada para o acompanhamento dos riscos de liquidez, mercado e cambial encontrando-se definidos limites prudenciais de exposição a estes riscos na actuação do Banco nos mercados monetário e cambial interbancários.

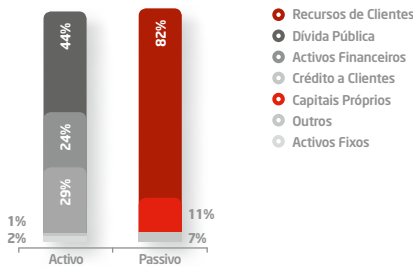
Mensalmente, a DIF prepara informação para reporte à Comissão Executiva do Conselho de Administração sobre a evolução dos investimentos efectuados pelo Banco e a sua exposição ao nível dos acima referidos riscos.

Na sua política de gestão de liquidez, o Banco procura aplicar os excedentes de liquidez, não canalizados para crédito, com critérios de diversificação e adequação das maturidades de investimentos, de forma a garantir uma gestão eficiente ao longo do tempo. Em 31 de Dezembro de 2014, os instrumentos financeiros de mobilização e utilização num curto espaço de tempo representam 30,2% das aplicações.

	Total (MUSD)	[0 - 7D]	[7D - 1M]	[1M - 3M]	[3M - 6M]	[6M - 1A]	[1A - 3A]	[> 3A]	Total (%)
Disponibilidades	1.351	24,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	24,8%
Aplicações em IC's	537	0,6%	3,8%	0,6%	4,0%	0,0%	0,5%	0,5%	9,9%
Títulos e valores mobiliários	3.562	0,0%	1,0%	4,3%	5,3%	10,9%	27,2%	16,6%	65,5%
Total	5.450	25,4%	4,8%	5,0%	9,3%	10,9%	27,8%	17,0%	100%

Ao nível da gestão da sua exposição cambial, o Banco simplifica o processo operando na sua maioria com Dólares dos Estados Unidos e mantendo as posições em outras moedas em níveis reduzidos. O Banco recorre à compra de divisas, essencialmente no mercado primário através do processo de leilões de divisas do BNA, desta forma pretende dar resposta atempada e em tempo útil aos pedidos de divisas dos seus Clientes.

No ano de 2014, a taxa de crescimento dos recursos de Clientes cifrou-se em 11,2% (9,6% em 2013). Esta capacidade de atrair depósitos de clientes permite suprir atempadamente as necessidades de *funding* e tesouraria. A estrutura de Balanço do Banco, em 31 de Dezembro de 2014, demonstra solidez e robustez. O volume de recursos de Clientes (82% do Activo) permite financiar grande parte da actividade do Banco.



RISCO OPERACIONAL

O risco operacional encontra-se associado à adequação dos processos implementados no âmbito do sistema de controlo interno, incluindo os riscos de Compliance e sistemas de informação.

O acompanhamento do risco operacional é efectuado pelas funções de Controlo, nomeadamente Auditoria Interna e Compliance,

que garantem a correcta definição das actividades de controlo que permitam mitigar os riscos operacionais mais relevantes na actividade diária do Banco.

De forma a garantir a correcta implementação das actividades de controlo acima indicadas, as funções de controlo efectuam ao longo do ano auditorias e inspecções que permitem identificar as situações que ainda carecem de melhoria e definir e acompanhar os planos de acção para as solucionar.

Com base no plano de actividade da DAI para 2014 aprovado pela Administração, a DAI desenvolveu as suas actividades de auditoria e inspecção, apoiando a Administração do banco na avaliação da efectividade, eficácia e adequação do sistema de controlo interno da instituição e investigação de actos de fraudes e outras irregularidades ocorridas durante o ano. As auditorias foram desenvolvidas de acordo com as normas de Auditoria Interna reconhecidas e aceites internacionalmente.

Em 2013 foi elaborado um plano estratégico da DAI para o período 2014-2016 com as seguintes principais linhas de orientação estratégica:

- Elaborar uma estrutura orgânica para a DAI AO com um organograma, descrição das competências, atribuições, visão, missão e âmbito do trabalho;
- Elaborar um manual de procedimentos da DAI que descreve, entre outros, os objectivos da DAI, normas de ética dos auditores internos, princípios de elaboração do plano anual da DAI, processo de recrutamento e formação do pessoal, avaliações e controlo de qualidade;
- Aumentar a actual taxa de cobertura de auditoria à rede de agências de 20% para cerca de 50% através de contratação de mais técnicos e inclusão de auditorias aos serviços centrais com o apoio do pessoal do BIC Portugal;
- Informatizar os processos de execução de auditoria desde o planeamento até à elaboração dos relatórios de auditoria. Para o efeito será contratado um técnico de informática e criar a respectiva área dentro da DAI; e

- Padronizar o formato dos relatórios e definir um novo circuito de circulação para revisão e aprovação dos relatórios de auditoria.

A actual estrutura orgânica da DAI, concebida para responder ao actual tamanho e complexidade das operações do banco, integra um administrador sem responsabilidade por qualquer área operacional, um director central responsável pela direcção, um director central e subdirector responsáveis pela área de auditoria e um director central e subdirector responsáveis pela área de inspecção.

Durante o ano de 2014 a Direcção de Auditoria Interna realizou acções de auditoria às funções chave da actividade do Banco e efectuou o devido acompanhamento dos planos de acção resultantes da implementação dos processos que visam o cumprimento do disposto nos Avisos n.º1/2013 e n.º2/2013, de 22 de Março, do BNA. Ao longo do ano de 2014, a DAI realizou 75 auditorias a agências, nove auditorias a centros de empresa, uma auditoria a um centro de investimento e quatro auditorias a direcções centrais do Banco (38 auditorias a agências, duas auditorias a centros de empresa, uma auditoria a um centro de investimento e uma auditoria a uma direcção central do Banco no ano de 2013).

Periodicamente são realizados reportes à Comissão Executiva relativos às auditorias e inspecções efectuadas com a indicação das situações identificadas e os planos de acção a implementar.

RISCO REPUTACIONAL

A imagem do Banco é acompanhada pela Direcção de Marketing que realiza ao longo do ano campanhas publicitárias e acções junto dos seus clientes que permitam transmitir os princípios e valores associados ao Banco BIC.

Compete à referida Direcção e à Comissão Executiva o acompanhamento e avaliação regular das situações que possam comprometer a reputação do Banco sendo realizadas as diligências necessárias com vista à sua resolução.

O Banco tem como política reputacional a constante transmissão da visão, missão e valores que norteiam a actividade do Banco e o seu relacionamento com os clientes, contrapartes, accionistas, investidores e a Entidade de Supervisão.



04.

BRANQUEAMENTO
DE CAPITAIS
E FINANCIAMENTO
DO TERRORISMO

As Instituições de Crédito são suscetíveis de utilização para dissimular, converter, transferir, ou investir fundos de origem ilícita, resultantes de actividades tipificadas como criminosas.

A República de Angola aprovou as Resoluções n.ºs 19/99 de 30 de Julho, 21/10 de 22 de Junho e 38/10 de 17 de Dezembro, publicadas nos DR. I.ª Série n.ºs 31, 115 e 239, que ratificam as Convenções das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas, a criminalidade transnacional e a supressão do financiamento ao terrorismo, respectivamente, com vista a garantir a segurança e do sistema financeiro angolano.

A Lei n.º 34/11, de 12 de Dezembro estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo.

O aviso n.º 22/2012 do Banco Nacional de Angola, nos termos do disposto no artigo 36.º da Lei n.º 34/11, regulamenta as condições de exercício das obrigações previstas na referida lei.

Este conjunto de disposições legais não se limita a criminalizar certos comportamentos, nomeadamente os que se traduzem em “branqueamento de capitais provenientes de actividades ilícitas”, estabelece também um conjunto de medidas de carácter preventivo, especialmente dirigidas ao sistema financeiro.

O Banco BIC tem vindo a adoptar estratégias, políticas e processos para prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Neste sentido, o Banco BIC tem vindo a adoptar estratégias, políticas e processos, nomeadamente através da criação de normas e ordens de serviço que permitam a prevenção contra a utilização das Instituições de Crédito no Branqueamento de Capitais e no Financiamento do Terrorismo.

O Gabinete de Compliance tem a responsabilidade de garantir o cumprimento dos procedimentos adoptados com vista ao cumprimento do acima referido.

Tal como referido no capítulo de Compliance, é da responsabilidade do Gabinete garantir a correcta formação dos colaboradores do Banco para esta área e o reporte de situações suspeitas à Unidade de Informação Financeira (UIF).

05.

ANÁLISE FINANCEIRA

- ▶ ANÁLISE FINANCEIRA
- ▶ BALANÇO
- ▶ DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
- ▶ PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

05.1 ANÁLISE FINANCEIRA

A economia angolana abrandou no exercício de 2014:

- A inflação manteve a tendência de estabilidade verificada nos últimos anos, tendo-se fixado em 7,44% (7,69% em 2013) segundo os dados divulgados pelo Banco Nacional de Angola (adiante BNA);
- O Kwanza sofreu uma depreciação face ao Dólar Norte-Americano no exercício de 2014 de 5,37%, situando-se em 102,863 em 31 de Dezembro de 2014 (97,619 em 31 de Dezembro de 2013);
- As Reservas Internacionais Líquidas, após um crescimento considerável desde 2009, apresentaram um decréscimo no exercício de 2014, tendo-se reduzido de USD 30.945 milhões no final do exercício de 2013 para USD 26.460 milhões em 31 de Dezembro 2014 (-12%).

O Banco BIC manteve a sua política de crescimento estrutural e de negócio.

O sector bancário angolano continuou a crescer no exercício de 2014, à semelhança do exercício anterior, com os depósitos totais a aumentarem 9,23% (de USD 48.518 milhões para USD 52.995 milhões em 31 de Dezembro de 2013 e 2014, respectivamente). Os depósitos denominados em moeda nacional assumiram um peso relativo maior em 2014, representando cerca de 69% no total de depósitos, contra os 62% verificados no final do exercício de 2013, o que traduz o esforço continuado de desdolarização da economia nacional.

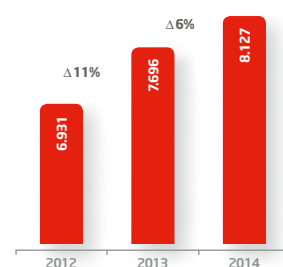
No período em análise, registou-se também o crescimento do crédito concedido à economia de 9,55%, também com um maior peso da moeda nacional, o qual passou de 68% em 31 de Dezembro de 2013 para 76% no final do exercício de 2014.

O Banco BIC manteve a sua política de crescimento estrutural e de negócio, com mais 17 unidades comerciais, mais 224 colaboradores, e um aumento de USD 1.260 milhões (AKZ 194.167 milhões) em termos de Volume de Negócios, sendo de realçar o crescimento de USD 333 milhões (AKZ 51.261 milhões) no crédito ao Estado, no exercício de 2014.

O crescimento estrutural verificado tem sido, não apenas na Estrutura Comercial, mas também ao nível da Estrutura dos Serviços Centrais, para responder às, cada vez mais exigentes, medidas regulamentares implementadas pelo BNA, nomeadamente no que respeita às Áreas de Gestão de Riscos.

O activo líquido total do Banco passou de USD 7.696 milhões (AKZ 751.324 milhões) em 31 de Dezembro de 2013 para USD 8.127 milhões (AKZ 835.923 milhões) em 31 de Dezembro de 2014, um aumento em termos absolutos de USD 431 milhões (AKZ 84.599 milhões), correspondentes a cerca de 6%. Neste aumento é de destacar o aumento do crédito concedido de USD 2.287 milhões (AKZ 223.214 milhões) para USD 2.710 milhões (AKZ 278.800 milhões) no exercício de 2014, bem como da carteira de Títulos e valores mobiliários que passou de USD 3.275 milhões (AKZ 319.685 milhões) em 31 de Dezembro de 2013 para USD 3.597 milhões (AKZ 369.979 milhões) em 31 de Dezembro de 2014, com um crescimento verificado essencialmente ao nível da carteira de Dívida Pública Angolana.

► Activo Líquido (em milhões de USD)

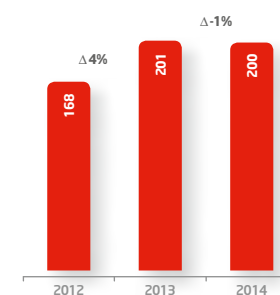


Em 2014, o activo líquido do Banco aumentou 6% em relação a 2013, resultado do aumento da carteira de Crédito à Economia.

Os recursos totais de clientes ascenderam a USD 6.656 milhões (AKZ 684.672 milhões) em 31 de Dezembro de 2014, tendo-se observado um aumento no exercício de cerca de 6%, enquanto que o crédito concedido à Economia (incluindo o crédito ao Estado) ascendeu no mesmo período a USD 6.898 milhões (AKZ 709.600 milhões), correspondente a um crescimento de 15% face ao ano anterior.

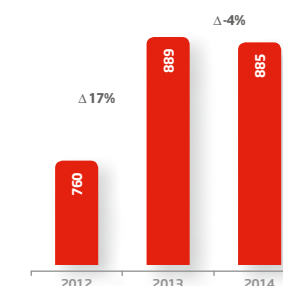
O resultado líquido do Banco BIC no exercício de 2014 totalizou USD 200 milhões (AKZ 20.537 milhões), o que compara com o resultado líquido de USD 201 milhões (AKZ 19.646 milhões) no exercício de 2013. Pese embora em USD o resultado líquido tenha sofrido uma diminuição de 0,5%, em AKZ o resultado líquido apresenta um crescimento de 5%. Esta diferença resulta da depreciação do Kwanza Angolano face ao Dólar Norte-Americano no exercício de 2014.

► Resultado Líquido (em milhões de USD)



Em 31 de Dezembro de 2014, os capitais próprios do Banco ascendiam a USD 885 milhões (AKZ 91.055 milhões), um decréscimo de USD 4 milhões (e um aumento de AKZ 72.873 milhões), face aos USD 889 milhões (AKZ 86.763 milhões) que se verificaram em 31 de Dezembro de 2013. A redução, face a 31 de Dezembro de 2013, deve-se à depreciação do Kwanza Angolano face ao Dólar Norte-Americano. Quando comparados, em moeda nacional, os capitais próprios em 31 de Dezembro de 2013 e 2014 verificou-se um aumento de 5% neste período.

► Capitais Próprios (em milhões de USD)



05.2 BALANÇO

ACTIVO

A 31 de Dezembro de 2014, o Activo Líquido atingiu o montante total de USD 8.127 milhões, tendo assim registado um aumento de 6% em relação ao ano de 2013. Em Kwanzas, o Activo Líquido cifrou-se em 835.923 milhões no final do exercício de 2014, contra os 751.324 milhões registados em 31 de Dezembro de 2013.

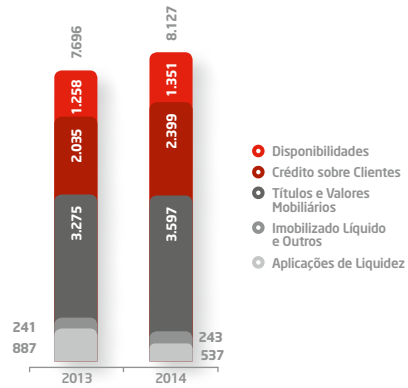
De salientar o crescimento da rubrica de Crédito sobre clientes, que no exercício de 2014 aumentou de USD 2.287 milhões (AKZ 223.214 milhões) para USD 2.710 milhões (AKZ 278.800 milhões). A variação nesta rubrica é explicada pelo aumento do crédito concedido em moeda nacional no exercício de 2014 em 46%, de USD 1.156 milhões (AKZ 112.838 milhões) em 31 de Dezem-

bro de 2013 para USD 1.683 milhões (AKZ 173.120 milhões).

Também a rubrica de Títulos e valores mobiliários apresentou um crescimento, tendo passado de USD 3.275 milhões (AKZ 319.685 milhões) em 31 de Dezembro de 2013 para USD 3.597 milhões (AKZ 369.979 milhões) no final do exercício de 2014, resultante do aumento das Obrigações do Tesouro em moeda nacional não reajustáveis em USD 210 milhões (AKZ 29.191 milhões) e dos Títulos mantidos para negociação, referente a Bilhetes do Tesouro, que passaram de USD 623 milhões (AKZ 60.814 milhões) em 31 de Dezembro de 2013 para USD 764 milhões (AKZ 78.625 milhões) em 31 de Dezembro de 2014.

► Activo Líquido

(em milhões)



	2014		2013		VAR
	AKZ	USD	AKZ	USD	
Disponibilidades	138.997	1.351	122.768	1.258	7%
Aplicações de liquidez	55.257	537	86.601	887	-39%
Títulos e valores mobiliários	369.979	3.597	319.685	3.275	10%
Crédito sobre clientes	246.774	2.399	198.615	2.035	18%
Imobilizado líquido	11.455	111	11.869	122	-9%
Outros activos	13.461	132	11.786	119	11%
Total	835.923	8.127	751.324	7.696	6%

CRÉDITO CONCEDIDO A CLIENTES

O Banco BIC mantém a sua disponibilidade para apoiar os investimentos de clientes na Economia Angolana, seleccionando projectos adequados ao seu perfil de risco de crédito, nos vários sectores de actividade económica.

A carteira de crédito concedido a clientes (incluindo o crédito por assinatura) apresentou um saldo de USD 3.336 milhões (AKZ 343.172 milhões) em 31 de Dezembro de 2014, equivalente a um aumento de 21%, face aos USD 2.767 milhões (AKZ 270.116 milhões) apurados em 31 de Dezembro de 2013.

► Crédito Concedido a Clientes

	2014		2013		VAR
	AKZ	USD	AKZ	USD	%
1 Crédito total	343.172	3.336	270.116	2.767	21%
1.1 Crédito sobre clientes	256.102	2.490	208.186	2.133	17%
Crédito moeda nacional	173.120	1.683	112.838	1.156	46%
Crédito moeda estrangeira	82.982	807	95.348	977	-17%
1.2 Crédito e juros vencidos	18.810	183	11.047	113	62%
Crédito e juros vencidos moeda nacional	8.079	79	6.267	64	23%
Crédito e juros vencidos moeda estrangeira	10.731	104	4.780	49	112%
1.3 Juros a receber	3.888	37	3.985	41	-10%
Juros a receber moeda nacional	2.661	26	2.511	26	0%
Juros a receber moeda estrangeira	1.227	11	1.474	15	-27%
1.4 Crédito por assinatura	64.372	626	46.898	480	30%
Garantias e avales prestados	54.515	530	38.418	393	35%
Créditos documentários abertos	9.857	96	8.480	87	10%
2. Provisões constituídas para riscos de crédito	33.137	322	25.163	258	25%
> Créditos de liquidação duvidosa	32.026	311	24.600	252	23%
> Prestação de garantias	1.111	11	563	6	83%
3. Crédito concedido, líquido de provisões	310.035	3.014	244.953	2.509	20%
Crédito vencido / Crédito total	6,84%	6,84%	5,04%	5,04%	

O crédito concedido a clientes no final do exercício de 2014 representa cerca de 33% do total do activo (30% em 31 de Dezembro de 2013).

Desde 2011, mantém-se a tendência de inversão da composição do crédito a clientes por tipo de moeda. A entrada em vigor, neste período, de novos limites de exposição cambial sobre os fundos próprios regulamentares mais restritivos (100% em 2010 contra os actuais 20%), bem como a introdução de limites qualitativos à concessão de crédito em moeda estrangeira, têm contribuído para um significativo aumento do crédito em moeda nacional.

No exercício de 2014, o crédito concedido em moeda estrangeira decresceu de USD 1.041 milhões (AKZ 101.602 milhões) em 31 de Dezembro de 2013 para USD 922 milhões (AKZ 94.940 milhões) em 31 de Dezembro de 2014. O crédito em moeda nacional representa, a 31 de Dezembro de 2014, 66% da carteira de crédito concedido em 2014, contra os 54% que representava no final do exercício de 2013.

No período em análise, registou-se um aumento dos valores de crédito por assinatura com um saldo de USD 626 milhões (AKZ 64.372 milhões) a 31 de Dezembro de 2014 (USD 480 milhões (AKZ 46.898 milhões) a 31 de Dezembro de 2013). As Garantias e Avals Prestados aumentaram de USD 393 milhões (AKZ 38.418 milhões) a 31 de Dezembro de 2013 para USD 530 milhões (AKZ 54.515 milhões) a 31 de Dezembro de 2014, enquanto os Créditos Documentários Abertos aumentaram de USD 87 milhões (AKZ 8.480 milhões) para USD 96 milhões (AKZ 9.857 milhões) a 31 de Dezembro de 2014. Para a manutenção desta rubrica em valores tão elevados, tem contribuído de forma muito significativa o relacionamento com o Banco BIC Português no apoio aos clientes comuns que operam em ambos os mercados.

No exercício de 2014, o Banco manteve a sua política conservadora na classificação do risco das operações de crédito concedido, reforçando as provisões constituídas para riscos de crédito. Em 31 de Dezembro de 2014, o Banco BIC dispõe de provisões totais no montante de, aproximadamente, USD 322 milhões (AKZ

33.137 milhões), ou seja, uma variação líquida face ao ano anterior de cerca de USD 64 milhões (AKZ 7.974 milhões) (25%).

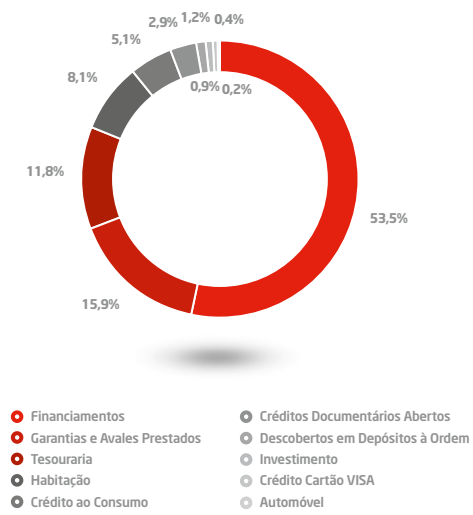
Em 31 de Dezembro de 2014, a cobertura do crédito concedido por provisões ascendeu a 11,65% que compara com os 11,22% verificados em 31 de Dezembro de 2013. Por sua vez, a cobertura do crédito vencido por provisões situou-se em cerca de 170% a 31 de Dezembro de 2014.

Em 31 de Dezembro de 2014, à semelhança do final do ano anterior, cerca de 81% da carteira de crédito correspondeu ao crédito concedido a Empresas (78% em 2013), enquanto que os restantes 19% (22% em 2013) se referem a Clientes Particulares.

Em 31 Dezembro de 2014 e 2013, a carteira de crédito pode ser decomposta por tipo de produto como segue:

► Crédito por Tipo de Produto

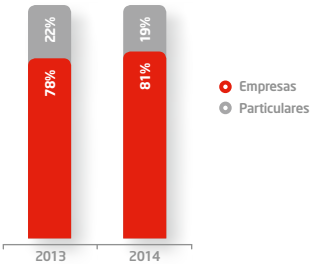
(em milhões)



	2014		2013		VAR
	AKZ	USD	AKZ	USD	%
Financiamentos	183.659	1.785	151.122	1.548	15%
Garantias e avals prestados	54.515	530	38.418	394	35%
Tesouraria	40.664	395	24.561	252	57%
Habitação	27.688	269	24.973	256	5%
Crédito ao consumo	17.401	169	16.250	166	2%
Créditos documentários abertos	9.857	96	8.480	87	10%
Descobertos em depósitos à ordem	4.068	40	2.348	24	67%
Investimento	2.958	29	1.885	19	53%
Crédito cartão VISA	1.445	14	1.211	12	17%
Automóvel	917	9	864	9	0%
Total	343.172	3.336	270.112	2.767	21%

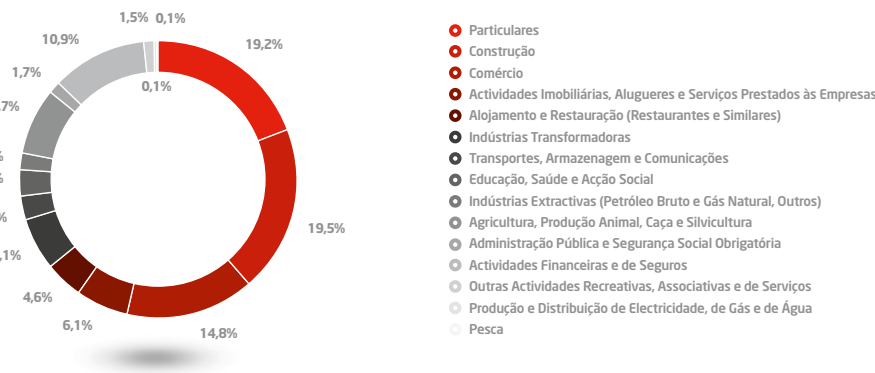
O aumento do crédito concedido é explicado pelo aumento dos produtos de financiamento e garantias e avals prestados no exercício de 2014.

► Repartição do Crédito por Beneficiários



A distribuição da carteira de crédito por tipo de produtos revela uma grande diversidade de actividades apoiadas pelo Banco BIC. Os produtos mais procurados pelos clientes do Banco correspondem aos Financiamentos, com um peso de 53,5%, Garantias e

avales prestados com 15,9%, o crédito para apoio de Tesouraria com 11,8%, Crédito para Habitação com 8,1%, e o Crédito ao Consumo com um peso de 5,1%.



No exercício de 2014, o sector da construção e o sector do comércio com 19,51% e 14,78%, respectivamente, foram aqueles que, em termos de créditos concedidos, mereceram o maior apoio do Banco BIC. Destaca-se também os créditos concedidos a clientes particulares que absorveram 19,20% do total de crédito concedido.

No final do exercício de 2014, embora se tenha verificado um aumento do crédito e juros vencidos para USD 183 milhões (AKZ

18.811 milhões) face aos valores apresentados no final do exercício de 2013, o Banco mantém uma adequada cobertura no risco de crédito por provisões.

O reforço verificado ao nível das provisões para crédito permitiu que o rácio de provisões para crédito sobre o crédito concedido aumentasse de 11,22% para 11,65% no final do exercício de 2014, sendo, na mesma data, a cobertura do crédito vencido por provisões de 170%.

► Crédito Vencido (em milhões)

	2014		2013		VAR
	AKZ	USD	AKZ	USD	%
Crédito concedido	274.912	2.673	219.233	2.246	19%
Crédito vencido	18.810	183	11.047	113	62%
Crédito vencido / Crédito concedido	6,84%		5,04%		36%
Cobertura do crédito vencido por provisões	170%		223%		-24%
Provisões para crédito / Crédito concedido	11,65%		11,22%		4%

CARTEIRA DE TÍTULOS

A carteira de títulos do Banco encontra-se classificada de acordo com a substância inerente ao propósito da sua aquisição e, nos termos do normativo aplicável, compreende as seguintes categorias:

I) Mantidos para negociação - Onde se incluem os Bilhetes do Tesouro (BT's), denominados em Kwanzas.

II) Disponíveis para venda - Participações por via de acções.

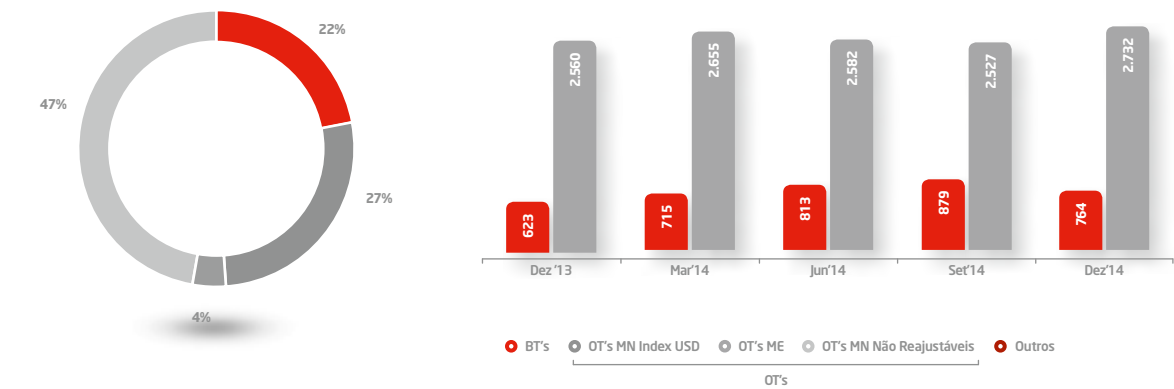
III) Mantidos até ao vencimento - Onde se incluem as Obrigações do Tesouro (OT's) denominadas ou indexadas ao Dólar dos Estados Unidos e as Obrigações do Tesouro (OT's) em Moeda Nacional não Reajustáveis.

► Carteira de Títulos (em milhões)	2014		2013		VAR
	AKZ	USD	AKZ	USD	%
Mantidos para negociação	80.650	784	61.511	630	24%
> Bilhetes do Tesouro	78.625	764	60.814	623	23%
> Juros a receber	2.025	20	697	7	186%
Disponíveis para venda	3.551	35	4.518	46	-24%
Mantidos até ao vencimento	285.778	2.778	253.656	2.599	7%
> Obrigações do Tesouro	281.062	2.732	249.834	2.560	7%
- Em moeda nacional (Index USD)	98.060	953	96.694	991	-4%
- Em moeda estrangeira (USD)	13.165	128	12.494	128	0%
- Em moeda nacional (não reajustáveis)	169.837	1.651	140.646	1.441	15%
> Juros a receber	4.716	46	3.822	39	18%
Total	369.979	3.597	319.685	3.275	10%

A carteira de títulos do banco registou no exercício de 2014 um aumento de cerca de USD 322 milhões (AKZ 50.294 milhões) (10%) face à posição de 31 de Dezembro de 2013. Para esta variação contribuíram, essencialmente, as Obrigações do Tesou-

ro em Moeda Nacional (não reajustáveis) e os títulos mantidos para negociação que cresceram cerca de USD 210 milhões (AKZ 29.191 milhões) e USD 141 milhões (AKZ 17.811 milhões), respectivamente.

► Evolução da Carteira de Títulos



O Banco BIC terminou o exercício de 2014 com um lucro líquido de USD 200 milhões (AKZ 20.537 milhões), o que corresponde a uma diminuição de 0,5% face ao resultado em Dólares Norte-Americanos apurado a 31 de Dezembro de 2013. Em Kwanzas Angolanos, o resultado líquido aumentou 4,5% face ao resultado do exercício de 2013.

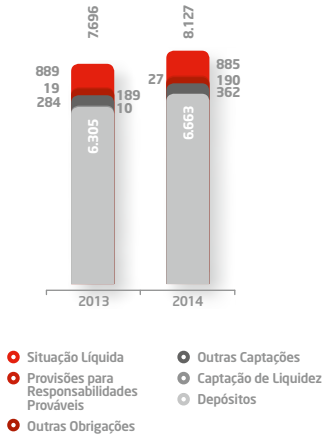
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA

O passivo do Banco registou no exercício de 2014 um aumento de cerca de USD 435 milhões (AKZ 80.307 milhões), face a 31 de Dezembro de 2013, correspondente a cerca de 6%. Esta variação deveu-se, essencialmente, ao aumento da rubrica de depósitos em cerca de USD 358 milhões (AKZ 69.910 milhões) (6%), face ao ano anterior.

No exercício de 2014, os capitais próprios do Banco diminuíram aproximadamente USD 4 milhões o que se deveu à distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2013 no montante de USD 157 milhões (AKZ 15.717 milhões), ocorrida em 2014, bem como à desvalorização do Kwanza Angolano face ao Dólar Norte-Americano. Os capitais próprios expressos em moeda nacional aumentaram AKZ 4.292 milhões.

► Passivo e Situação Líquida

(em milhões)



	2014		2013		VAR
	AKZ	USD	AKZ	USD	%
Depósitos	685.388	6.663	615.478	6.305	6%
> Depósitos de clientes	684.672	6.656	614.826	6.299	6%
> Depósitos à ordem de instituições de crédito	716	7	652	6	17%
Captações de liquidez	-	-	1.000	10	-100%
Outras captações	37.286	362	27.710	284	28%
Outras obrigações	19.414	190	18.534	189	1%
Provisões para responsabilidades prováveis	2.780	27	1.839	19	42%
Situação líquida	91.055	885	86.763	889	0%
Total	835.923	8.127	751.324	7.696	6%

RECURSOS DE CLIENTES

A carteira de recursos totais de clientes no final do exercício de 2014 ascendeu a cerca de USD 6.656 milhões (AKZ 684.672 milhões), correspondendo a um aumento de USD 358 milhões (AKZ 69.846 milhões) e uma variação de 6% face a 31 de Dezembro de 2013.

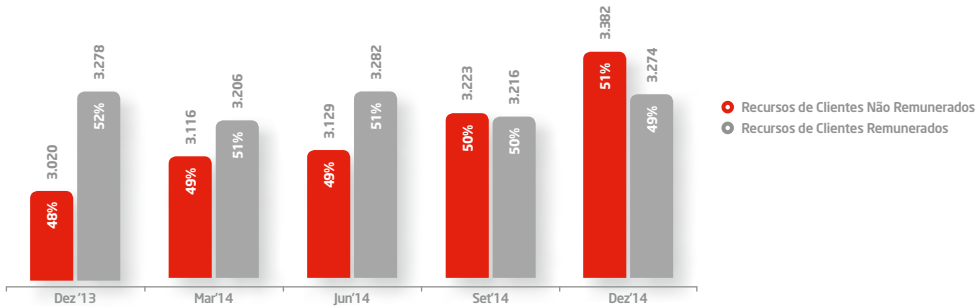
Em 31 de Dezembro de 2014, os recursos totais de clientes incluem depósitos à ordem no montante de USD 3.329 milhões (AKZ 342.433 milhões), que aumentaram 16% face a 2013, depósitos a prazo com um saldo de USD 3.274 milhões (AKZ 336.754 milhões), que mantiveram o mesmo nível, bem como Outros Depósitos no montante de USD 53 milhões (AKZ 5.485 milhões).

► Recursos Totais de Clientes (em milhões)	2014		2013		VAR
	AKZ	USD	AKZ	USD	%
Depósitos de clientes	679.187	6.603	600.190	6.148	7%
> Depósitos à ordem	342.433	3.329	280.181	2.870	16%
- Moeda nacional	279.654	2.719	210.268	2.154	26%
- Moeda estrangeira	62.779	610	69.913	716	-15%
> Depósitos a prazo	336.754	3.274	320.009	3.278	0%
- Moeda nacional	204.763	1.991	186.926	1.915	4%
- Moeda estrangeira	131.991	1.283	133.083	1.363	-6%
Outros depósitos	5.485	53	14.636	150	-65%
- Moeda nacional	5.485	53	14.636	150	-65%
Total	684.672	6.656	614.826	6.298	6%

A 31 de Dezembro de 2014, num total de USD 6.656 milhões (AKZ 684.672 milhões), cerca de 72% da Carteira de Recursos de Clientes era denominada em Moeda Nacional (67% em 2013), sendo os restantes 28% denominados em Moeda Estrangeira.

Desta Carteira, a 31 de Dezembro de 2014, cerca de 49% representam recursos remunerados (52% em 2013) equivalentes a USD 3.274 milhões (AKZ 336.754 milhões), sendo os restantes USD 3.382 milhões (AKZ 347.918 milhões) de recursos não remunerados.

► Recurso de Clientes



O rácio de transformação de Crédito/Recursos aumentou de 88% em 31 de Dezembro de 2013 para 94% em 31 de Dezembro de 2014.

► Rácio de Transformação	2014		2013	
	AKZ	USD	AKZ	USD
Recursos de clientes	684.672	6.656	614.826	6.298
Crédito Total (incluindo crédito ao Estado)	645.228	6.272	538.485	5.516
Total	94%		88%	

(em milhões)

PROVISÕES

Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo da rubrica de provisões para responsabilidades prováveis ascende a cerca de USD 27 milhões (AKZ 2.780 milhões) (USD 19 milhões (AKZ 1.839 milhões) em 31 de Dezembro de 2013). Deste total, USD 11 milhões (AKZ 1.111 milhões) referem-se a provisões para garantias prestadas, USD 13 milhões (AKZ 1.389 milhões) dizem respeito a provisões para pensões de reforma e os restantes USD 3 milhões (AKZ 280 milhões) correspondem a provisões para fazer face a eventuais contingências decorrentes da actividade do Banco, bem como para reflectir perdas potenciais no valor de realização de outros activos e contas de regularização.

CAPITAIS PRÓPRIOS

Em 31 de Dezembro de 2014, os capitais próprios do Banco totalizavam cerca de USD 885 milhões, tendo-se verificado um decréscimo de cerca de USD 4 milhões, equivalente a cerca de 0,45%, face a 31 de Dezembro de 2013.

Para esta variação dos capitais próprios do Banco BIC contribuiu a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2013 no montante de USD 157 milhões (AKZ 15.717 milhões), ocorrida em 2014, bem como a desvalorização do Kwanza Angolano face ao Dólar Norte-Americano. Em moeda nacional, os capitais próprios aumentaram de AKZ 86.763 milhões no final do exercício de 2013 para AKZ 91.055 milhões no final de 2014.

► Capitais Próprios (em milhões)	2014		2013	
	AKZ	USD	AKZ	USD
Capital	3.000	29	2.415	25
Reservas	67.518	656	58.543	600
Resultados transitados	-	-	6.159	63
Resultado líquido do exercício	20.537	200	19.646	201
Total	91.055	885	86.763	889

No primeiro semestre de 2014, o Banco procedeu ao aumento de capital por incorporação de reservas livres no montante de USD 4 milhões (AKZ 585 milhões). O aumento de capital efectuado teve como objectivo cumprir com o disposto no Aviso n.º 14/2013 do Banco Nacional de Angola, o qual fixa o valor mínimo do capital social das instituições financeiras em mAKZ 2.500.000 (cerca de USD 25,6 milhões).

A rubrica de reservas aumentou cerca de USD 56 milhões (AKZ 8.975 milhões) no exercício de 2014, os quais correspondem a uma variação 9,3%, face aos USD 600 milhões (AKZ 58.543 milhões) a 31 de Dezembro de 2013. Em 31 de Dezembro de 2014, o total de reservas no montante de USD 656 milhões (AKZ 67.518 milhões) é composto pela reserva de actualização monetária dos fundos próprios relativa ao exercício de 2009 no montante de USD 56 milhões (AKZ 5.798 milhões), pela reserva legal no montante de USD 188 milhões (AKZ 19.345 milhões), e pelas outras reservas no montante de USD 412 milhões (AKZ 42.376 milhões).

Em 31 de Dezembro de 2014, os Fundos Próprios Regulamentares do Banco, calculados de acordo com o Instrutivo 03/2011, do Banco Nacional de Angola, de 8 de Junho, eram de cerca de USD 873 milhões (AKZ 89.749 milhões), o que equivale a um Rácio de Solvabilidade Regulamentar de cerca de 21% comparável com os 24% apresentados a 31 de Dezembro de 2013.

05.3 DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

O Banco BIC terminou o exercício de 2014 com um lucro líquido de USD 200 milhões (AKZ 20.537 milhões), o que corresponde a uma diminuição de 0,5% face ao resultado em Dólares Norte-Americanos apurado a 31 de Dezembro de 2013. Em Kwanzas Angolanos, o resultado líquido aumentou 4,5% face ao resultado do exercício de 2013.

► Conta de Exploração (em milhões)		2014		2013	
		AKZ	USD	AKZ	USD
1. Margem financeira (MF)		31.982	311	26.257	269
2. Margem complementar (MC)		7.861	76	7.088	73
3. Resultados de intermediação financeira (RIF)=(MF)+(MC)		39.843	387	33.345	342
4. Res.com mercadorias, produtos e outros serviços =(RMPOS)		59	1	60	1
5. Custos administrativos e de comercialização (CAC)		19.211	187	15.634	160
6. Resultado de imobilizações financeiras (RF)		32	0	0	0
7. Outros proveitos e custos operacionais (OPCO)		175	2	2.403	25
8. Resultado operacional (RO)=(RIF)+(RMPOS)-(CAC)-(RF)+(OPCO)		20.834	203	20.174	208
9. Resultado não operacional (RNO)		784	8	60	1
10. Resultado antes de impostos (RAI)=(RO)+(RNO)		21.618	211	20.234	207
11. Impostos sobre lucros (IL)		1.081	11	588	6
12. Resultado líquido do exercício (RLE)=(RAI)-(IL)		20.537	200	19.646	201
13. Cash flow após impostos (CF)		30.387	295	24.914	255

O lucro líquido registado no final do exercício de 2014 (USD 200 milhões) foi positivamente influenciado pelo aumento de cerca de USD 42 milhões (AKZ 5.725 milhões) da margem financeira (16%), que ascendeu a USD 311 milhões (AKZ 31.982 milhões). Este aumento é explicado pela variação nos juros de Títulos e

Valores Mobiliários, os quais apresentam um crescimento de 43% (USD 66 milhões; AKZ 7.713 milhões) face ao exercício de 2013. Em termos relativos esta rubrica que representava cerca de 38% da Margem Financeira Activa em 31 de Dezembro de 2013 passou a representar 48% no final do exercíco de 2014.

► Margem Financeira (em milhões)		2014		2013	
		AKZ	USD	AKZ	USD
Juros de crédito		22.410	218	22.374	229
Juros de títulos e valores mobiliários		22.680	220	14.967	154
Juros de aplicações de liquidez		1.811	18	2.148	22
Juros de instrumentos financeiros passivos		-14.919	-145	-13.232	-136
Total		31.982	311	26.257	269

No exercício de 2014, a Margem Complementar manteve-se praticamente inalterada face à verificada no exercício anterior, tendo a diminuição verificada na rubrica de resultados de ope-

rações cambiais sido compensada pelo aumento dos resultados de negociação e ajuste ao justo valor e de prestação de serviços financeiros.

► Margem Complementar (em milhões)	2014		2013	
	AKZ	USD	AKZ	USD
Resultados de negociação e ajuste ao valor justo	5.484	53	1.691	17
Resultados de operações cambiais	4.830	47	7.113	73
Resultados de prestação de serviços financeiros	6.003	58	4.277	44
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	-8.456	-82	-5.993	-61
Total	7.861	76	7.088	73

Os resultados de operações cambiais, que correspondem essencialmente aos ganhos nas transacções de compra e venda de Moeda Estrangeira realizadas pelo Banco, bem como na reavaliação da posição cambial em Moeda Estrangeira, fixaram-se em USD 47 milhões (AKZ 4.830 milhões), no exercício de 2014, registando uma diminuição de cerca de USD 26 milhões (AKZ 2.283 milhões) face ao exercício anterior.

Os resultados de prestação de serviços financeiros correspondem aos ganhos com comissões cobradas. O aumento verificado no exercício de 2014, face ao exercício de 2013, resulta de um

aumento das comissões cobradas sobre transacções da EMIS, garantias prestadas e comissões por serviços vários prestados pelo Banco.

Os encargos administrativos do Banco, que agregam os custos com o pessoal no montante de USD 96 milhões (AKZ 9.836 milhões), os fornecimentos de terceiros e outros gastos no montante de USD 81 milhões (AKZ 8.348 milhões) e as depreciações e amortizações do exercício de USD 10 milhões (AKZ 1.027 milhões), registaram um aumento de cerca de USD 27 milhões (AKZ 3.577 milhões) (17%) face ao exercício de 2013.

► Custos Administrativos e de Comercialização (em milhões)		2014		2013	
		AKZ	USD	AKZ	USD
Pessoal		9.836	96	8.631	88
Fornecimentos de terceiros e outros gastos		8.348	81	6.131	63
Depreciações e amortizações		1.027	10	872	9
Total		19.211	187	15.634	160

Tendo o número de colaboradores ascendido a 2.097 no final do exercício de 2014 (1.873 em 31 de Dezembro de 2013), os custos com o pessoal totalizaram cerca de USD 96 milhões (AKZ 9.836 milhões), com um aumento face ao exercício de 2013 de USD 8 milhões (AKZ 1.205 milhões), enquanto que os fornecimentos de terceiros e outros gastos ascenderam a USD 81 mi-

lhões (AKZ 8.348 milhões), com uma variação de 29% face ao exercício anterior.

As depreciações e amortizações do exercício fixaram-se nos USD 10 milhões (AKZ 1.027 milhões), o que representa um ligeiro aumento do nível de amortizações verificado no exercício de 2013.

A evolução do número de colaboradores de 1.873 em 31 de Dezembro de 2013 para 2.097 em 31 de Dezembro de 2014, assim como a expansão da rede comercial do Banco, totalizando 219 unidades comerciais (202 unidades comerciais no fim do exercício de 2013), contribuíram decisivamente para o aumento dos custos administrativos e de comercialização.

► Cost-To-Income (em milhões de USD)	2014	2013
Custo administrativos e de comercialização	187	160
Resultado de intermediação financeira	387	342
Cost-to-income	48%	47%

No exercício de 2014 o rácio *cost-to-income* sofreu um ligeiro aumento de 47% para 48% face ao mesmo período do ano anterior.

No exercício de 2014, os impostos sobre lucros registados ascenderam a USD 11 milhões (AKZ 1.081 milhões) (USD 6 milhões (AKZ 588 milhões) no exercício de 2013, correspondentes a uma taxa efectiva de imposto industrial de 5%.

Os proveitos dos títulos da dívida pública obtidos em Obrigações

do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano encontram-se excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 23.º do Código deste imposto. Este enquadramento fiscal é determinante para a diferença entre o prejuízo fiscal apurado e a taxa nominal em vigor (30%).

Não obstante, e na sequência das alterações ao Código do IAC, preconizadas no âmbito da Reforma Tributária, passaram a ser sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos com maturidade igual ou superior a três anos), os juros dos títulos de dívida pública emitidos após 1 de Janeiro de 2013 (a referida data veio a ser comunicada por carta do BNA à ABANC, de 26 de Setembro de 2013).

No exercício de 2014, os custos com este imposto que se encontram registados na demonstração dos resultados, na rubrica de "Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado", ascenderam a mAKZ 874.478.

Em 31 de Dezembro de 2014, em função dos montantes apurados para os dois impostos, Industrial e IAC, a taxa efectiva conjunta equivalia a 9,05%.

05.4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com as disposições legais relativas à constituição de reservas, o Concelho de Administração propõe que o resultado líquido positivo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, no montante de 20.537 milhões de Kwanzas Angolanos, tenha a seguinte aplicação:

(em Kwanzas)		
Reserva legal	20%	4.107 milhões
Distribuição de dividendos aos accionistas	80%	16.430 milhões

06.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS

- ▶ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- ▶ NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
- ▶ RELATÓRIO DE AUDITORIA
- ▶ RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

06.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

► Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2014 e 2013	NOTAS	2014		2013	
		Activo Bruto	Amortização e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO					
1. Disponibilidades	3	138.997.119	-	138.997.119	122.768.241
2. Aplicações de liquidez	4	55.256.508	-	55.256.508	86.600.848
3. Títulos e valores mobiliários	5	369.979.711	-	369.979.711	319.685.302
4. Créditos no sistema de pagamentos		3.757	-	3.757	-
5. Operações cambiais	6	2.700.681	-	2.700.681	2.497.815
6. Créditos sobre clientes	7 e 16	278.800.101	32.026.483	246.773.618	198.614.596
7. Outros valores	8	10.756.413	-	10.756.413	9.288.396
8. Imobilizações incorpóreas	10	523.749	515.024	8.725	19.816
9. Imobilizações corpóreas	10	17.153.874	6.072.942	11.080.932	11.438.580
10. Imobilizações financeiras	9	365.080	-	365.080	410.686
Total do activo		874.536.993	38.614.449	835.922.544	751.324.280
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA					
1. Depósitos				685.388.001	615.477.771
> Depósitos à ordem	11			343.148.826	280.832.706
> Depósitos a prazo	11			336.753.876	320.009.050
> Outros depósitos	11			5.485.299	14.636.015
2. Captações de liquidez	12			-	1.000.274
3. Obrigações no sistema de pagamentos	13			7.395.853	8.747.027
4. Operações cambiais	6			2.704.402	2.510.155
5. Outras captações	14			37.286.370	27.710.194
6. Outras obrigações	15			9.234.332	7.238.687
7. Fornecedores comerciais e industriais				78.290	38.611
8. Provisões para responsabilidades prováveis	16			2.779.990	1.838.697
Total do passivo				744.867.238	664.561.416
9. Capital social	17			3.000.000	2.414.511
10. Reserva de actualização monetária dos fundos próprios	17			5.797.507	5.797.507
11. Reservas e fundos	17			60.788.846	51.286.513
12. Resultados potenciais	17			932.434	1.459.694
13. Resultados transitados	17			-	6.158.618
14. Resultado líquido do exercício	17			20.536.519	19.646.021
Total da situação líquida				91.055.306	86.762.864
Total do passivo e da situação líquida				835.922.544	751.324.280

(em milhares de Kwanzas Angolanos)

► Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2014 e 2013	NOTAS	2014		2013	
		Activo Bruto	Amortização e Provisões	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO					
1. Disponibilidades	3	1.351.284	-	1.351.284	1.257.627
2. Aplicações de liquidez	4	537.186	-	537.186	887.131
3. Títulos e valores mobiliários	5	3.596.819	-	3.596.819	3.274.827
4. Créditos no sistema de pagamentos		37	-	37	-
5. Operações cambiais	6	26.255	-	26.255	25.587
6. Créditos sobre clientes	7 e 16	2.710.402	311.351	2.399.051	2.034.589
7. Outros valores	8	104.570	-	104.570	95.149
8. Imobilizações incorpóreas	10	5.092	5.007	85	203
9. Imobilizações corpóreas	10	166.764	59.039	107.725	117.176
10. Imobilizações financeiras	9	3.549	-	3.549	4.207
Total do activo		8.501.958	375.397	8.126.561	7.696.496
PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA					
1. Depósitos				6.663.115	6.304.897
> Depósitos à ordem	11			3.335.979	2.876.824
> Depósitos a prazo	11			3.273.810	3.278.143
> Outros depósitos	11			53.326	149.930
2. Captações de liquidez	12			-	10.247
3. Obrigações no sistema de pagamentos	13			71.900	89.604
4. Operações cambiais	6			26.291	25.714
5. Outras captações	14			362.486	283.861
6. Outras obrigações	15			89.773	74.151
7. Fornecedores comerciais e industriais				761	396
8. Provisões para responsabilidades prováveis	16			27.026	18.835
Total do passivo				7.241.352	6.807.705
9. Capital social	17			29.165	24.734
10. Reserva de actualização monetária dos fundos próprios	17			56.361	59.390
11. Reservas e fundos	17			590.969	525.374
12. Resultados potenciais	17			9.065	14.953
13. Resultados transitados	17			-	63.088
14. Resultado líquido do exercício	17			199.649	201.252
Total da situação líquida				885.209	888.791
Total do passivo e da situação líquida				8.126.561	7.696.496

(em milhares de Dólares dos Estados Unidos)

► Demonstrações dos Resultados por Natureza (em milhares)	NOTAS	2014		2013	
		AKZ	USD	AKZ	USD
Margem financeira	21	31.982.231	310.921	26.257.390	268.978
Proveitos de instrumentos financeiros activos	21	46.901.476	455.961	39.489.104	404.523
Proveitos de aplicações de liquidez		1.811.015	17.606	2.148.669	22.011
Proveitos de títulos e valores mobiliários		22.679.886	220.487	14.966.711	153.318
Proveitos de créditos		22.410.575	217.868	22.373.724	229.194
(-) Custos de instrumentos financeiros passivos	21	(14.919.245)	(145.040)	(13.231.714)	(135.544)
Custos de depósitos		(13.837.477)	(134.523)	(11.593.447)	(118.762)
Custos de captações para liquidez		(1.081.768)	(10.517)	(1.638.267)	(16.782)
Resultados de negociações e ajustes ao valor justo	22	5.483.768	53.311	1.690.567	17.318
Resultados de operações cambiais	23	4.830.347	46.959	7.112.551	72.860
Resultados de prestação de serviços financeiros	24	6.002.690	58.356	4.277.197	43.815
(-) Provisões para crédito de liquidação duvidosa e prestação de garantias	16	(8.455.694)	(82.203)	(5.992.366)	(61.385)
Resultado de intermediação financeira		39.843.342	(387.344)	33.345.339	341.587
Resultados com mercadorias, produtos e outros serviços		59.061	574	59.536	610
(-) Custos administrativos e de comercialização		(20.298.077)	(197.331)	(16.221.523)	(166.172)
Pessoal	25	(9.835.861)	(95.621)	(8.631.002)	(88.415)
Fornecimentos de terceiros	26	(8.299.139)	(80.681)	(6.062.852)	(62.107)
Impostos e taxas não incidentes sobre o resultado	19	(1.067.372)	(10.377)	(579.606)	(5.937)
Penalidades aplicadas por autoridades reguladoras		(19.168)	(186)	(7.984)	(82)
Outros administrativos e de comercialização		(49.106)	(478)	(68.541)	(702)
Depreciações e amortizações	10	(1.027.431)	(9.988)	(871.538)	(8.928)
(-) Provisões sobre outros valores e responsabilidades prováveis	16	(334.683)	(3.253)	1.596.363	16.353
Resultado de imobilizações financeiras	9	(31.869)	(310)	-	-
Outros proveitos e custos operacionais	27	1.595.650	15.512	1.394.485	14.285
Outros proveitos e custos operacionais		(19.068.979)	(185.382)	(13.230.675)	(135.534)
Resultado operacional		20.833.424	202.536	20.174.200	206.663
Resultado não operacional	28	783.964	7.621	59.586	610
Resultado antes dos impostos e outros encargos		21.617.388	210.157	20.233.786	207.273
(-) Encargos sobre o resultado corrente	19	(1.080.869)	(10.508)	(587.765)	(6.021)
Resultado líquido do exercício		20.536.519	199.649	19.646.021	201.252
Acções em circulação	17	3.000.000	3.000.000	2.414.511	2.414.511
Resultado por acção		6,85	0,07	8,14	0,08

► Demonstrações de Mutações nos Fundos Próprios	Capital	Actualização dos Fundos Próprios		Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Potenciais	Resultados Transitados	Resultados do Exercício	Capital Próprio
		Capital	Resultados						
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	2.414.511	4.170.188	1.627.319	12.194.772	29.428.181	773.650	6.158.618	16.105.934	72.873.173
> Aplicação do resultado líquido de 2012	-	-	-	3.221.186	6.442.374	-	-	(9.663.560)	-
> Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(6.442.374)	(6.442.374)
> Resultados potenciais	-	-	-	-	-	686.044	-	-	686.044
> Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	19.646.021	19.646.021
Saldos em 31 de Dezembro de 2013	2.414.511	4.170.188	1.627.319	15.415.958	35.870.555	1.459.694	6.158.618	19.646.021	86.762.864
> Aplicação do resultado líquido de 2013	-	-	-	3.929.204	-	-	-	(3.929.204)	-
> Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(15.716.817)	(15.716.817)
> Reclassificação dos resultados transitados para outras reservas	-	-	-	-	6.158.618	-	(6.158.618)	-	-
> Aumento do capital social por incorporação de reservas	585.489	-	-	-	(585.489)	-	-	-	-
> Resultados potenciais	-	-	-	-		(527.260)	-	-	(527.260)
> Resultado líquido do exercício	-	-	-	-		-	-	20.536.519	20.536.519
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	3.000.000	4.170.188	1.627.319	19.345.162	41.443.684	932.434	-	20.536.519	91.055.306

(em milhares de Kwanzas Angolanos)

► Demonstrações dos Fluxos de Caixa (em milhares de Kwanzas Angolanos)	2014	2013
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL DA INTERMEDIACÃO FINANCEIRA		
Fluxo de caixa da margem financeira	31.354.916	25.071.306
> Recebimentos de proveitos de instrumentos financeiros activos	45.592.468	38.145.120
> Pagamentos de custos de instrumentos financeiros passivos	(14.237.552)	(13.073.814)
Fluxo de caixa dos resultados de negociações e ajustes ao valor justo	-	1.690.567
Fluxo de caixa dos resultados de operações cambiais	4.821.728	7.124.891
Fluxo de caixa dos resultados de prestação de serviços financeiros	6.002.690	4.277.197
	42.179.334	38.163.961
FLUXO DE CAIXA DOS RESULTADOS COM OUTROS SERVIÇOS		
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(19.145.436)	(16.176.184)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(428.271)	(1.464.633)
Pagamento de contribuição industrial	(587.765)	(1.778.069)
Outros valores	24.300	203.890
Outras obrigações	621.670	4.542.601
	(19.515.502)	(14.672.395)
FLUXO DE CAIXA DOS INVESTIMENTOS		
Fluxo de caixa dos investimentos de intermediação financeira	(67.662.180)	(84.187.183)
> Investimentos em aplicações de liquidez	31.312.309	2.870.208
> Investimentos em títulos e valores mobiliários activos	(43.400.054)	(110.075.151)
> Investimentos em créditos sobre clientes	(55.574.435)	23.017.760
Fluxo de caixa das imobilizações	(860.396)	(1.993.082)
> Aquisição de imobilizações corpóreas e incorpóreas	(874.133)	(1.791.503)
> Aquisição de imobilizações financeiras	13.737	(201.579)
	(68.522.576)	(86.180.265)
FLUXO DE CAIXA DOS FINANCIAMENTOS		
Fluxo de caixa dos financiamentos de intermediação financeira	77.808.653	66.999.733
> Financiamentos em depósitos	69.225.219	89.343.170
> Financiamentos em captações de liquidez	(1.000.000)	(25.075.922)
> Financiamentos em captações com outras captações	9.583.434	2.732.485
Fluxo de caixa dos financiamentos com fundos próprios	(15.716.817)	(6.442.374)
> Pagamento de dividendos	(15.716.817)	(6.442.374)
	62.091.836	60.557.359
Variações em disponibilidades	16.233.092	(2.131.340)
Saldo em disponibilidades do início do período	122.764.027	124.895.367
Saldo em disponibilidades do fim do período	138.997.119	122.764.027

06.2 NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013
(Montantes em milhares de Kwanzas Angolanos – mAKZ, excepto quando expressamente indicado)

NOTA 1 ► NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco BIC, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco BIC” ou “Banco”) foi constituído por Escritura Pública de 22 de Abril de 2005, na sequência da comunicação do Banco Nacional de Angola de 19 de Abril de 2005 que autorizou a sua constituição, e encontra-se sediado no Edifício Banco BIC, sito no Bairro de Talatona, Município da Samba, em Luanda.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

Para a realização das suas operações, o Banco dispõe actualmente em Angola de uma rede nacional de 198 balcões e postos de atendimento, 17 centros de empresas, três centros de investimento e uma unidade de private banking (181 balcões e postos de atendimento, 17 centros de empresas, três centros de investimento e uma unidade de *private banking*, em 31 de Dezembro de 2013).

NOTA 2 ► BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas das Instituições Financeiras - CONTIF, conforme definido no Instrutivo n.º 09/07, de 19 de

Setembro, do Banco Nacional de Angola e actualizações subsequentes. Estes princípios poderão diferir dos geralmente aceites em outros países.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 encontram-se expressas em Kwanzas Angolanos, tendo os activos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio médio indicativo publicado pelo Banco Nacional de Angola naquelas datas. Em 31 de Dezembro 2014 e 2013, os câmbios do Kwanza Angolano (AKZ) face ao Dólar dos Estados Unidos (USD) e ao Euro (EUR) eram os seguintes:

	2014	2013
1 USD	102,863	97,619
1 EUR	125,195	134,386

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

A) ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

B) TRANSACÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema “*multi-currency*”, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas Angolanos à taxa de câmbio média

publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço.

Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica de “Resultados de operações cambiais”.

C) CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Os créditos concedidos a clientes são registados inicialmente pelo seu valor nominal. A componente de juros é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês.

O Banco procede à anulação de juros vencidos superiores a 60 dias e não reconhece juros a partir dessa data, até ao momento em que o cliente regularize a situação. Os juros de mora são registados na rubrica de “Cobrança de juros de mora, líquidos de anulações” (Nota 28).

Posteriormente, as operações de crédito concedido a clientes, incluindo as garantias e avales prestados, são submetidas à constituição de provisões, de acordo com o Aviso do Banco Nacional de Angola n.º 4/2011, de 8 de Junho, e demais instruções e normas aplicáveis.

A partir do exercício de 2011 e desde a entrada em vigor do Aviso n.º 4/2011, de 8 de Junho, as operações de crédito, por desembolso, são concedidas em moeda nacional, em quaisquer prazos, para todas as entidades, com excepção do Estado e empresas com comprovadas receitas e recebimentos em moeda estrangeira, para as seguintes finalidades:

- Assistência financeira de liquidez, incluindo, entre outras, as contas correntes caucionadas;
- Financiamento automóvel;
- Empréstimos ao consumo;
- Micro crédito;
- Adiantamentos a depositantes ou descobertos; e

- Outras modalidades de crédito financeiro com natureza de curto prazo (inferior a um ano).

Provisões para créditos de liquidação duvidosa e garantias bancárias e avales prestados

Nos termos do normativo em vigor, o Banco classifica as operações de crédito, incluindo as garantias e os avales prestados, por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes classes:

- Nível A: Risco nulo
- Nível B: Risco muito reduzido
- Nível C: Risco reduzido
- Nível D: Risco moderado
- Nível E: Risco elevado
- Nível F: Risco muito elevado
- Nível G: Risco de perda

As operações de crédito, incluindo as garantias bancárias e os avales prestados, são classificadas de forma individual, tendo em conta as características e os riscos das operações e do tomador do crédito, observando de um modo geral, para as operações sem incumprimento, os seguintes critérios:

> **Classe A:** Créditos com garantia de contas cativas junto do Banco e/ou títulos do Estado (Obrigações e Bilhetes do Tesouro, bem como Títulos do Banco Central). São ainda incluídos nesta classe os clientes que, tendo por base a sua situação económico financeira, a sua capacidade de gestão e o seu histórico de cumprimento, são pelo Banco considerados como de risco nulo;

> **Classe B:** Créditos com garantia hipotecária e outros clientes que, tendo por base os critérios supra descritos, sejam pelo Banco considerados como de risco muito reduzido; e

> **Classe C:** Restantes créditos com promessa de hipoteca e/ou com outro tipo de garantias reais, bem como operações que disponham unicamente de garantia pessoal.

O crédito vencido é igualmente analisado de forma casuística e, no mínimo, classificado nos níveis de risco anteriormente indicados, em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento.

Os níveis mínimos de provisionamento são calculados de acordo com a seguinte tabela:

► Níveis de Risco	A	B	C	D	E	F	G
% DE PROVISÃO	0%	1%	3%	10%	20%	50%	100%
Operações com prazo inferior a dois anos	até 15 dias	de 15 a 30 dias	de 1 a 2 meses	de 2 a 3 meses	de 3 a 5 meses	de 5 a 6 meses	mais de 6 meses
Operações com prazo superior a dois anos	até 15 dias	de 15 a 60 dias	de 2 a 4 meses	de 4 a 6 meses	de 6 a 10 meses	de 10 a 12 meses	mais de 12 meses

(tempo decorrido desde a entrada em incumprimento)

Por regra, as operações que sejam objecto de renegociação são mantidas, pelo menos, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas no mês imediatamente anterior à renegociação. Nestes termos, a reclassificação para uma classe de risco inferior ocorre apenas se houver uma amortização regular e significativa da operação ou se se verificar um reforço significativo das garantias recebidas.

Em geral, a classificação das operações de crédito de um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efectuada na classe que apresentar maior risco.

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são classificadas no activo a crédito da rubrica “Créditos sobre clientes” (Nota 7).

Sempre que o Banco considere que foram esgotadas as expectativas de recuperação dos montantes em dívida em créditos classificados há mais de seis meses na Classe G, os mesmos são abatidos ao activo através da utilização da respectiva provisão. Adicionalmente, estes créditos permanecem registados numa rubrica extrapatrimonial por um prazo mínimo de dez anos.

D) CARTEIRA DE TÍTULOS

Atendendo às características dos títulos e à intenção quando da sua aquisição, a carteira de títulos do Banco é valorizada da seguinte forma:

> **Mantidos para negociação**
São considerados títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de venda.

Os Bilhetes do Tesouro e os Títulos do Banco Central, emitidos a valor descontado, são registados ao custo de aquisição. A diferença entre este e o valor de reembolso (valor nominal), que constitui a remuneração do Banco, é reflectida linearmente em resultados ao longo do período compreendido entre a data de compra e a data de vencimento dos títulos, por contrapartida da rubrica do activo “Proveitos a receber” (Nota 5).

> **Disponíveis para venda**
Os activos financeiros disponíveis para venda correspondem a acções, as quais são registadas inicialmente ao custo de aquisição, sendo posteriormente valorizadas ao justo valor.

As variações do justo valor são registadas por contrapartida de fundos próprios, na rubrica “Resultados potenciais – Ajustes ao valor justo em activos financeiros disponíveis para venda”, sendo as valias reconhecidas em resultados do exercício quando da venda definitiva do activo.

> **Mantidos até ao vencimento**
Esta rubrica inclui os títulos que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à sua maturidade.

As Obrigações do Tesouro são registadas ao custo de aquisição. Os juros decorridos relativos a estes títulos, bem como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de reembolso (no caso de títulos emitidos a valor descontado), são reflectidos linearmente em resultados, por contrapartida da rubrica do activo “Proveitos a receber” (Nota 5).

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional, indexadas ao Índice de Preços ao Consumidor, estão sujeitas a actualização do valor nominal do título de acordo com a variação do referido índice. Deste modo, os resultados da referida actualização do valor nominal dos títulos e do juro corrido são reflectidos na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, nas rubricas de “Resultados de negociações e ajustes ao justo valor” e “Proveitos de títulos e valores mobiliários”, respectivamente (Notas 22 e 21).

As Obrigações do Tesouro emitidas em moeda nacional, indexadas à taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos e as Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira, estão sujeitas a actualização cambial. Deste modo, o resultado da actualização cambial do valor nominal dos títulos é reflectido na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre na rubrica “Resultados de negociações e ajustes ao justo valor” (Nota 22), sendo o desconto e o juro corrido reflectidos na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários” (Nota 21).

Em 2012 foi publicado o Despacho n.º 159/12 de 20 de Fevereiro, o qual autoriza a emissão regular de Obrigações do Tesouro em moeda nacional não reajustáveis com taxas de juro de cupão predefinidas por maturidade. Os juros decorridos relativos a estes títulos são reflectivos na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica “Proveitos de títulos e valores mobiliários” (Nota 21).

> **Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda**
Nos exercícios de 2014 e 2013 o Banco realizou operações de compra de liquidez temporária no mercado interfinanceiro com o Banco Nacional de Angola em que foram aplicados recursos recebendo Obrigações do Tesouro em garantia. Estas operações têm subjacente um acordo de revenda dos títulos numa data futura, por um preço previamente estabelecido entre as partes (Nota 4).

Os proveitos das operações de compra de títulos de terceiros com acordos de revenda correspondem à diferença entre o valor da revenda e o valor da compra dos títulos. O reconhecimento do proveito foi realizado conforme o princípio da especialização em razão da fluência do prazo das operações na rubrica “Proveitos

de instrumentos financeiros activos – Operações de Compras de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda” (Nota 21).

Os títulos comprados com acordo de revenda não são registados na carteira de títulos. Os fundos entregues são registados, na data de liquidação, no activo na rubrica “Aplicações de liquidez – Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda”, sendo periodificado o valor de juros na mesma rubrica.

Classificação em classes de risco:

Nos termos do normativo em vigor, o Banco classifica os títulos de dívida, em ordem crescente de riscos, de acordo com as seguintes classes:

- Nível A: Risco nulo
- Nível B: Risco muito reduzido
- Nível C: Risco reduzido
- Nível D: Risco moderado
- Nível E: Risco elevado
- Nível F: Risco muito elevado
- Nível G: Risco de perda

O Banco classifica os títulos de dívida do Estado Angolano e do Banco Nacional de Angola no Nível A.

E) IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem igual ou superior a 10% do respectivo capital, encontram-se registadas pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efectiva do Banco nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das participadas. As participações financeiras em que o Banco detém, directa ou indirectamente, uma percentagem inferior a 10% do respectivo capital, encontram-se registadas ao custo de aquisição. Quando este se encontra denominado em moeda estrangeira, é reflectido contabilisticamente à taxa de câmbio da data da operação. Sempre que se estimam perdas permanentes no seu valor de realização, são constituídas as respectivas provisões, reflectidas na demonstração de resultados na rubrica de “Resultados de imobilizações financeiras”.

F) IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a *software* e a *trespasses*. Estas despesas são registadas ao custo de aquisição e amortizadas linearmente ao longo de um período de três anos.

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial, que correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

	Anos de Vida Útil
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	3
Equipamento:	
> Instalações interiores	10
> Mobiliário e material	10
> Máquinas e ferramentas	3 a 10
> Equipamento informático	3 a 10
> Material de transporte	3
> Outro equipamento	10

Não obstante o supra referido intervalo, a generalidade do equipamento informático está a ser amortizado em três anos.

G) BENS DE USO NÃO PRÓPRIO

Na rubrica “Bens não de uso próprio – Imóveis recebidos em dação em pagamento” são registados os bens recebidos em dação em pagamento, na sequência da recuperação de créditos em incumprimento, se destinados à alienação posterior (Nota 8).

De acordo com o definido no CONTIF, o valor dos bens recebidos em dação é registado observando-se o montante apurado na sua avaliação, por contrapartida do valor do crédito recuperado e das respectivas provisões específicas constituídas.

Quando o valor em dívida da operação de crédito é superior ao seu valor contabilístico (líquido de provisões), a diferença deve ser reconhecida como proveito do exercício, até ao valor apurado

na avaliação dos bens. Quando a avaliação dos bens é inferior ao valor contabilístico da operação de crédito, a diferença deve ser reconhecida como custo do exercício.

Quando esgotado o prazo legal de dois anos sem que os bens sejam alienados (prorrogáveis por autorização do BNA), é efectuada nova avaliação, destinada a apurar o valor de mercado actualizado, com vista a eventual constituição da provisão correspondente.

H) IMPOSTOS SOBRE OS RENDIMENTOS

> **Imposto Industrial**

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A e a taxa de imposto aplicável é de 30% no exercício de 2014 e de 35% no exercício de 2013.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais.

O Imposto Industrial é objecto de liquidação provisória em três prestações iguais em Janeiro, Fevereiro e Março, tendo por base 75% do lucro tributável do exercício anterior. Em função do prejuízo fiscal que o Banco apurou, não foram efectuadas liquidações provisórias de imposto relativamente ao exercício de 2014.

Apresenta-se na Nota 19 a reconciliação entre o resultado fiscal e o resultado contabilístico.

> **Imposto Sobre a Aplicação de Capitais (IAC)**

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro, veio introduzir diversas alterações legislativas ao Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais, tendo sido, entretanto, alterado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, nomeadamente rendimentos derivados de aplicações e juros de títulos.

A taxa varia entre 5% (no caso de juros pagos relativamente a títulos de dívida pública que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%. Este imposto tem a natureza de

pagamento por conta do Imposto Industrial, operando esta compensação por via da dedução à colecta que vier a ser apurada, nos termos da alínea a) do número 81.º do Código do Imposto Industrial (Nota 19).

Em carta do BNA à ABANC, de 26 de Setembro de 2013, foi comunicado que os juros de Obrigações do Tesouro, Bilhetes do Tesouro e Títulos do Banco Central apenas são sujeitos a IAC, relativamente a títulos emitidos após 1 de Janeiro de 2013.

› Impostos Diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os impostos diferidos passivos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos activos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados, com excepção dos impostos referentes a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente resultados potenciais de títulos classificados na carteira de disponíveis para venda.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco não tinha impostos diferidos activos registados. Na mesma data, os impostos diferidos passivos registados referem-se a resultados potenciais de títulos classificados na carteira de disponíveis para venda (Notas 15 e 17).

I) RESERVA DE ACTUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Nos termos do Aviso n.º 2/2009, de 8 de Maio, do Banco Nacional de Angola sobre actualização monetária, o qual revogou o Aviso n.º 10/2007, de 26 de Setembro, as instituições financeiras devem, em caso de existência de inflação, considerar mensalmente os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor.

O valor resultante da actualização monetária deve ser reflectido mensalmente, a débito numa conta de resultados, por contrapartida da reserva de actualização monetária dos fundos próprios.

No exercício de 2009, tendo presente a evolução verificada na taxa de câmbio do Kwanza Angolano face ao Dólar dos Estados Unidos e, consequentemente, o seu impacto ao nível da taxa de inflação medida em moeda nacional, o Banco solicitou um pedido de autorização específico ao Banco Nacional de Angola no sentido de aplicar prospectivamente o disposto no Aviso n.º 2/2009.

Através de carta datada de 26 de Novembro de 2009, o Departamento de Supervisão de Instituições Financeiras informou que, por Despacho de Sua Excelência o Senhor Governador do Banco Nacional de Angola de 23 de Novembro, foi autorizado ao Banco BIC o seu pedido para actualização monetária.

Em 2014 e 2013 o Banco não procedeu à actualização monetária dos seus fundos próprios.

J) PENSÕES DE REFORMA

A Lei n.º 07/04, de 15 de Outubro, que regulamenta o sistema de Segurança Social de Angola, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores Angolanos inscritos na Segurança Social. O valor destas pensões é calculado com base numa tabela proporcional ao número de anos de trabalho, aplicada à média dos salários ilíquidos mensais recebidos nos períodos imediatamente anteriores à data em que o trabalhador cessar a sua actividade. De acordo com o Decreto n.º 7/99, de 28 de Maio, as taxas de contribuição para este sistema são de 8% para a entidade empregadora e de 3% para os trabalhadores.

Nos termos da legislação em vigor, as responsabilidades em matéria de “Compensação por reforma” são determinadas multiplicando 25% do salário mensal de base praticado na data em que o trabalhador atinge a idade legal de reforma, pelo número de anos de antiguidade na mesma data.

Em 31 de Dezembro de 2014, as responsabilidades do Banco com o esquema de benefício de compensação por reforma acima referido foram calculadas através de uma avaliação actuarial realizada por um perito independente tendo por base a população

do Banco abrangida por este benefício no final desse ano e os seguintes pressupostos:

Taxa técnica actuarial (desconto)	2%
Taxa de crescimento salarial	8%
Tábua de mortalidade	SA 85-90 (Light)
Idade normal de reforma	60 anos ou 35 de serviço

A taxa de desconto foi apurada tendo em conta a performance dos mercados financeiros, duração das responsabilidades e risco inerente.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, não existe qualquer compromisso formal do Banco quanto ao pagamento de complementos de reforma aos seus trabalhadores, para além daquele que decorre da designada “Compensação por reforma”, nos termos da legislação laboral em vigor (Nota 16).

K) APLICAÇÕES E CAPTAÇÕES DE LIQUIDEZ

As aplicações e captações de liquidez, entre instituições financeiras, tratando-se de operações sistémicas, de carácter regular, que procuram distribuir da forma mais adequada a liquidez por todo o sistema financeiro, nacional e internacional, não são enquadráveis como mútuos.

L) CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Saldo em disponibilidades do fim do exercício” o total dos saldos das rubricas “Disponibilidades” e “Recursos de instituições de crédito – Descobertos em depósitos à ordem” (Notas 3 e 11).

NOTA 3 › DISPONIBILIDADES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014		2013	
	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional
Caixa:				
› Notas e moedas nacionais:				
- Em cofre	-	10.326.311	-	7.679.028
- Em ATM	-	3.618.088	-	2.179.093
› Notas e moedas estrangeiras:				
- Em USD	29.764.295	3.061.645	60.332.740	5.889.622
- Em EUR	2.298.643	287.779	2.914.015	391.603
- Em outras divisas	-	57.897	-	14.253
		17.351.720		16.153.599
Depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola (BNA):				
› Em moeda nacional	-	71.945.423	-	66.058.523
› Em moeda estrangeira – USD	292.000.000	30.035.996	320.000.000	31.238.080
		101.981.419		97.296.603
Depósitos à ordem em correspondentes no estrangeiro:				
› Banco BIC Português, S.A.	-	12.744.491	-	6.486.575
› Standard Chartered Bank	-	6.004.068	-	1.853.666
› Commerzbank	-	316.443	-	207.287
› HSBC Bank – Joanesburgo	-	133.683	-	209.808
› Byblos Bank Europe	-	67.338	-	183.261
› Outros	-	197.878	-	133.505
		19.463.901		9.074.102
		200.079		243.937
Cheques a cobrar – No país				
		138.997.119		122.768.241

A rubrica de depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências de constituição e manutenção de reservas obrigatórias.

A 31 de Dezembro de 2014, as reservas obrigatórias são apuradas nos termos do disposto do Instrutivo n.º 01/2014, de 12 de Fevereiro. A 31 de Dezembro de 2013, as mesmas foram apuradas nos termos do disposto no Instrutivo n.º 03/2013, de 1 de Julho. As reservas obrigatórias são constituídas em moeda nacional e em moeda estrangeira, em função da respectiva denominação dos passivos que constituem a sua base de incidência.

Em 31 de Dezembro de 2014, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias é apurada através da aplicação de um quoficiente de 12,5% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e de um quoficiente de 15% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira. Em 31 de Dezembro de 2013, a exigibilidade de manutenção de reservas obrigatórias é apurada através da aplicação de um quoficiente de 15% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional, e de um quoficiente de 15% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira.

Os depósitos à ordem no Banco Nacional de Angola, bem como os domiciliados em outras instituições de crédito no estrangeiro, não são remunerados.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Cheques a cobrar – No País” diz respeito aos cheques apresentados à compensação nas sessões dos dias úteis subsequentes ao final dos anos respectivos.

NOTA 4 › APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ

As operações realizadas no mercado monetário interfinanceiro correspondem a depósitos a prazo em instituições de crédito e têm a seguinte composição:

	Moeda	2014		2013	
		Moeda Estrangeira	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional
Em instituições de crédito no estrangeiro:					
› Banco BIC Português, S.A.	USD	284.319.212	29.245.927	393.143.801	38.378.305
› Banco BIC Cabo Verde IFI	EUR	175.718.612	21.999.092	170.408.545	22.900.523
› Banco BIC Cabo Verde IFI	USD	23.000.000	2.365.849	-	-
› Byblos Bank Europe	USD	5.044.488	518.890	10.079.583	983.959
› Banco BIC Português, S.A.	EUR	3.500.000	438.183	3.500.000	470.351
› Banco Popular Portugal	USD	500.000	51.432	500.000	48.810
› HSBC Bank - Joanesburgo	USD	-	-	10.766.819	1.051.046
› Banco BIC Português, S.A.	GBP	-	-	350.873	56.388
			54.619.373		63.889.382
Juros a receber			169.529		159.082
			54.788.902		64.048.464

Uma parte significativa dos depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro acima mencionados encontra-se a colate-rizar a abertura de créditos documentários e outras operações, no âmbito de linhas de crédito contratadas e outros acordos celebra-dos com estas instituições financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos a prazo em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2014	2013
Até um mês	24.141.351	19.742.115
Entre um e três meses	3.123.964	11.997.024
Entre três e seis meses	22.249.482	29.709.768
Superior a um ano	5.104.576	2.440.475
	54.619.373	63.889.382

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos a prazo em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às seguintes taxas médias anuais, ponderadas pelo respectivo valor nominal das aplicações:

	2014	2013
Em Dólares dos Estados Unidos	1,24%	0,85%
Em Euros	2,89%	3,04%
Em Libras Esterlinas	-	0,50%

As Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda correspondem a Obrigações do Tesouro adquiridas ao Banco Nacional de Angola, com um acordo de revenda numa data futura, por um preço previamente definido e acordado entre as partes.

O rendimento auferido pelo Banco BIC nestas operações corresponde, única e exclusivamente, à diferença positiva entre o preço de revenda destas Obrigações do Tesouro, pré-definido e acordado entre as partes, e o seu valor inicial de aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as Operações de Compra de Títulos de Terceiros com Acordo de Revenda têm a seguinte composição:

	2014		2013	
	Taxa de Juro	Montante	Taxa de Juro	Montante
Obrigações do Tesouro				
> Em moeda nacional (Index USD)	5,09%	457.700	2,45%	22.500.000
Proveitos a receber		129		42.607
		457.829		22.542.607

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, as Operações de Compra de Títulos de terceiros com Acordo de Revenda apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2014	2013
Até um mês	-	14.000.000
Entre um e três meses	457.700	8.500.000
	457.700	22.500.000

NOTA 5 > TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014		2013	
	Taxa de Juro	Montante	Taxa de Juro	Montante
Mantidos para negociação:				
> Bilhetes do Tesouro	5,44%	78.625.097	4,03%	60.814.122
Proveitos a receber		2.024.468		697.399
		80.649.565		61.511.521
Disponíveis para venda	N/A	3.551.284	N/A	4.517.873
Mantidos até ao vencimento:				
> Obrigações do Tesouro				
- Em moeda nacional (Não reajustáveis)	7,55%	169.837.020	7,47%	140.646.018
- Em moeda nacional (Index USD)	7,30%	98.060.200	7,41%	96.694.102
- Em moeda estrangeira (USD)	3,68%	13.164.798	3,74%	12.493.651
Proveitos a receber		4.716.844		3.822.137
		285.778.862		253.655.908
		369.979.711		319.685.302

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os títulos classificados como “Disponíveis para venda” apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	Moeda	2014				2013			
		Quantidade	Valor de Mercado	Valor de Balanço		Quantidade	Valor de Mercado	Valor de Balanço	
				Moeda	mAKZ			Moeda	mAKZ
Acções	EUR	27.646.900	1,03	28.366.020	3.551.284	27.646.900	1,22	33.618.631	4.517.873
					3.551.284				4.517.873

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os resultados potenciais apresentam a seguinte composição:

	2014	2013
Ajustes ao valor justo em activos financeiros disponíveis para venda	1.434.494	2.245.683
Encargos fiscais incidentes sobre os resultados potenciais	(502.060)	(758.989)
	932.434	1.459.694

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco classifica os títulos registados nas carteiras de “Mantidos para negociação” e “Mantidos até ao vencimento” no nível de risco A – Nulo, por serem emitidos pelo Estado Angolano e pelo Banco Nacional de Angola.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a distribuição dos títulos de dívida por indexante, excluindo proveitos a receber, é a seguinte:

	2014			2013		
	Taxa Fixa	Libor 6M	Total	Taxa Fixa	Libor 6M	Total
Bilhetes do Tesouro	78.625.097	-	78.625.097	60.814.122	-	60.814.122
Obrigações do Tesouro						
> Em moeda nacional (Não reajustáveis)	169.837.020	-	169.837.020	140.646.018	-	140.646.018
> Em moeda nacional (Index IPC)	98.060.200	-	98.060.200	96.694.102	-	96.694.102
> Em moeda estrangeira (USD)	-	13.164.798	13.164.798	-	12.493.651	12.493.651
	346.522.317	13.164.798	359.687.115	298.154.242	12.493.651	310.647.893

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os títulos em carteira apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2014	2013
Até três meses	29.318.439	19.098.006
De três a seis meses	29.100.883	33.455.728
De seis meses a um ano	59.902.624	49.100.762
Mais de um ano	241.365.169	208.993.397
Maturidade indefinida	3.551.284	4.517.873
	363.238.399	315.165.766

NOTA 6 › OPERAÇÕES CAMBIAIS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Proveitos por compra e venda de moedas estrangeiras a receber	2.700.681	2.497.815
Custos por compra e venda de moedas estrangeiras a pagar	(2.704.402)	(2.510.155)
	(3.721)	(12.340)

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor líquido entre as divisas vendidas e as divisas adquiridas, convertidas à taxa de câmbio face ao Kwanza na data de balanço pode ser detalhado como se segue:

2014						
Divisa Adquirida			Divisa Vendida			Valor Líquido
Valor de Balanço			Valor de Balanço			
Moeda	Montante	mAKZ	Moeda	Montante	mAKZ	
USD	20.000.000	2.057.260	AKZ	(2.058.600.000)	(2.058.600)	(1.340)
EUR	4.500.000	563.378	USD	(5.496.750)	(565.413)	(2.035)
JPY	86.261.000	74.443	USD	(726.714)	(74.752)	(309)
GBP	35.000	5.600	USD	(54.803)	(5.637)	(37)
		2.700.681			(2.704.402)	(3.721)

2013						
Divisa Adquirida			Divisa Vendida			Valor Líquido
Valor de Balanço			Valor de Balanço			
Moeda	Montante	mAKZ	Moeda	Montante	mAKZ	
EUR	14.500.000	1.948.597	USD	(20.073.250)	(1.959.531)	(10.934)
USD	5.552.177	541.998	AKZ	(543.341.577)	(543.342)	(1.344)
NAD	750.000	6.979	USD	(72.115)	(7.040)	(61)
SEK	16.000	241	USD	(2.493)	(242)	(1)
		2.497.815			(2.510.155)	(12.340)

NOTA 7 ▸ CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Moeda nacional:		
Descobertos em depósitos à ordem	2.206.400	644.024
Empréstimos	138.396.668	94.244.120
Créditos em conta corrente	29.086.216	15.645.847
Empréstimos a empregados	3.430.407	2.304.174
	173.119.691	112.838.165
Moeda estrangeira:		
Descobertos em depósitos à ordem	30.640	159.679
Empréstimos	78.567.511	90.425.176
Créditos em conta corrente	790.464	1.059.856
Empréstimos a empregados	3.592.803	3.703.541
	82.981.418	95.348.252
Total de crédito vincendo	256.101.109	208.186.417
Crédito e juros vencidos - Moeda nacional	8.079.521	6.262.642
Crédito e juros vencidos - Moeda estrangeira	10.731.528	4.780.489
Total de crédito e juros vencidos	18.811.049	11.043.131
Total de crédito concedido	274.912.158	219.229.548
Proveitos a receber - Moeda nacional	2.661.049	2.510.733
Proveitos a receber - Moeda estrangeira	1.226.894	1.473.983
Total de proveitos a receber	3.887.943	3.984.716
	278.800.101	223.214.264
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 16)	(32.026.483)	(24.599.668)
	246.773.618	198.614.596

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os prazos residuais do crédito concedido a clientes, excluindo o crédito vencido, apresentam a seguinte composição:

	2014	2013
Até três meses	34.699.098	37.946.400
De três a seis meses	35.180.132	21.492.859
De seis meses a um ano	34.901.120	19.164.174
De um a três anos	37.249.533	27.982.507
De três a cinco anos	38.358.047	37.034.798
De cinco a dez anos	48.637.940	39.436.922
Mais de dez anos	27.075.239	25.128.757
	256.101.109	208.186.417

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a repartição do crédito concedido a clientes, excluindo proveitos a receber, entre empresas e particulares é como segue:

	2014			2013		
	Vivo	Vencido	Total	Vivo	Vencido	Total
Empresas	206.820.160	15.311.864	222.132.024	162.950.126	8.226.232	171.176.358
Particulares	49.280.949	3.499.185	52.780.134	45.236.291	2.816.899	48.053.190
	256.101.109	18.811.049	274.912.158	208.186.417	11.043.131	219.229.548

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a repartição do crédito concedido a clientes, excluindo proveitos a receber, apresentava a seguinte distribuição por indexante:

	2014	2013
Taxa Fixa	218.819.020	175.068.085
Libor 1M	2.047.452	2.243.735
Libor 3M	876.189	930.090
Libor 6M	1.919.998	2.035.913
Libor 12M	3.239.404	4.098.565
Luibor 1M	-	2.589.940
Luibor 3M	624.024	15.153
Luibor 6M	11.439.741	4.909.692
Luibor 12M	35.946.330	27.338.375
	274.912.158	219.229.548

Apresenta-se a seguir a metodologia de apuramento da provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de Dezembro de 2014 e 2013:

2014							
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Garantias Bancárias (Nota 18)	Créditos Documentários (Nota 18)	Total	Taxa de Provisão	Provisão (Nota 16)
Classe A	47.908.548	62.846	3.862.357	-	51.833.751	0%	-
Classe B	84.676.991	43.034	32.813.492	7.440.354	124.973.871	1%	1.249.739
Classe C	80.803.312	400.461	17.638.268	2.158.109	101.000.150	3%	3.030.004
Classe D	18.374.407	4.745.690	122.004	14.709	23.256.810	11%	2.453.617
Classe E	14.783.808	2.800.502	79.130	244.009	17.907.449	26%	4.612.720
Classe F	7.824.534	54.086	-	-	7.878.620	69%	5.469.850
Classe G	5.617.452	10.704.430	-	-	16.321.882	100%	16.321.882
	259.989.052	18.811.049	54.515.251	9.857.181	343.172.533		33.137.813

No exercício de 2014, o Banco alterou a sua metodologia de apuramento de provisões, passando a incluir para o cálculo das mesmas, os proveitos a receber e os créditos documentários abertos.

2013							
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Garantias Bancárias (Nota 18)	Total	Taxa de Provisão	Provisão (Nota 16)	
Classe A	38.455.691	596	17.783.180	56.239.467	0%	-	
Classe B	47.842.866	100.852	7.188.429	55.132.147	1%	551.321	
Classe C	90.797.428	546.856	13.010.186	104.354.470	3%	3.107.111	
Classe D	10.116.958	1.588.657	372.417	12.078.032	10%	1.207.803	
Classe E	6.581.121	2.130.531	-	8.711.652	20%	1.718.805	
Classe F	4.463.064	644.801	-	5.107.865	50%	2.553.933	
Classe G	9.929.289	6.030.838	63.452	16.023.579	100%	16.023.579	
	208.186.417	11.043.131	38.417.664	257.647.212		25.162.552	

O movimento na matriz de migração do risco dos tomadores de crédito entre 31 de Dezembro de 2014 e 2013 é apresentado como segue:

Dez 2014											Total	31 Dez 2013
Dez 2013	Nível de Risco	A	B	C	D	E	F	G	Abatidos ao Activo	Liquidações/ Amortizações		
	A	27,06%	22,59%	0,37%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	49,98%	21,83%	56.239.467
	B	0,00%	43,84%	12,87%	2,92%	3,54%	0,00%	1,11%	0,00%	35,72%	21,40%	55.132.147
	C	0,00%	9,83%	55,58%	5,59%	2,99%	0,03%	0,41%	0,04%	25,54%	40,50%	104.354.470
	D	0,00%	0,05%	0,00%	12,73%	20,44%	7,81%	1,38%	0,01%	57,57%	4,69%	12.078.032
	E	0,00%	0,31%	0,01%	16,32%	40,32%	6,32%	33,88%	0,04%	2,79%	3,38%	8.711.652
	F	0,00%	0,02%	0,01%	0,00%	39,41%	14,64%	28,99%	0,00%	16,94%	1,98%	5.107.865
	G	0,00%	0,01%	0,00%	6,48%	0,00%	0,00%	51,62%	5,77%	36,12%	6,22%	16.023.579
	Total	5,90%	18,32%	25,35%	4,44%	5,07%	0,88%	5,39%	0,38%	34,27%	100%	
Distribuição da Carteira de 31 Dez 2013 em 31 Dez 2014												
	15.211.630	47.191.442	65.302.558	11.436.831	13.062.839	2.272.600	13.892.255	970.670	88.306.387		257.647.212	

Dez 2013											Total	Distribuição da Carteira de 31 Dez 2012
Dez 2012	Nível de Risco	A	B	C	D	E	F	G	Abatidos ao Activo	Liquidações/ Amortizações		
	A	66,31%	0,21%	2,27%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	0,00%	31,20%	20,35%	56.897.736
	B	0,48%	40,08%	0,86%	0,04%	1,00%	0,77%	0,00%	0,01%	56,76%	33,79%	94.475.953
	C	0,00%	0,02%	60,69%	3,48%	2,53%	0,11%	1,28%	0,00%	31,89%	31,45%	87.940.085
	D	0,00%	0,23%	4,82%	30,23%	8,89%	0,11%	20,48%	0,06%	35,18%	3,53%	9.858.087
	E	0,00%	0,06%	1,18%	24,69%	14,47%	3,52%	2,00%	0,02%	54,06%	5,58%	15.594.515
	F	0,00%	0,00%	15,77%	3,95%	0,37%	8,73%	16,99%	0,09%	54,10%	0,17%	477.408
	G	0,01%	0,00%	0,34%	0,06%	0,03%	0,03%	43,82%	10,59%	45,12%	5,13%	14.351.945
	Total	13,66%	13,60%	20,12%	3,56%	2,26%	0,51%	3,52%	0,55%	42,22%	100%	
Distribuição da Carteira de 31 Dez 2012 em 31 Dez 2013												
	38.189.518	38.038.487	56.260.633	9.952.933	6.306.954	1.429.334	9.830.926	1.534.854	118.052.090		279.595.729	

A análise da matriz de migração mostra que do total dos créditos em 31 de Dezembro de 2013, no montante de mAKZ 257.647.212, uma percentagem correspondente a 43,26% não sofreram mudança de nível. As movimentações entre os níveis de risco indicam também que 5,73% dos créditos diminuiram de nível de risco, 16,36% migraram para níveis mais gravosos e 0,38% foram abatidos ao activo (transferências para prejuízo).

Mantidos no mesmo nível	
> Em dívida	43,26%
> Liquidações / amortizações	34,27%
Transitaram para outros níveis	
> Mais gravosos	16,36%
> Menos gravosos	5,73%
> Abatidos ao activo	0,38%

Actualmente, o Banco não dispõe ainda de informação sistematizada com a identificação das operações de crédito objecto de reestruturação, nomeadamente as operações cujas condições e garantias foram renegociadas em virtude da degradação do risco de crédito ou de incumprimento. Não obstante, no contínuo desenvolvimento dos sistemas de informação e da análise de risco de crédito, têm vindo a ser identificadas as operações de crédito renegociadas.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Banco procedeu à renegociação de operações em virtude da degradação do risco de crédito ou de incumprimento, tendo sido identificados os seguintes montantes renegociados:

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a composição da carteira de crédito concedido a clientes, excluindo proveitos a receber, por sectores de actividade é a seguinte:

	2014				2013			
	Vicendo	Vencido	Total	%	Vicendo	Vencido	Total	%
Empresas:								
> Actividades financeiras e de seguros	29.820.455	-	29.820.455	10,85%	2.878.556	1.214.331	4.092.887	1,87%
> Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas	15.708.111	1.057.661	16.765.772	6,10%	17.979.423	1.005.048	18.984.471	8,66%
> Administração Pública e Segurança Social obrigatória	4.730.455	63.982	4.794.437	1,74%	3.596.943	1.168	3.598.111	1,64%
> Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	20.774.838	311.354	21.086.192	7,67%	5.238.369	108.632	5.347.001	2,44%
> Alojamento e restauração (restaurantes e similares)	12.739.525	8.132	12.747.657	4,64%	12.070.396	5.681	12.076.077	5,51%
> Comércio	36.617.412	4.027.017	40.644.429	14,78%	42.510.392	2.813.677	45.324.069	20,67%
> Construção	48.119.514	5.514.848	53.634.362	19,51%	48.482.400	1.688.973	50.171.373	22,89%
> Educação, saúde e acção social	8.059.188	19.784	8.078.972	2,94%	5.987.809	7.276	5.995.085	2,73%
> Indústrias extractivas (petróleo bruto e gás natural, outros)	5.394.931	92.084	5.487.015	2,00%	7.237.416	37.603	7.275.019	3,32%
> Indústrias transformadoras	15.884.603	926.312	16.810.915	6,12%	9.621.165	663.630	10.284.795	4,69%
> Outras actividades recreativas, associativas e de serviços	4.056.246	17.967	4.074.213	1,48%	653.625	17.368	670.993	0,31%
> Pesca	122.242	2.596	124.838	0,05%	200.277	25.099	225.376	0,10%
> Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	269.562	15.617	285.179	0,10%	296.334	14.821	311.155	0,14%
> Transportes, armazenagem e comunicações	4.523.078	3.254.510	7.777.588	2,83%	6.197.021	622.925	6.819.946	3,11%
Particulares:	49.280.949	3.499.185	52.780.134	19,20%	45.236.291	2.816.899	48.053.190	21,92%
	256.101.109	18.811.049	274.912.158	100%	208.186.417	11.043.131	219.229.548	100%

	2014	2013
Empresas	37.323.658	6.322.597
Particulares	891.505	828.699
	38.215.163	7.151.296

Nos exercícios de 2014 e 2013, o Banco procedeu ao abate de créditos ao activo (“write-offs”) nos montantes de mAKZ 1.459.313 e mAKZ 1.567.488, respectivamente (Nota 16).

NOTA 8 > OUTROS VALORES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Bens de uso não próprio		
> Projectos imobiliários – Colaboradores	4.153.848	3.818.948
> Imóveis recebidos em dação em pagamento	508.966	96.191
Colateral VISA	1.948.389	1.845.504
Cheques bancários	1.500.000	2.280.642
Adiantamento – Kwanzas Angolanos	1.236.966	143.243
Material informático	420.065	-
Falhas de caixa	103.959	82.793
Rendas e alugueres	69.711	57.189
Economato	42.406	51.907
Adiantamento – cheques	38.971	62.589
Outros	777.937	855.904
	10.801.218	9.294.910
Provisões para imóveis em dação (Nota 16)	(44.805)	(6.514)
	10.756.413	9.288.396

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Bens de uso não próprio – Projectos imobiliários – Colaboradores”, refere-se a projectos imobiliários que se encontram em fase de construção e que se destinam a ser alienados a colaboradores do Banco. No exercício de 2014, parte do aumento desta rubrica, no montante de mAKZ 223.668, refere-se a transferências de “Imobilizações em curso” (Nota 10).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Bens de uso não próprio – Imóveis recebidos em dação em pagamento” corresponde a imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o valor da provisão inclui as perdas estimadas na realização destes bens.

Nos termos do contrato celebrado entre o Banco BIC e a Visa International, o Banco obriga-se a manter um depósito colateral junto do banco custodiante da VISA (Barclays Bank London), sendo que o seu montante é apurado em função do volume de transacções efectuadas. Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013,

respectivamente, este depósito colateral ascendia a cerca de 18.941.593 USD (mAKZ 1.948.389) e 18.905.173 USD (mAKZ 1.845.504) e era remunerado à taxa de juro anual de 0,15%. Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo do depósito colateral inclui valores provenientes do Banco Sol, S.A., decorrentes do serviço de acquiring, no montante de 16.923.013 USD (mAKZ 1.740.752 e mAKZ 1.652.008 em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, respectivamente) (Nota 13).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Cheques bancários” refere-se a adiantamentos realizados para efeitos de concretização de operações, cuja regularização será efectuada em 2015 e 2014.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Adiantamento – Kwanzas Angolanos” refere-se a notas em AKZ que se encontravam à consignação do Banco BIC Português, resultantes do processo de comercialização de Kwanzas nas agências desta instituição financeira.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Material informático” corresponde a adiantamentos efectuados por conta do projecto de renovação da infraestrutura tecnológica do Banco, a iniciar no exercício de 2015.

As falhas de caixa encontram-se provisionadas no âmbito da rubrica de “Outras provisões” (Nota 16).

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Adiantamento – cheques” corresponde a adiantamentos efectuados pelo Banco a clientes, relacionados com a compra de cheques sobre bancos estrangeiros ainda não cobrados nessa data. Estas contas a receber são cobradas junto do banco correspondente no início do exercício seguinte.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Outros” engloba os montantes de mAKZ 32.107 e mAKZ 31.341, respectivamente, de activos de realização duvidosa, os quais se encontram totalmente provisionados no âmbito da rubrica de “Outras provisões” (Nota 16).

NOTA 9 › IMOBILIZAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica pode ser detalhada como segue:

			2014		2013	
			Moeda Estrangeira	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Moeda Nacional
GI 10	↳ Participação Financeira	EUR	1.245.840	155.973	1.500.000	201.579
EMIS	↳ Participação no Capital	USD	463.782	47.706	488.696	47.706
	↳ Suprimentos	USD	1.194.997	122.921	1.259.191	122.921
ABANC	↳ Suprimentos	USD	235.507	24.225	248.159	24.225
BVDA	↳ Participação Financeira	USD	138.582	14.255	146.027	14.255
				365.080		410.686

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco detém uma participação de 30% no capital da GI10 – Investimentos e Gestão, SGPS, S.A., uma empresa sedeada em Portugal, a qual tem como actividade principal a gestão de participações sociais de outras sociedades ligadas, essencialmente, à corretagem de seguros. No exercício de 2014, decorrente da avaliação desta participação, o Banco reconheceu uma perda no montante de EUR 254.156 (mAKZ 31.869) na rubrica de “Resultados de imobilizações financeiras”.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco detém uma participação de 4,63% no capital da EMIS – Empresa Interbancária de Serviços, S.A.R.L. (EMIS). A EMIS foi constituída em Angola com a função de gestão dos meios electrónicos de pagamentos e serviços complementares.

Na sequência da Assembleia Geral da EMIS realizada em Dezembro de 2011, foi deliberado o aumento do capital em USD 4.800.000, cabendo ao Banco BIC o montante de USD 338.291, o qual foi liquidado em Janeiro de 2012. Adicionalmente, foi deliberado a realização de prestações assessórias cabendo ao Banco BIC o montante de USD 1.182.480, liquidado em duas tranches iguais de USD 591.240 em Agosto e Setembro de 2012.

Na Assembleia Geral extraordinária da Associação Angolana de Bancos (ABANC), da qual o Banco é associado, realizada em 28 de Julho de 2009, foi aprovado um plano de investimentos em activo fixo. A quota parte correspondente à participação do Banco BIC nesta Associação para este efeito, ascende em 31 de Dezembro de 2014 a um total de USD 235.507.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o Banco detém uma participação de 0,95% no capital da BVDA – Bolsa de Valores e Derivativos de Angola, S.A. (BVDA).

NOTA 10 › IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS, CORPÓREAS E EM CURSO

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2014 foi o seguinte:

› Activo Bruto											
	Saldos em 31 Dez 2012	Aumentos	Abates	Transfe-rências	Regula-rizações	Saldos em 31 Dez 2013	Aumentos	Abates	Transfe-rências	Regula-rizações	Saldos em 31 Dez 2014
Imobilizações incorpóreas:											
› Trespasses	149.815	-	-	-	-	149.815	-	-	-	-	149.815
› Despesas de constituição	4.383	-	-	-	-	4.383	-	-	-	-	4.383
› Custos plurianuais	35.289	-	-	-	-	35.289	-	-	-	-	35.289
› Sistemas de tratamento automático de dados “software”	315.901	17.681	-	-	-	333.582	-	-	-	-	333.582
› Outras imobilizações incorpóreas	679	-	-	-	-	679	-	-	-	-	679
	506.067	17.681	-	-	-	523.748	-	-	-	-	523.748
Imobilizações corpóreas:											
› Imóveis de serviço próprio	6.910.850	297.623	-	631.210	-	7.839.683	160.355	(164.393)	332.272	-	8.167.917
› Obras em edifícios arrendados	1.404.189	67.517	-	64.559	-	1.536.265	20.118	(737)	153.951	-	1.709.597
› Equipamento	5.291.613	550.426	(15.786)	176.906	6	6.003.165	436.683	(28.308)	176.645	(6)	6.588.179
› Património artístico	4.120	-	-	-	-	4.120	97	-	-	-	4.217
	13.610.772	915.566	(15.786)	872.675	6	15.383.233	617.253	(193.438)	662.868	(6)	16.469.910
Imobilizações em curso											
	1.132.478	874.041	-	(872.675)	(6.912)	1.126.932	457.225	(380)	(662.868)	(236.946)	683.963
	15.249.317	1.807.288	(15.786)	-	(6.906)	17.033.913	1.074.478	(193.818)	-	(236.952)	17.677.621

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de “Equipamento” pode ser detalhada como segue:

	2014			2013		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Instalações interiores	1.764.003	(802.562)	961.441	1.598.437	(638.691)	959.746
Mobiliário e material	1.342.085	(643.053)	699.032	1.240.290	(515.175)	725.115
Máquinas e ferramentas	1.268.828	(564.291)	704.537	1.102.111	(443.783)	658.328
Equipamento informático	1.286.464	(1.134.026)	152.438	1.214.710	(984.847)	229.863
Material de transporte	598.852	(547.228)	51.624	552.463	(516.420)	36.043
Outro equipamento	327.947	(103.432)	224.515	295.154	(72.108)	223.046
	6.588.179	(3.794.592)	2.793.587	6.003.165	(3.171.024)	2.832.141

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica de imobilizações em curso corresponde, essencialmente, aos custos incorridos com a aquisição do espaço e ao pagamento a fornecedores pelas obras que estão a ser realizadas em instalações para o Banco, adquiridas ou alugadas, designadamente num edifício para instalação dos serviços administrativos, novos balcões e outras instalações, cuja inauguração se prevê para os exercícios seguintes à data do balanço.

► Amortizações Acumuladas

	Saldos em 31 Dez 2012	Reforços	Abates	Regula-rizações	Saldos em 31 Dez 2013	Reforços	Abates	Regula-rizações	Saldos em 31 Dez 2014
Imobilizações Incorpóreas:									
> Trespases	149.814	-	-	-	149.814	-	-	-	149.814
> Despesas de constituição	4.383	-	-	-	4.383	-	-	-	4.383
> Custos plurianuais	35.289	-	-	-	35.289	-	-	-	35.289
> Sistemas de tratamento automático de dados "software"	297.231	16.537	-	-	313.768	11.091	-	-	324.859
> Outras imobilizações incorpóreas	678	-	-	-	678	-	-	-	678
	472.873	16.537	-	-	503.932	11.091	-	-	515.023
Imobilizações corpóreas:									
> Imóveis de serviço próprio	487.912	148.936	-	(144)	636.704	158.797	(274)	(10.315)	784.912
> Obras em edifícios arrendados	1.158.925	104.932	-	-	1.263.857	219.572	(307)	10.315	1.493.437
> Equipamento	2.573.524	601.133	(3.633)	-	3.171.024	637.971	(14.403)	-	3.794.592
	3.440.846	855.001	(3.633)	(144)	5.071.585	1.016.340	(14.984)	-	6.072.941
	3.913.719	871.538	(3.633)	(144)	5.575.517	1.027.431	(14.984)	-	6.587.964

No exercício de 2014, os imóveis em construção destinados a serem alienados a colaboradores do Banco foram reclassificados para a rubrica de “Outros valores” (Nota 8) e, para efeitos de apresentação ao nível do movimento do imobilizado, foram incluídos na coluna de “Regularizações”.

NOTA 11 › DEPÓSITOS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2014	2013
DEPÓSITOS À ORDEM DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO		
Recursos de instituições de crédito no País:		
Depósitos à ordem:		
› Banco de Desenvolvimento de Angola	514.315	488.095
› Juros a pagar	201.930	159.910
	716.245	648.005
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro:		
Descobertos em depósitos à ordem:		
› Bank Windhoek - NAD	-	4.214
	-	4.214
DEPÓSITOS À ORDEM DE RESIDENTES:		
Em moeda nacional:		
› Sector público administrativo	2.387.454	2.067.206
› Sector público empresarial	2.359.188	2.033.426
› Empresas	175.136.218	133.459.494
› Particulares	94.490.436	67.614.524
	274.373.296	205.174.650
Em moeda estrangeira:		
› Sector público administrativo	679.252	569.348
› Sector público empresarial	1.006.889	1.663.625
› Empresas	35.210.892	36.345.542
› Particulares	25.369.282	30.878.184
	62.266.315	69.456.699
DEPÓSITOS À ORDEM DE NÃO RESIDENTES:		
Em moeda nacional	5.280.892	5.093.054
Em moeda estrangeira	512.078	456.084
	5.792.970	5.549.138
	342.432.581	280.180.487
Total de depósitos à ordem	343.148.826	280.832.706

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos à ordem de clientes não são remunerados, com excepção de situações específicas, definidas de acordo com as orientações do Conselho de Administração do Banco.

Durante o exercício de 2007, o Banco BIC e o Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) celebraram uma convenção financeira, em que o BDA financia o Banco para que este conceda crédito no âmbito de projectos relacionados com a promoção da actividade económica privada na produção de bens e serviços.

	2014	2013
DEPÓSITOS A PRAZO DE RESIDENTES:		
Em moeda nacional		
› Sector público administrativo	12.280.674	9.270.725
› Sector público empresarial	1.362.638	3.077.809
› Empresas	143.336.953	136.078.222
› Particulares	45.331.960	36.805.330
› Juros a pagar	2.112.188	1.481.219
	204.424.413	186.713.305
Em moeda estrangeira		
› Sector público empresarial	3.977.189	5.042.411
› Empresas	67.784.854	69.470.791
› Particulares	58.863.026	57.179.549
› Juros a pagar	1.115.097	1.099.404
	131.740.166	132.792.155
DEPÓSITOS À ORDEM DE NÃO RESIDENTES:		
Em moeda nacional	335.683	212.044
› Juros a pagar	2.743	666
Em moeda estrangeira	250.665	289.140
› Juros a pagar	206	1.740
	589.297	503.590
Total de depósitos a prazo	336.753.876	320.009.050

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos a prazo de clientes, excluindo juros a pagar, apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

	2014			2013		
	Taxa de Juro	Montante em Divisa	Montante em mAKZ	Taxa de Juro	Montante em Divisa	Montante em mAKZ
Em milhares de Kwanzas Angolanos	5,27%		202.647.908	4,54%	-	185.444.130
Em Dólares dos Estados Unidos	3,98%	1.251.368.071	128.719.474	3,89%	1.323.902.867	129.238.074
Em Euros	1,58%	17.223.214	2.156.260	1,42%	20.417.430	2.743.817
			333.523.642			317.426.021

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os depósitos a prazo de clientes, excluindo juros a pagar, apresentavam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

	2014	2013
Até três meses	226.355.393	234.112.140
De três a seis meses	84.706.211	65.815.175
De seis meses a um ano	22.432.696	17.246.353
De um a três anos	29.059	252.192
Mais de três anos	283	161
	333.523.642	317.426.021

NOTA 12 › CAPTAÇÕES DE LIQUIDEZ

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	
	Taxa de Juro Fixa	Montante
Tomadas em instituições de crédito	5%	1.000.000
Juros a pagar		274
		1.000.274

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Outros depósitos” refere-se a operações de ordens de saque que se encontravam por liquidar nas contas dos clientes do Banco BIC.

Em 31 de Dezembro de 2013, os montantes registados nesta rubrica correspondem a um depósito a prazo mantido pelo Banco Kwanza Invest, constituído para colateralizar um crédito concedido pelo Banco, com vencimento no início de 2014.

NOTA 13 › OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Recursos vinculados a importações – Moeda estrangeira		
› Recursos em <i>cash</i>	4.200.361	3.936.389
Colateral VISA (Nota 8)	1.740.752	1.652.008
Cheques visados – Moeda nacional	1.454.740	3.132.747
Compensação de cheques	-	25.541
Cheques sobre o estrangeiro	-	342
	7.395.853	8.747.027

A rubrica “Recursos vinculados a importações – recursos em *cash*” refere-se aos montantes depositados por clientes que se encontram cativos para liquidação de operações de importação.

NOTA 14 › OUTRAS CAPTAÇÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro		
› Banco BIC Português, S.A. - Euros	18.779.250	17.806.145
› Banco BIC Português, S.A. - USD	10.769.161	9.873.557
› Banco BIC Cabo Verde IFI - USD	7.714.725	-
› Juros a pagar	23.234	30.492
	37.286.370	27.710.194

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os recursos de instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às seguintes taxas médias anuais, ponderadas pelo respectivo valor nominal das aplicações:

	2014	2013
Em Dólares dos Estados Unidos	3,07%	3,30%
Em Euros	2,92%	3,09%

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os recursos de instituições de crédito no estrangeiro, excluindo juros a pagar, apresentavam a seguinte estrutura, por prazos residuais de vencimento:

	2014	2013
Até um mês	14.697.786	13.061.963
Entre um e três meses	22.565.350	14.617.739
	37.263.136	27.679.702

NOTA 15 › OUTRAS OBRIGAÇÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2014	2013
Obrigações de natureza fiscal:		
› Imposto sobre a aplicação de capitais	515.326	230.721
› Encargos fiscais incidentes sobre os resultados potenciais	502.060	785.989
› Tributação relativa a remunerações	334.021	277.668
› Imposto do Selo	67.169	105.465
› Imposto sobre o rendimento a liquidar (Nota 19)	-	587.765
› Outros impostos	355.882	289.183
	1.774.458	2.276.791
Obrigações de natureza cível:		
› Receitas com proveito diferido – Garantias	61.757	22.629
› Outros	(15.991)	(7.365)
	45.766	15.264
Obrigações de natureza administrativa/comercial:		
› Juros de créditos reestruturados	2.561.957	1.165.379
› Valores a regularizar – Imóveis em dação	721.188	1.173.490
› Pessoal – Salários e outras remunerações		
- Férias e subsídio de férias	962.712	872.755
- Encargos com o pessoal (Nota 25)	3.378	145.999
- Serviços clínicos	118.938	19.296
› Cartões VISA	540.524	555.614
› Compensação em ATM's	759.548	367.782
› Comunicações e despesas de expedição		
- Circuito de dados	99.714	207.816
- Comunicações	64.301	81.713
- Outros	1.205	8.178
› Serviços especializados	62.238	60.902
› Conservação e reparação	29.274	24.255
› Segurança e vigilância	9.407	4.180
› Outros custos administrativos	1.479.724	259.273
	7.414.108	4.946.632
	9.234.332	7.238.687

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Encargos fiscais incidentes sobre os resultados potenciais” refere-se ao imposto diferido passivo apurado sobre as mais-valias potenciais dos títulos registados na carteira de “Disponíveis para Venda”.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Juros de créditos reestruturados” refere-se a juros de créditos que foram objecto de operações de reestruturação, os quais apenas serão reconhecidos em resultados no momento do seu recebimento.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a rubrica “Valores a regularizar – Imóveis em Dação” refere-se a adiantamentos recebidos por conta da venda de imóveis recebidos em dação em pagamento.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Compensação em ATM's” refere-se aos movimentos efectuados em ATM's/POS e TPA's do Banco BIC nos últimos dias do ano e que aguardam compensação por parte da EMIS.

O saldo da rubrica “Encargos com o pessoal” refere-se à estimativa efectuada pelo Banco dos prémios de desempenho dos seus funcionários relativos aos exercícios de 2014 e 2013, a liquidar em 2015 e 2014, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Outros custos administrativos” inclui o reforço da estimativa de imposto no montante de mAKZ 1.080.869 (Nota 19).

NOTA 16 › PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Saldos em 31 Dez 2013	Reforços	Reposições e Anulações	Variação Cambial	Utilizações	Transferências	Saldos em 31 Dez 2014
Créditos de liquidação duvidosa	24.599.668	33.657.024	(25.497.629)	1.003.121	(1.459.313)	(276.388)	32.026.483
Prestação de garantias	562.884	490.709	(194.410)	13.567	-	238.580	1.111.330
Pensões de reforma	1.083.571	236.525	-	68.555	-	-	1.388.651
Bens de uso não próprio	6.514	-	-	483	-	37.808	44.805
Outras provisões	192.242	98.158	-	13.909	(24.300)	-	280.009
	26.444.879	34.482.416	(25.692.039)	1.099.635	(1.483.613)	-	34.851.278

	Saldos em 31 Dez 2012	Reforços	Reposições e Anulações	Variação Cambial	Utilizações	Transferências	Saldos em 31 Dez 2013
Créditos de liquidação duvidosa	21.886.339	38.257.200	(32.419.334)	354.250	(1.567.488)	(1.911.299)	24.599.668
Prestação de garantias	402.902	379.776	(225.276)	5.482	-	-	562.884
Pensões de reforma	852.852	212.356	-	18.363	-	-	1.083.571
Bens de uso não próprio	-	-	(1.904.811)	26	-	1.911.299	6.514
Outras provisões	264.632	96.092	-	3.350	(171.832)	-	192.242
	23.406.725	38.945.424	(34.549.421)	381.471	(1.739.320)	-	26.444.879

O Banco tem uma provisão para pensões de reforma, cujo saldo em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 ascende a mAKZ 1.388.651 e mAKZ 1.083.571, equivalentes a aproximadamente mUSD 13.500 e mUSD 11.100, respectivamente. Na opinião do Conselho de Administração do Banco, a provisão para pensões de reforma existente em 31 de Dezembro de 2014 é suficiente para fazer face às responsabilidades em matéria de “Compensação por reforma”, na sequência do disposto no Artigo n.º 262 da Lei Geral do Trabalho.

Nos exercícios de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Outras provisões” destina-se a fazer face a eventuais contingências decorrentes da actividade do Banco, bem como para reflectir perdas potenciais no valor de realização de contas a receber e de outros activos (Nota 8).

NOTA 17 › MOVIMENTO NOS FUNDOS PRÓPRIOS

O movimento nas rubricas de fundos próprios nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	Capital	Actualização Fundos Próprios	Reserva Legal	Outras Reservas	Resultados Potenciais	Resultados Transitados	Resultado do Exercício	Total da Situação Líquida
Saldos em 31 Dez 2012	2.414.511	5.797.507	12.194.772	29.428.181	773.650	6.158.618	16.105.934	72.873.173
> Aplicação do resultado líquido de 2012	-	-	3.221.186	6.442.374	-	-	(9.663.560)	-
> Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(6.442.374)	(6.442.374)
> Resultados potenciais	-	-	-	-	686.044	-	-	686.044
> Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	19.646.021	19.646.021
Saldos em 31 Dez 2013	2.414.511	5.797.507	15.415.958	35.870.555	1.459.694	6.158.618	19.646.021	86.762.864
> Aplicação do resultado líquido de 2013	-	-	3.929.204	-	-	-	(3.929.204)	-
> Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	(15.716.817)	(15.716.817)
> Reclassificação dos resultados transitados para outras reservas	-	-	-	6.158.618	-	(6.158.618)	-	-
> Aumento do capital social por incorporação de reservas	585.489	-	-	(585.489)	-	-	-	-
> Resultados potenciais	-	-	-	-	(527.260)	-	-	(527.260)
> Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	20.536.519	20.536.519
Saldos em 31 Dez 2014	3.000.000	5.797.507	19.345.162	41.443.684	932.434	-	20.536.519	91.055.306

CAPITAL

O Banco foi constituído com um capital de mAKZ 522.926 (equivalentes ao contravalor de 6.000.000 USD na data de constituição), representado por 522.926 acções nominativas de mil Kwanzas Angolanos cada, tendo sido integralmente subscrito e realizado em dinheiro.

Durante o exercício de 2006, o Banco aumentou o seu capital em mAKZ 1.088.751 (equivalentes a 14.000.0000 USD) e, posteriormente, em reunião de Assembleia Geral de 1 de Dezembro de 2006, foi deliberado novo aumento de capital do Banco de 20.000.000 USD para 30.000.000 USD, integralmente realizado

em dinheiro, passando a estar representado por 2.414.511 acções nominativas de mil Kwanzas Angolanos cada.

No primeiro semestre de 2014, o Banco procedeu ao aumento de capital por incorporação de reservas livres no montante de mAKZ 585.498, passando este a estar representado por 3.000.000 ac-

ções, com o valor nominal de mil Kwanzas Angolanos cada uma. O aumento de capital efectuado teve como objectivo cumprir com o disposto no Aviso n.º 14/2013, de 15 de Novembro do Banco Nacional de Angola, o qual fixa o valor mínimo do capital social das instituições financeiras em mAKZ 2.500.000.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a estrutura accionista do Banco é a seguinte:

2014			2013		
Accionistas	Número de Acções	Porcentagem	Accionistas	Número de Acções	Porcentagem
Sociedade de Participações Financeiras, Lda.	750.000	25%	Sociedade de Participações Financeiras, Lda.	603.628	25%
Fernando Leonídio Mendes Teles	600.000	20%	Amorim Holding Financeira - SGPS, S.A.	603.628	25%
Finisantor Holding Limited	525.000	17,5%	Fernando Leonídio Mendes Teles	482.902	20%
Telesgest B.V.	525.000	17,5%	Ruas Holding, B.V.	241.451	10%
Luís Manuel Cortez dos Santos	150.000	5%	Luís Manuel Cortez dos Santos	120.726	5%
Manuel Pinheiro Fernandes	150.000	5%	Manuel Pinheiro Fernandes	120.726	5%
Sebastião Bastos Lavrador	150.000	5%	Sebastião Bastos Lavrador	120.726	5%
Outros accionistas	150.000	5%	Outros accionistas	120.724	5%
	3.000.000	100%		2.414.511	100%

Dando cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 446º da Lei n.º 1/2004, de 13 de Fevereiro, que enquadra a Lei das Sociedades Comerciais, o número de acções detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização do Banco, assim como as percentagens de participação detidas são as que a seguir se apresentam:

2014				2013		
Accionistas	Cargo	Aquisição	N.ºAcções	Participação	N.ºAcções	Participação
Fernando Leonídio Mendes Teles	PCA	Valor nominal	1.125.000	37,50%	482.902	20%
Fernando José Aleixo Duarte	Administrador	Valor nominal	30.000	1%	24.145	1%
Graziela do Céu Rodrigues Esteves	Administrador	Valor nominal	30.000	1%	24.145	1%
Graça Maria dos Santos Pereira	Administrador	Valor nominal	30.000	1%	24.145	1%
Isabel José dos Santos	Administrador não executivo	Valor nominal	1.275.000	42,50%	603.628	25%

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

No dia 10 de Abril de 2014, em reunião de Assembleia Geral, foi aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração e constante do Relatório de Gestão, pelo que do resultado líquido positivo apurado no final do exercício de 2013, no montante mAKZ 19.646.021 (cerca de USD 201 milhões), foi transferido 20% para a rubrica de reserva legal, no montante de mAKZ 3.929.204 (aproximadamente USD 40 milhões) e 80% para distribuição de dividendos aos accionistas, no montante de mAKZ 15.716.817 (o equivalente a cerca de USD 161 milhões).

No dia 17 de Abril de 2013, em reunião de Assembleia Geral, foi aprovada a proposta de aplicação dos resultados apresentados pelo Conselho de Administração e constante do Relatório de Gestão, pelo que do resultado líquido positivo apurado no final do exercício de 2012, no montante mAKZ 16.105.934 (cerca de USD 168 milhões), foi transferido 20% para a rubrica de reserva legal, no montante de mAKZ 3.221.186 (aproximadamente USD 34 milhões), 40% para distribuição de dividendos aos accionistas, no montante de mAKZ 6.442.374 (o

equivalente a cerca de USD 67 milhões) e o restante para a rubrica de outras reservas.

RESERVA LEGAL

Nos termos da legislação vigente, o Banco deve constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 20% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas.

RESULTADOS POTENCIAIS

Os resultados potenciais correspondem às mais-valias potenciais líquidas dos encargos fiscais correspondentes aos títulos classificados na rubrica de “Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda”.

PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os principais saldos mantidos pelo Banco com entidades relacionadas, são os seguintes:

2014						
	Banco BIC Português, S.A.	Banco BIC Cabo Verde IFI	Entidades Detidas pelos Accionistas	Accionistas	Membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal	Total
Activo:						
› Disponibilidades (Nota 3)	12.744.491	6.260	-	-	-	12.750.751
› Aplicações de liquidez (Nota 4)	29.684.110	24.364.941	-	-	-	54.049.051
› Créditos sobre clientes (Nota 7)	-	-	33.246.609	227.970	1.076.416	34.550.995
› Outros valores (Nota 8)	1.251.279	-	269.069	-	-	1.520.348
Passivo:						
› Depósitos (Nota 11)	-	-	4.099.190	1.554.942	5.654.315	11.308.447
› Outras captações (Nota 14)	29.548.411	7.714.725	-	-	-	37.263.136
› Outras obrigações (Nota 15)	11.745	-	721.188	-	-	732.933
Extrapatrimoniais:						
› Garantias e avales prestados (Nota 18)	-	-	252.014	636.210	-	888.224
› Compromissos irrevogáveis (Nota 18)	30.859.900	-	-	-	-	30.859.900
Demonstração dos resultados:						
› Proveitos de aplicações de liquidez e créditos (Nota 21)	212.377	729.729	864.966	29.963	7.764	1.844.799
› Custos de captações para liquidez e depósitos (Nota 21)	963.807	62.225	24.248	45.947	241.449	1.337.676
› Comissões por garantias e avales prestados (Nota 24)	-	-	4.327	836	-	5.163
› Fornecimentos de terceiros (Nota 26)	-	-	-	2.489.735	-	2.489.735

2013					
	Banco BIC Português, S.A.	Banco BIC Cabo Verde IFI	Entidades detidas pelos accionistas	Accionistas	Total
Activo:					
› Disponibilidades (Nota 3)	6.486.575	-	-	-	6.486.575
› Aplicações de liquidez (Nota 4)	38.905.044	22.900.523	-	-	61.805.567
› Créditos sobre clientes (Nota 7)	-	-	17.705.311	592.780	18.298.091
› Outros valores (Nota 8)	274.950	-	-	-	274.950
Passivo:					
› Depósitos (Nota 11)	-	-	1.393.553	1.845.825	3.239.378
› Outras captações (Nota 14)	27.679.702	-	-	-	27.679.702
› Outras obrigações (Nota 15)	7.391	-	1.173.490	-	1.180.881
Extrapatrimoniais:					
› Garantias e avales prestados (Nota 18)	-	-	136.667	636.210	772.877
› Compromissos irrevogáveis (Nota 18)	19.523.800	-	-	-	19.523.800

Parte do crédito concedido a entidades relacionadas encontra-se garantida por acções de uma instituição financeira sediada na zona Euro.

NOTA 18 › RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2014	2013
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
› Garantias e avales prestados (Nota 7)	54.515.251	38.417.664
› Compromissos irrevogáveis	36.998.174	19.523.800
› Créditos documentários abertos (Nota 7)	9.857.181	8.480.311
	101.370.606	66.421.775
Responsabilidades por prestação de serviços		
› Custódia de títulos	30.840.259	12.846.615
› Cobrança de valores - sobre o País	3.342.214	3.083.732
› Cobrança de valores - sobre o estrangeiro	201.990	177.324
	34.384.463	16.107.671

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Compromissos irrevogáveis” incluía uma linha de crédito para abertura e confirmação de créditos documentários e garantias bancárias celebrada com o Banco BIC Português, S.A., nos montantes de USD 300 Milhões e USD 200 Milhões, respectivamente.

NOTA 19 › IMPOSTOS

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A e a taxa de imposto aplicável é de 30% a 31 de Dezembro de 2014 e de 35% a 31 de Dezembro de 2013.

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como segue:

	2014	2013
Total de imposto industrial reconhecido em resultados	1.080.869	574.657
Lucro antes de impostos	21.617.388	20.233.786
Taxa efectiva de imposto industrial	5,00%	2,90%

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto pode ser demonstrada como segue:

	2014		2013	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultados antes de impostos		21.617.388		20.233.786
Imposto apurado com base na taxa nominal	30%	6.485.216	35%	7.081.825
Benefícios fiscais em rendimento de títulos da dívida pública ou equivalentes:				
› Juros e proveitos equiparados (Nota 21)	-31,47%	(6.803.966)	-28,03%	(5.670.714)
› Lucros líquidos em operações financeiras:				
- Resultados em títulos (Nota 22)	-9,74%	(2.104.468)	-4,51%	(911.768)
Benefícios fiscais em rendimento de imóveis	0%	(867)	0%	(962)
Custos não aceites fiscalmente:				
› Impostos	1,23%	265.641	0,33%	66.250
› Provisões	0,63%	136.631	0,17%	34.804
› Outros	0,02%	5.093	0,01%	1.345
Outros ajustamentos	0%	-	-0,06%	(13.015)
	-9,33%	(2.016.720)	2,90%	587.765
Anulação do imposto a receber	9,33%	2.016.720	0%	-
Reforço da estimativa de imposto	5%	1.080.869	0%	-
	5%	1.080.869	2,90%	587.765

A 31 de Dezembro de 2014, o Banco não registou proveitos com imposto a receber. O montante registado em “Reforço da estimativa de imposto” corresponde a 5% do resultado antes de imposto (taxa efectiva de imposto média histórica) e en- contra-se registado em “Outras obrigações” (Nota 15).

Os proveitos dos títulos da dívida pública obtidos em Obrig- ações do Tesouro e em Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Esta- do Angolano encontram-se excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial, nos termos da alínea c) do número 1 do artigo 23º do Código do Imposto Industrial.

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de De- zembro, introduziu uma norma de sujeição a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”) sobre os juros dos Bilhetes do Tesouro,e das Obrigações do Tesouro e de outras aplicações financeiras. Contudo, conforme referido acima, apenas se aplica relativamente aos títulos emitidos após 1 de Janeiro de 2013.

A taxa de IAC varia entre 5% (no caso de juros pagos relati- vamente a títulos de dívida pública que apresentem uma ma-

turidade igual ou superior a três anos) e 15%. No exercício de 2014, os custos com este imposto que se encontram regista- dos na demonstração dos resultados, na rubrica de “Impostos e Taxas Não Incidentes sobre o Resultado”, ascendem a mAKZ 874.478.

Em 31 de Dezembro de 2014, em função dos montantes apu- rados para os dois impostos, Industrial e IAC, a taxa efectiva conjunta equivale a 9,05%.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situaçã- o fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo re- sultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções aos respectivos impostos apurados. Em face do regime da amnistia fiscal, e relativamente ao Imposto Industrial, IAC, Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho, Im- posto do Selo e Imposto Predial Urbano, as autoridades fiscais apenas podem proceder à revisão da situação fiscal do Banco para os exercícios de 2013 a 2014. O Conselho de Administra- ção do Banco entende que eventuais correcções que possam resultar dessas revisões não serão significativas para as de- monstrações financeiras anexas.

NOTA 20 › BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:

	2014			2013		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
Disponibilidades	86.089.902	52.907.217	138.997.119	76.160.581	46.607.660	122.768.241
Aplicações de liquidez						
› Operações no mercado monetário interfinanceiro	-	54.788.902	54.788.902	-	64.048.464	64.048.464
› Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	457.829	-	457.829	22.542.607	-	22.542.607
› Aplicações em ouro e outros metais preciosos	9.777	-	9.777	9.777	-	9.777
Títulos e valores mobiliários						
› Mantidos para negociação	80.649.565	-	80.649.565	61.511.521	-	61.511.521
› Disponíveis para venda	-	3.551.284	3.551.284	-	4.517.873	4.517.873
› Mantidos até ao vencimento	272.420.409	13.358.453	285.778.862	240.978.011	12.677.897	253.655.908
Créditos no sistema de pagamentos	3.757	-	3.757	-	-	-
Operações cambiais	-	2.700.681	2.700.681	-	2.497.815	2.497.815
Créditos						
› Créditos sobre clientes	183.860.261	94.939.840	278.800.101	121.611.540	101.602.724	223.214.264
› (-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.778.223)	(21.248.260)	(32.026.483)	(3.895.415)	(20.704.253)	(24.599.668)
Outros valores	8.044.081	2.712.332	10.756.413	4.478.082	4.810.314	9.288.396
Imobilizações						
› Imobilizações financeiras	209.107	155.973	365.080	209.107	201.579	410.686
› Imobilizações corpóreas	11.080.932	-	11.080.932	11.438.580	-	11.438.580
› Imobilizações incorpóreas	8.725	-	8.725	19.816	-	19.816
Total do activo	632.056.122	203.866.422	835.922.544	535.064.207	216.260.073	751.324.280
Depósitos						
› Depósitos à ordem	279.654.188	63.494.638	343.148.826	210.267.704	70.565.002	280.832.706
› Depósitos a prazo	204.762.838	131.991.038	336.753.876	186.926.015	133.083.035	320.009.050
› Outros depósitos	5.485.299	-	5.485.299	14.636.015	-	14.636.015
Captações de liquidez						
› Tomadas em instituições de crédito	-	-	-	1.000.274	-	1.000.274
Obrigações no sistema de pagamentos	1.728.685	5.667.168	7.395.853	3.144.044	5.602.983	8.747.027
Operações cambiais	2.058.600	645.802	2.704.402	543.342	1.966.813	2.510.155
Outras captações	-	37.286.370	37.286.370	-	27.710.194	27.710.194
Outras obrigações	7.049.695	2.184.637	9.234.332	5.448.422	1.790.265	7.238.687
Fornecedores comerciais e industriais	78.290	-	78.290	35.984	2.627	38.611
Provisões para responsabilidades prováveis	441.257	2.338.733	2.779.990	85.632	1.753.065	1.838.697
Total do passivo	501.258.852	243.608.386	744.867.238	422.087.432	242.473.984	664.561.416
Activo/(Passivo) líquido	130.797.270	(39.741.964)	91.055.306	112.976.775	(26.213.911)	86.762.864

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, o saldo da rubrica “Títulos e valores mobiliários - Mantidos até ao Vencimento” inclui os montantes de mAKZ 98.060.200 e de mAKZ 96.694.102, respectivamente, referentes a Obrigações do Tesouro em moeda nacional indexadas ao Dólar Norte-Americano.

Em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013, o saldo da rubrica “Depósitos - Depósitos a Prazo” inclui os montantes de mAKZ

37.482.773 e de mAKZ 43.436.239, respectivamente, referentes a Depósitos a Prazo, de clientes, em moeda nacional indexados ao Dólar Norte-Americano.

Ambas as operações supramencionadas estão indexadas à taxa de câmbio AKZ/USD de compra do BNA e, desta forma, sujeitas a actualização cambial.

NOTA 21 › PROVEITOS E CUSTOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2014	2013
PROVEITOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS ACTIVOS:		
De créditos	22.410.575	22.373.724
De títulos e valores mobiliários:		
› Obrigações do Tesouro	18.972.691	13.753.580
› Bilhetes do Tesouro	3.707.195	1.047.057
› Títulos do Banco Central	-	166.074
	22.679.886	14.966.711
De aplicações de liquidez		
› No estrangeiro	1.106.196	430.003
› Títulos de terceiros com acordo de revenda	516.145	1.401.403
› No país	188.674	317.263
	1.811.015	2.148.669
Total dos proveitos de instrumentos financeiros activos	46.901.476	39.489.104
CUSTOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS PASSIVOS:		
De depósitos:		
› À ordem	41.908	60.598
› A prazo	13.795.569	11.532.849
	13.837.477	11.593.447
De captações para liquidez:		
› Títulos vendidos com acordo de recompra	1.189	777.816
› Recursos de outras instituições de crédito	1.080.579	860.451
	1.081.768	1.638.267
Total dos custos de instrumentos financeiros passivos	14.919.245	13.231.714
Margem financeira	31.982.231	26.257.390

NOTA 22 › RESULTADOS DE NEGOCIAÇÕES E AJUSTES AO VALOR JUSTO

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica corresponde, essencialmente, aos ganhos cambiais obtidos na carteira de títulos emitidos ou indexados a moeda estrangeira, bem assim como na valorização dos demais títulos indexados ao seu respectivo indexante, e apresenta o seguinte detalhe:

	2014	2013
Mais valias	6.623.097	12.845.681
Menos valias	(1.139.329)	(11.155.114)
	5.483.768	1.690.567

NOTA 23 › RESULTADOS DE OPERAÇÕES CAMBIAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, esta rubrica corresponde, essencialmente, aos ganhos nas transacções de compra e venda de moeda estrangeira, realizadas pelo Banco, bem como na reavaliação da posição cambial conforme descrito na Nota 2. b), e apresenta a seguinte decomposição:

	2014			2013		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	18.144.431	(12.115.781)	6.028.650	12.701.347	(5.630.786)	7.070.561
Resultados em notas e moedas	862.724	(110.959)	751.765	558.283	(76.527)	481.756
Resultados em depósitos indexados	193.690	(2.143.758)	(1.950.068)	-	(439.766)	(439.766)
	19.200.845	(14.370.498)	4.830.347	13.259.630	(6.147.079)	7.112.551

NOTA 24 › RESULTADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Proveitos:		
Comissões por ordens de pagamento emitidas	1.478.075	1.001.921
Comissões por garantias e avales	1.378.787	1.327.067
Comissões sobre transacções da EMIS	1.065.592	743.110
Comissões Visa	629.493	559.802
Comissões – Ministério das Finanças	552.219	302.927
Comissões de manutenção de conta	395.439	-
Comissões por créditos e remessas documentárias	352.083	350.299
Comissões por abertura, gestão ou renovação de contas correntes caucionadas	182.278	135.373
Comissões sobre terminais de pagamento automático	106.039	113.632
Outras comissões	613.698	429.860
	6.753.703	4.963.991
Custos:		
Comissões sobre transacções da EMIS	(531.538)	(420.049)
Comissões Visa	(166.896)	(175.508)
Outras comissões	(52.579)	(91.237)
	(751.013)	(686.794)
	6.002.690	4.277.197

NOTA 25 › CUSTOS COM PESSOAL

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2014	2013
Remunerações	5.756.085	4.891.686
Retribuição variável – Prémio de desempenho:		
› Liquidado no exercício	3.112.726	2.873.107
› A liquidar (Nota 15)	3.378	145.999
Encargos sociais obrigatórios	239.096	199.286
Encargos sociais facultativos	554.257	373.496
Outros	170.319	147.428
	9.835.861	8.631.002

NOTA 26 › FORNECIMENTO DE TERCEIROS

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2014	2013
Segurança e vigilância	1.115.101	874.560
Comunicação e despesas de expedição	937.040	1.023.500
Serviços especializados:		
› De consultoria	681.902	51.064
› De informática	104.071	131.009
› Outros	76.399	71.600
Conservação e reparação	551.581	541.688
Rendas e alugueres	422.703	377.815
Impressos e material de consumo corrente	464.792	342.920
Publicidade	321.830	395.576
Deslocações e estadas	236.124	226.487
Água, energia e combustíveis	176.569	167.823
Serviços de limpeza	135.598	143.836
Quotizações e donativos	89.619	66.022
Seguros	24.521	20.124
Formação de pessoal	15.530	17.563
Outros	2.945.759	1.611.265
	8.299.139	6.062.852

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2014 e 2013, o saldo da rubrica “Outros” inclui, aproximadamente, Euros 20.000.000 e 10.000.000 Euros (cerca de mAKZ 2.490.000 e mAKZ 1.300.000), respectivamente, referente ao custo decorrente de um conjunto de serviços de apoio comercial, organizativo e outros serviços prestados por accionistas do Banco durante os exercícios de 2014 e 2013.

NOTA 27 › OUTROS PROVEITOS E CUSTOS OPERACIONAIS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2014	2013
Proveitos pela prestação de serviços diversos:		
› Venda de moeda/levantamentos	440.819	936.866
› Emissão de cheques	90.073	46.115
› Outros	72.827	26.788
Regularização de cheques visados	400.633	294
Reembolso de despesas:		
› Sobre ordens de pagamento	312.375	352.264
› Outros	16.903	26.953
Despesas de expediente	102.001	81.604
Outros	217.439	192.856
	1.653.115	1.663.740
Custos e prejuízos diversos	(57.465)	(269.255)
	1.595.650	1.394.485

Em 31 de Dezembro de 2014, a rubrica “Regularização de cheques visados” corresponde à regularização de cheques visados em aberto com uma antiguidade superior a 18 meses.

NOTA 28 › RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2014	2013
Ganhos extraordinários:		
› Cobrança de juros de mora, líquidos de anulações	729.866	337.166
› Regularização de estimativas de exercícios anteriores	85.783	-
› Outros	-	279
	815.649	337.445
Perdas extraordinárias:		
› Resultado na alienação de imobilizado	(12.747)	(5.705)
› Perdas de natureza fiscal	(1.032)	(272.154)
› Outras perdas extraordinárias	(17.906)	-
	(31.685)	(277.859)
	783.964	59.586

06.3 RELATÓRIO DE AUDITORIA



RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressas em milhares de Kwanzas – mKZ)

Ao Conselho de Administração
do Banco BIC S.A.

Introduction

- 1 Auditors as demonstrações financeiras anexas do Banco BIC, S.A. (aqui também designado por "Banco" ou "BIC"), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2014, que evidencia um total de 835 922 544 MAKZ e um capital próprio de 91 095 306 MAKZ, incluindo um resultado líquido de 20 530 519 MAKZ, as demonstrações dos resultados, das mutações nos fundos próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. O Conselho de Administração do Banco é responsável pela preparação e adequada apresentação destas demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário, e pelo controlo interno que determine ser necessário para assegurar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e adequada apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas efectuadas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Consideramos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada como base para a nossa opinião de auditoria.



Página 2 de 2

Cytosine

- 4 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco BIC, S.A. em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as mutações nos seus fundos próprios e os seus fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o sector bancário (Nota 2).

Infante

7. As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2013 são apresentadas pelo Banco para efeitos comparativos e de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Atendendo a que as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2013 foram auditadas por outros auditores, não expressamos qualquer opinião sobre as mesmas.

Luanda, 9 de Março de 2015

Representada por: José Antônio Mendes Garcia Barata

06.4 RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas do Banco BIC, S.A.

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora por nós desenvolvida bem como o parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração do Banco BIC, SA (Banco) relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.
2. No decurso do exercício, acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade do Banco, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obtivemos também do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados, necessários à emissão do nosso parecer.
3. Analisámos e concordámos com o conteúdo do Relatório dos Auditores, emitido pela Sociedade Deloitte & Touche - Auditores, Limitada, o qual damos como integralmente reproduzido.
4. No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, as Demonstrações dos resultados, de mutações dos fundos próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como os respectivos anexos, incluindo as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados.
5. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2014 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados, nele incluída.
6. Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia-geral:
 - a. Aprove o Relatório de Gestão relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014,
 - b. Aprove as Contas relativas a esse exercício, e
 - c. Aprove a Proposta de Aplicação de Resultados.



Página 2 de 2

7. Gostaríamos de expressar o nosso reconhecimento ao Conselho de Administração e aos serviços do Banco, pela colaboração que nos foi prestada.

Angola, 9 de Março de 2015

O Conselho Fiscal


Henrique Manuel Camões Serra
Presidente


Ana Sofia Almeida
Vogal


Maria Ivone de Freitas Pereira dos Santos
Vogal

